



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS – PPGPS**

**O “DESENVOLVIMENTO REGIONAL” COMO PROBLEMA PÚBLICO?
Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/ RJ**

THIARA MOURÃO COSTA CERQUEIRA

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
AGOSTO – 2016

**O “DESENVOLVIMENTO REGIONAL” COMO PROBLEMA PÚBLICO?
Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/ RJ**

THIARA MOURÃO COSTA CERQUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem – CCH, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Trabalho, Sociedade e Território, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Hernán Armando Mamani

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
AGOSTO – 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

003/2017

C416 Cerqueira, Thiara Mourão Costa.

O "desenvolvimento regional" como problema público? Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna, RJ / Thiara Mourão Costa Cerqueira. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

114 fl.

Orientador: Hernan Armando Mamani.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

Bibliografia: f. 107-112.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Itaperuna (RJ) – Economia Política. 3. Sociedade Empresarial. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 337.1

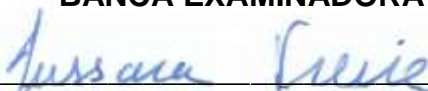
**O “DESENVOLVIMENTO REGIONAL” COMO PROBLEMA PÚBLICO?
Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/ RJ**

THIARA MOURÃO COSTA CERQUEIRA


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

APROVADA: 30 / 08 / 2016

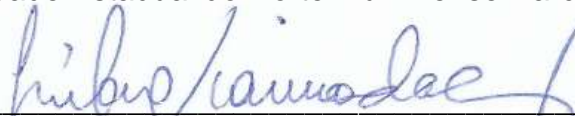
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Jussara Freire (Sociologia – Université de Paris X)
Universidade Federal Fluminense – UFF
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Prof.^a Dr.^a Denise Cunha Tavares Terra (Geografia – UFRJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Prof. José Luis Vianna da Cruz (Planejamento Urbano e Regional – UFRJ)
Universidade Cândido Mendes – UCAM/Campos dos Goytacazes/RJ



Prof. Dr. Hernán Armando Mamani
(Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ)
Universidade Federal Fluminense – UFF
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
(Orientador)

Dedico este trabalho com imensa gratidão à minha família, pelo maior incentivo que eu poderia ter nos estudos e na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o ato de reconhecimento de que nada nesta vida se conquista apenas por esforços próprios. Contamos com uma rede de pessoas que nos dão suporte e se empenham em contribuir para a concretização dos nossos sonhos e projetos. Esta dissertação é resultado do “eu” e de muitos “outros”.

O primeiro reconhecimento é da grandeza de Deus como soberano em minha vida e aquele que abençoa todas as minhas ações. Sem Ele nada posso fazer. Minha família, meu maior privilégio de tê-los, que são os primeiros a confiarem em mim, em minhas capacidades e nos meus mais variados projetos. Minha mãe Silvana, meu pai Mazinho e meu irmão Thayson, a junção do que denomino “lugar de refúgio” com ou sem tempestades.

Meus amigos, a linda arte de encontros fantásticos que obtive ao longo da minha caminhada. As formas de incentivos são sempre criativas: uns te carregam no colo; outros ligam e mandam mensagens constantemente; uns apelam para as lágrimas junto com você; existem aqueles que brigam tentando te animar; outros convidam para sair e te encham de guloseimas e comidas gordurosas; uns foram companheiros de dissertação e pudemos ter o privilégio de escrevermos juntos; tem aqueles que exalta todas as suas qualidades e escondem seus defeitos. Enfim, correndo o risco de cometer injustiças esquecendo de citar alguém, ao ler este agradecimento irão se identificar e sentirem-se abraçados por mim.

Aos meus professores do curso, coordenadores e funcionários administrativos da UENF pelo apoio, ensino e aprimoramentos no universo da pesquisa.

Em especial ao meu orientador Hernán que caminha comigo desde 2007 na área acadêmica, com o privilégio que tenho de aprender e continuamente me aperfeiçoar nas teorias sociais com enfoque na pesquisa empírica. Nesta etapa, aprender a fazer análise de conteúdo. Obrigada Hernan pela dedicação e paciência a sua eterna aluna. Com sensibilidade de entender os momentos e as dificuldades não desistiu da minha pesquisa e acreditou em mim.

Aos professores Jussara Freire, José Luis Vianna e Denise Terra por terem prontamente aceito meu convite para a banca. Suas contribuições são fundamentais para meu objeto de estudo.

RESUMO

CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa. **O “desenvolvimento regional” como problema público?** Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/RJ. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2016.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como a questão do "Desenvolvimento Regional" é tratada pelos empresários e principais atores políticos do município de Itaperuna (RJ). Na formação de uma trama que articula as principais empresas e associações de classe – Sindicato do Comércio de Itaperuna (SINCOMÉRCIO) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a política municipal, estadual num arranjo análogo ao do velho coronelismo. Itaperuna, cidade média do Noroeste Fluminense, tem se tornado nas últimas décadas um centro econômico importante, constituindo-se como uma referência regional em saúde e ensino superior e em menor proporção um importante centro comercial e de outros serviços. O regionalismo econômico desta cidade contrasta com o de Campos dos Goytacazes, onde o desenvolvimento constitui uma grande causa que responsabiliza os governos do estado e federal pela falta de políticas de apoio à economia acarretando falta de desenvolvimento regional. Partimos, portanto, da observação participante nessas associações, tendo a entrevista semiestruturada como principal ferramenta de coleta de dados, na análise qualitativa. Ademais, utilizou-se a revisão de literatura para a compreensão o tema em questão. Em Itaperuna, sem suscitar grandes debates, a mudança econômica dar-se-ia por uma espécie de modernização microeconômica e o ativismo empresarial teria com âmbito privilegiado os círculos empresariais sobrepondo-se à iniciativa política municipal. A pesquisa apresentada não verificou tal hipótese: o ativismo empresarial provou-se mais restrito que o suposto e o dinamismo econômico reduzido a poucos empresários de sucesso. Neste caso, o desenvolvimento regional atua como uma causa que articula uma “sorte” de partido regional alinhado incondicionalmente com os grupos que dominam a política estadual e nacional sem que seja, como tem sido Campos dos Goytacazes, um grande tema da agenda pública.

Palavras-chave: desenvolvimento; problema público; região; sociedade empresarial; Itaperuna.

ABSTRACT

CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa. **The "regional development" as a public problem?** Study of the regionalism business of Itaperuna/RJ. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2016.

The Dissertation aims to understand how the issue of "Regional Development" is handled by the businessmen and main political actors of the municipality of Itaperuna (RJ). In the formation of a plot that articulates the main companies and associations of class – Syndicate Trade of Itaperuna (SINCOMÉRCIO) and Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIRJAN), the municipal policy, state in an arrangement similar to that of the old coronelismo. Itaperuna, the middle city of the Northwest Fluminense, has become an important economic center in recent decades, constituting itself as a regional reference in health and higher education, and to a lesser extent an important commercial center and other services. The economic regionalism of this city contrasts with that of Campos dos Goytacazes, where development is a major cause that blames state and federal governments for the lack of policies to support the economy leading to a lack of regional development. We start, therefore, from the participant observation in these associations, having the semi-structured interview as the main data collection tool, in the qualitative analysis. In addition, the literature review was used to understand the topic in question. Without provoking great debates, the economic change would be through a kind of microeconomic modernization and business activism would have a privileged scope of business circles overlapping municipal policy initiative. The research presented did not verify this hypothesis: the business activism proved more restricted than the supposed and the economic dynamism reduced Successful businesspeople. In this case, regional development acts as a cause that articulates a "luck" of the regional party unconditionally aligned with the groups that dominate an unparalleled state and national politics, as has Campos dos Goytacazes, a great theme of the public agenda.

Keywords: development; public problem; region; business society; Itaperuna.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPIL –Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda.
CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro
CTI – Centro de Tratamento e Terapia Intensiva
ERJ – Estado do Rio de Janeiro
FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN –Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
HSJA – Hospital São José do Avai
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFFluminense – Instituto Federal Fluminense
Merco Noroeste – Feira Comercial e Industrial do Noroeste Fluminense
NOF – Noroeste Fluminense
NF – Norte Fluminense
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SINCOMÉRCIO – Sindicato do Comércio
SUS – Sistema Único de Saúde
SUDENE –Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO –Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCE – Tribunal de Contas do Estado
UNIG – Universidade Iguazu
UPA –Unidade de Pronto Atendimento
UNIFSJ – Centro Universitário São José de Itaperuna

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	10
O desenvolvimento regional como problema público	12
Leituras da economia da região	13
Metodologia.....	16
Os capítulos	18
CAPÍTULO I - FERRAMENTAS ANALÍTICAS: DESENVOLVIMENTO, REGIÃO, CIDADE E ARENAS PÚBLICAS	20
1 Introdução	20
1.1 Desenvolvimento e Questão Regional	20
1.2 Região, Regionalismo, Cidade Média	29
1.3 Arenas e Problemas Públicos	36
1.3.1 Empresariado e ação coletiva.....	47
2 Conclusões.....	50
CAPÍTULO II - O “DESENVOLVIMENTO”, A REGIÃO: CÍRCULOS E O FECHAMENTO REGIONAL EM ITAPERUNA	51
1 Introdução	51
1.1 Itaperuna em suas particularidades econômicas	52
1.2 Os Negócios e seus Mercados: o Leite, o Comércio, Saúde e Educação	58
1.2.1 O leite e a pecuária.....	58
1.2.2 O comércio	61
1.2.3 A Saúde.....	64
1.2.4 A Educação	70
1.3 Os Quadros do Desenvolvimento	76
2 Conclusão	80
CAPÍTULO III - O DESENVOLVIMENTO, A POLÍTICA E JOGO POLÍTICO	82
1 Introdução	82
1.1 O Desenvolvimento.....	82
1.2 O Relato da visita do governador em exercício Francisco Dornelles	94
2 Conclusão	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE	113

INTRODUÇÃO GERAL

A presente pesquisa trata da questão do Desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense como problema público, tendo como objeto o município de Itaperuna, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo geral deste estudo foi compreender como a ação empresarial na política municipal e suas estratégias comerciais, por meio de suas principais empresas e associações de classe – Sindicato do Comércio de Itaperuna (SINCOMÉRCIO) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) – tendem a fortalecer e diferenciar economicamente o município de Itaperuna dos outros municípios da região.

Com efeito, Itaperuna – cidade média¹ do Noroeste Fluminense – tem se tornado nas últimas décadas um centro econômico importante, constituindo-se como referência na saúde e no ensino superior e, em menor proporção, com um centro comercial e outros serviços importantes relacionados a órgãos públicos federais. A cidade, em termos populacionais possui uma estimativa de 99.504 habitantes² (30% da população do NOF) (IBGE, 2016) e um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1.903.813.000 (aproximadamente 0,4 % do RJ), tendo, nos últimos dez anos, um crescimento no PIB de 140%, diferenciando-se substancialmente do conjunto de cidades do Noroeste Fluminense (em 2013, o PIB de Pádua, por exemplo, foi de R\$ 866.131.000; Itaocara, R\$ 398.394.000 e Bom Jesus do Itabapoana, R\$ 584.299.000) (IBGE, 2015; TCE, 2015). Tal fato ocorre mesmo quando o impacto dos *royalties* é muito menor que nos municípios mais próximos do mar e da bacia de Campos.

¹ Pelas instituições de estudos estatísticos, o critério populacional tem sido adotado para classificar e definir as cidades. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Tal variante não seriam suficientes para caracterizar as cidades médias não metropolitanas. Para isso, verificar-se-ia no estudo da rede urbana, origem, tamanho e funções. Ou, as cidades locais e suas diferenciações econômicas. Isto é, que possuem dinâmica econômica desempenhando uma centralidade em uma microrregião. Portanto, não se pode mais entender as cidades apenas por seu tamanho, mas sim por seus complexos de variáveis de incrementos técnicos, de informação e de serviços. Desta feita, cidade média tem em sua definição o papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica, tendo em vista a realidade regional. Chama a atenção para a concentração da oferta de bens e serviços para seu entorno e com atividades especializadas destinadas ao mercado nacional (MAIA, 2010).

² Ver em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330220>>. Acesso em: 13 maio 2016.

Esse dinamismo é sugerido pela Pesquisa Anual de Comércio³. A análise destaca que os empregos do município se concentram no comércio e nos serviços com 2.854 empresas ativas no ano de 2014 (2.953, em 2013, IBGE, 2015) (IBGE, 2016)⁴. Além disso, este é o principal setor econômico a contribuir com o valor adicionado que, em mil reais, ficou em R\$ 899.726.000, em 2013, correspondendo a 54%⁵ de participação na atividade econômica. Tem sido maior que o setor da indústria (15%), agropecuária (2%) e administração pública (26%) (SEBRAE, 2015); (IBGE, 2015).

Itaperuna, na década de 1930, foi um importante entreposto de compra-venda e distribuição de café e, posteriormente, referência como centro produtor de leite e derivados (Vitar empresas e a CAPIL – Cooperativa Agropecuária de Itaperuna, Ltda.). Na década de 1990, desenvolveu uma empresa de autopeças local que se tornou fornecedora global, nas últimas duas décadas. Além disso, o município tem se diferenciado na área médica, alcançando reconhecimento nacional nos serviços especializados de cardiologia e neurologia, e assumindo, a partir da década de 2000, “[...] um novo papel de referência regional de alta tecnologia” (TOMASSINI, 2008, p.77). Simultaneamente, formou-se um conglomerado universitário amplo, dado que conta com três centros Universitários privados (Faculdade Redentor, Fundação São José, Universidade Iguazu, além das públicas (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, Consórcio CEDERJ, com cursos semipresenciais, e o Instituto Federal Fluminense *campus* Itaperuna, com seus cursos técnicos e seu bacharelado em Sistema de Informação). Portanto, possui um número expressivo de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, incluindo dois cursos de Medicina.

³ O dinamismo da economia do comércio é destacado pela Pesquisa Anual de Comércio, do ano de 2009, divulgado pelo IBGE. O setor de comércio é um dos que mais emprega no Brasil: 6,5 milhões foram empregados no setor em 2009. Em dados mais recentes, ano 2012, o segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo foi o principal responsável pelo impacto positivo no resultado anual do setor comércio, bens e serviços. Ainda que em 2013, começou a apresentar uma leve queda em sua expansão, este setor continua a ser de destaque na economia brasileira. O crescimento do emprego, não se deve mais à expansão da atividade industrial: o movimento econômico de fluxos e consumo e tem seu impacto na demanda de trabalho.

⁴ IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330220>>. Acesso em 10 jul. 2016.

⁵ Em fontes mais recentes do IBGE com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (Brasília, 2015) sobre o valor adicionado bruto de Itaperuna referente as contas de 2014 apontou um crescimento no setor de serviços em R\$ 1.045. 681.000. Uma queda na indústria que em 2013 correspondia a R\$ 258.178.000, para R\$ 252.969.000 no ano de 2014. Um aumento no setor agropecuário quem 2013 era de R\$ 48.467.000 para R\$ 56.905.000 no ano de 2014. Ver melhor em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/economia.php?lang=&codmun=330220&search=rio-de-janeiro|itaperuna|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>> Acesso em: 20 jul. 2016.

O comércio em Itaperuna é também bem diversificado quanto a lojas e produtos, comandando uma rede de supermercados atuante na região Noroeste Fluminense. Além dessa posição econômica de destaque na região Noroeste – a mais pobre das regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro – a cidade é sede administrativa da região, contando, assim, com órgãos estaduais como a secretaria de educação, o Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional (CRAAI), do Ministério Público, sede regional da Procuradoria Geral do estado, bem como a Terceira Organização de Procura de órgãos do estado (OPO). E além disso, sede do Sincomércio e da FIRJAN Região Noroeste. Em suma, Itaperuna⁶ constitui um centro econômico e social relevante na região.

A experiência ora apresentada poderia ser tomada como um caso de desenvolvimento local e de diferenciação econômica num contexto de globalização (SANTOS, 2008). Mas não é esta a abordagem que adotamos aqui. Tratamos da questão do desenvolvimento regional como um problema público, que implica num caso analítico particular.

O desenvolvimento regional como problema público

Com efeito, tomar o desenvolvimento regional como problema público é considerar que a definição do que este seja e o próprio alcance da região é “[...] tema de debate e conflito, nas arenas públicas, sobre as formas de ver os fenômenos” (GUSFIELD, 2006, p. 11), sobre as suas causas, sobre as instituições responsáveis e as formas adequadas de tratá-lo. Disputam-se, nessas arenas, “[...] estruturas de pensamento e ação que, uma vez definidas, excluem [...] alternativas” (GUSFIELD, 2006, pp. 11-12). As estruturas estabelecidas ou quadros – no sentido de Goffman (2012) – são cristalizações de conjunturas conflitivas (GUSFIELD, 2006, p. 16).

⁶ O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2015) demonstrou que Itaperuna, na região Noroeste, estão entre as dez melhores cidades do estado em desenvolvimento socioeconômico avaliado nas áreas de saúde, educação, emprego e renda. Itaperuna ocupa a 6ª colocação no ranking estadual com uma classificação de alto desenvolvimento (índice de 0.8202) e está na lista dos 500 municípios com melhor pontuação no país. Em sua evolução anual, o salto numérico é demarcado a partir de 2009, no aumento de seus índices (FIRJAN, 2015). Ademais as estatísticas, apontam para o crescimento da renda per capita média de Itaperuna é referente “[...] a 70,71% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 403,50, em 1991, para R\$ 516,31, em 2000, e para R\$ 688,83, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,85%” (ATLAS BRASIL, 2013, online).

Nesse sentido, a questão do desenvolvimento regional que se coloca em boa parte dos municípios do interior do estado – tanto entre atores de destaque quanto entre cidadãos comuns – não se faz tão evidente qual seja o conteúdo dessa noção nem qual seu âmbito privilegiado de disputa.

Em Itaperuna, a promoção do desenvolvimento regional tem como atores privilegiados o Sincomércio e, em menor grau, a FIRJAN, além de alguns empresários dos ramos da educação, saúde, além do prefeito e sua equipe. O ativismo dos empresários chama a atenção, por contraste, com o de Campos dos Goytacazes – maior cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro em população e em extensão territorial –, dado que não possui o mesmo grau de visibilidade política e econômica no Estado do Rio de Janeiro e porque seus promotores são empresários e não políticos de destaque, como foram, em Campos, Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho.

Por outro lado, a própria construção do ideário e ações desenvolvimentistas pareceriam ser distintas. Enquanto em Campos trata-se da questão mediante uma gramática que opõe atraso e desenvolvimento e responsabiliza os governos de estado e federal pela falta de políticas de apoio à economia (CRUZ, 2003), em Itaperuna – sem suscitar grandes debates sobre a região – a mudança econômica dar-se-ia por uma espécie de modernização microeconômica⁷ e o ativismo empresarial pareceria alimentar a inovação, sobrepondo-se à iniciativa política municipal. Em suma, suponho que, além das diferenças econômicas e sociais evidentes entre Campos e Itaperuna, os próprios termos em que se trata do desenvolvimento da região e das desigualdades regionais são diferentes. O mesmo ocorre com a composição e dinâmica das arenas nas quais em Itaperuna é tratada, e que promove ações ajustada aos cânones econômicos contemporâneos.

Leituras da economia da região

Quando se trata da economia da região Noroeste Fluminense, poucas são as pesquisas acadêmicas que tratam dela. Há trabalhos que a tratam de forma

⁷ Este empresariado articula elementos de uma ‘cultura’ gerencial atualizada a outros “tradicionalistas”. Assim, de um lado inova no desenvolvimento de nichos de mercado, de produtos e serviços de alto padrão associado aos Mercados de trabalho de gestão no modelo global em sua conformação local. Igualmente singular que relaciona formas de gestão do trabalho no comércio e nos serviços aos modelos globais de administração, as estratégias do empresariado local e seus efeitos sobre a ação coletiva no contexto das cidades médias não metropolitanas, ainda pouco estudadas.

tangencial ao se referirem aos setores de comércio e serviço de Itaperuna e tratam, em particular de sua história (SANTOS, 2005; ALVES, 2008; BARTHOLAZZI, 2009; PEREIRA JÚNIOR; 2015;)⁸. São os trabalhos produzidos por Cruz (1997; 2003; 2007), da grande Região Norte Fluminense, que contribuíram de forma constante e durável ao conhecimento da região, bem como os trabalhos (LUMBRERAS, 2008, PIQUET; PESSANHA, 2014; COSTA, 2012; 2015) que dialogam com sua abordagem, produzidos no Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Cândido Mendes.

Os trabalhos mencionados destacam que a diferenciação de Itaperuna refere-se à própria formação da rede urbana fluminense e a posição central ocupada permitiu ligar o Espírito Santo ao sul do estado e Minas e a Campos dos Goytacazes (CRUZ, 2003; VARGAS, 2007; PEREIRA JR., 2015) e, em particular, ligada a esta última, diferenciando-se partir da década de 1970.

Assim, para Cruz (2003), enquanto Campos foi importante mercado produtor de açúcar, Itaperuna se construiu como um importante entreposto de compra e venda de café, arroz e pecuária leiteira. Mas cabia – como ainda cabe – a Campos o papel de “centro articulador” do desenvolvimento regional Norte e do Noroeste do estado: “[...] do ponto de vista da construção simbólica, a grande região de que se fala, historicamente, sempre foi polarizada pelo município de Campos dos Goytacazes” (CRUZ, 2007, p. 43).

Independente disso, a região sofre desde a década de 1960 com a “[...] estagnação econômica, os níveis de pobreza e a falta de perspectiva de emprego dominam o cenário socioeconômico regional” (CRUZ, 2007, p.44) (Vt. LUMBRERAS, 2008; COSTA, 2012; PIQUET; PESSANHA, 2014). Por isso, torna-se incapaz de recriar uma cadeia produtiva que reverta as condições precárias da sua pecuária e o processo de desertificação das terras. Tal quadro foi agravado a partir de 1980, com as crises econômicas ocorridas no Norte Fluminense e com a decadência da agroindústria sucroalcooleira, que rebateram na região NOF⁹ (CRUZ, 2007). Ademais, o desmembramento da NOF em 1987 da região Norte Fluminense

⁸ Tivemos acesso ao artigo que fora baseado em sua dissertação que infelizmente não encontra se disponível online. Sua versão material encontra se no município de Vassouras, RJ. Buscou se contato com a autora, mas não obtivemos sucesso.

⁹ “NOF constitui-se em uma Região de Governo do Estado do Rio de Janeiro determinada, a partir da divisão regional estabelecida pela Lei N.º 1.227/1987, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991. A região é composta por treze municípios: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai” (LUMBRERAS, 2008, p. 5).

acentuou seu “desaparecimento” no cenário político e econômico, numa espécie de “limbo”, como afirma Lumbreras (2008).

Nesse quadro, as cidades de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua configuraram-se como destaque ao transformarem-se em centros dinâmicos da região. Esses municípios concorrem entre si pela atração de investimentos. Mas, dada a hierarquização entre o Norte e o Noroeste fluminense – quando a primeira dinamiza sua economia como resultado de rendas do petróleo (*royalties*), dos investimentos diretos em Macaé e da proliferação de Projetos Logístico Portuários (Porto do Açu) –, as perspectivas de superar a estagnação parecem diminuir. Verificar-se ia, assim, no contexto de crescimento regional, o êxodo rural e o crescimento das principais cidades da região e, em particular, dos principais centros do Norte Fluminense Macaé e Campos.

Superar a estagnação histórica das regiões Norte e Noroeste e suplantando o baixo investimento governamental na esfera estadual e federal, de acordo com Cruz (2007, p.4), demandaria aprimorar a “[...] capacidade dos municípios de se apropriarem dos benefícios dos novos projetos, por meio do aumento de sua capacidade de planejamento, elaboração e de implementação de políticas públicas, pela utilização de recursos próprios”¹⁰. Portanto, para o autor, desenvolvimento regional tem a ver com a disposição dos municípios se diferenciarem quanto a sua capacidade de atração, de gestão e de interlocução com relação aos investimentos voltados para o crescimento (atrativos econômicos).

Além disso, seria preciso pensar estratégias de desenvolvimento que considerassem mais aspectos das “vocações” locais¹¹: “Dever-se-ia investir na diversificação e diferenciações regionais, não ligadas apenas a atividades do petróleo desenvolvidos na Bacia de Campos que acaba gerando emprego para as regiões, mas, para, além disso, pensar as regiões nos pós petróleo” (CRUZ, 1997, p. 36). Urge, então, a construção de um Poder Local que deverá construir uma nova identidade Local/Regional, como promotora do processo de Desenvolvimento, trata-se da utilização dos royalties como fomentador de um plano de desenvolvimento regional integrado e sustentável (CRUZ, 2007).

¹⁰ Ao pensar desenvolvimento para o NOF Lumbreras (2008, p.89) afirma que: “Uma região estagnada é como uma empresa que não tem capital para investimento. Sendo assim, torna-se necessário oferecer crédito para produção”. Isso implica dizer, que os municípios passam ser promotores de desenvolvimento, ao invés de uma questão nacional, passa ser uma questão local.

¹¹ No caso de Itaperuna o setor de serviço com foco nos micro e pequenos empresários - empreendedores.

O Desenvolvimento Regional Norte e Noroeste Fluminense, nesse caso, visaria amenizar as desigualdades socioeconômico-espaciais provocadas pela economia capitalista na polarização dos mais ricos, tal como ocorre nas outras regiões, e implicaria em pensar numa sorte de identidade regional capaz de articular atores políticos e econômicos em torno de um plano que organize dispositivos, de forma continuada, capazes de gerar emprego e dinamismo econômico (CRUZ, 2007; LUMBRERAS, 2008; COSTA, 2012; COSTA, 2015). A adesão a essa proposta implicaria numa substancial mudança na forma e nos instrumentos que pautam a relação entre estado, economia e sociedade, numa ação coletiva de escala regional em áreas que carecem de dispositivos para a ação que outorgam protagonismos ao planejamento e aos planejadores.

A tentativa que empreendo aqui difere da já mencionada na medida em que busca compreender a ação empresarial e seus vínculos com o estado na produção de uma dinâmica econômica regional. Por outras palavras, trata da relação estado, economia e sociedade, tendo como objeto o município de Itaperuna. Nesse sentido, as questões que balizam esta pesquisa consistem em articular a ação local, os empresários e suas práticas políticas. Desta feita, como estas práticas ocorrem e como aparecem aos seus principais atores. Como eles definem a região, o que concebem como desenvolvimento. De onde toma seus referentes, como circulam estas ideias e como este grupo empresarial interage com a esfera política.

Metodologia

Estudar a questão desenvolvimento regional a partir das tramas que tecem os empresários teve como instrumento de coleta de dados a observação participante, dos círculos políticos e empresariais que articulam as “associações” patronais, como FIRJAN e SINCOMÉRCIO, e os principais empresários da cidade, além das lideranças políticas locais. Outra técnica utilizada foi a observação participante, por meio de participação nas reuniões empresariais desenvolvidas pela FIRJAN, SINCOMÉRCIO e prefeitura, política promovida entre o governo estadual e as lideranças políticas do NOF. Além disso, participei de uma reunião entre os

empresários das indústrias com representatividade do comércio na FIRJAN Noroeste, e do evento Merco Noroeste¹², 2015.

A pesquisa compôs-se basicamente de levantamento e análise documental e de entrevistas. De fato, realizei dez entrevistas ao todo, assim compostas: dois membros do SINCOMÉRCIO, o secretário e funcionário público da prefeitura, o presidente atual que é, ao mesmo tempo, comerciante e subsecretário da secretaria de desenvolvimento de Itaperuna; o prefeito atual da cidade; o ex-prefeito; o sócio-fundador de uma das principais Faculdades; o presidente e sócio - fundador do Hospital São José do Avaí e a administradora deste hospital; o presidente da FIRJAN Noroeste Fluminense, também comerciante local; o presidente e o diretor comercial da CAPIL, que além da fabricação dos derivados do leite, possui um mercado para comercialização dos seus produtos. As gravações foram realizadas com autorização de todos os entrevistados. Quanto à reunião pública entre as lideranças político-partidárias, ela também foi gravada e transcrita.

Alguns atores importantes deste círculo preferiram não fornecer entrevistas, apesar de muitas tentativas, tais como representantes de outra importante Faculdade de Itaperuna, e comerciantes locais. Um desses comerciantes, do ramo varejista de supermercados, respondeu ao questionário via e-mail.

As entrevistas começaram sendo realizadas, primeiramente, com as organizações patronais FIRJAN e SINCOMÉRCIO e com o poder político local. Nessas entrevistas, buscou-se mapear o círculo de negociantes por meio das citações proferidas por esses interlocutores. Desta feita, o intento de desvendar a rede de contatos do empresariado de Itaperuna ganhou contornos bem promissores.

As entrevistas foram gravadas e, a posteriori, a partir de um trabalho minucioso de transcrição literal, as informações foram sendo agrupadas pelas perguntas-chave do roteiro semiestruturado, alinhando-as às questões que nortearam esta pesquisa, advinda do problema central, cuja estruturação foi guiada pela eleição de tópicos e temas sequenciadas na verbalização dos entrevistados. Isso porque, na medida em que a análise fosse se desenvolvendo, os princípios

¹² Feira comercial e industrial do Noroeste Fluminense, com sua primeira realização em 1999. Os realizadores principais são SINCOMERCIO, FIRJAN, o sistema S e Prefeituras da região. O slogan do evento é a “Maior feira de negócios da região”. A rotatividade do evento entre as cidades, foi considerada fraca. Aconteceu durante 3 anos em Pádua e logo após fixou-se em Itaperuna. As parcerias entre os empresários, quando ocorreu em Pádua, não foi bem-sucedida, pois não houve adesão marcante dos empresários da região e sem a presença estimada do público. Relatos de um empresário (produtor de macarrão, massas Ita), em 2015, na feira sobre a história da Merco Noroeste.

teóricos eram mantidos, bem como os pressupostos que basilarão esta pesquisa. Buscando analisar dentro da realidade expressa pelos sujeitos entrevistados em seu contexto social, político e econômico em que estes se inserem.

Portanto, trata-se de um exercício em estabelecer o conteúdo expresso na fala dos atores entrevistados; os assuntos mais abordados; os pontos de convergência e divergência entre eles; além da percepção documentada do próprio pesquisador ao adentrar em contato com estes sujeitos e suas informações.

Os capítulos

Ao longo desta pesquisa busquei construir um percurso teórico empírico de maneira articulada e que correspondesse ao objetivo esperado, a partir de considerar o que o próprio campo ia nos mostrando. Os capítulos desta dissertação ficaram estruturadas em quatro momentos. A introdução, além de apresentar ao leitor os caminhos que seriam percorridos, pontuou dados sobre Itaperuna e as discussões iniciais da pesquisa, dialogando com autores que discutem essa temática do desenvolvimento regional, além de apresentar a estruturação da ida ao campo.

Já no capítulo primeiro, de cunho teórico, foram apresentadas, a partir de três eixos temáticos, as categorias analíticas que respaldaram esta pesquisa e moldam a perspectiva das questões suscitadas, a saber: desenvolvimento e questão regional; região, regionalismo e cidade média; arenas, problemas públicos e empresários. Foram utilizados autores como Milton Santos (1991; 1999; 2008) para tratar sobre a região, a diferenciação do espaço, a guerra dos lugares e acerca os dois circuitos da economia. Apesar do desenvolvimento e questão regional, utilizou-se Oliveira (1976;1993; 2001), Furtado (1964;1992;2005), Santos (1990a; 1990b; 1999), Vainer (1993; 2007) e Saes (2010). Tais termos estão em disputa quanto ao seu significado e sua utilização está frequentemente associada à noção de desenvolvimento econômico ao de crescimento econômico.

Já de Bourdieu (2010), tomo o uso da noção de região, que vai muito além de premissas objetivistas geográficas e políticas. A partir de Haesbaert (2010), o enfoque foi dado à noção de regionalidade. Sobre cidade traçamos uma discussão baseado em autores como Santos (1990; 2008; 2010), Queiroga (2001), Harvey (2005), Moulin e Santos (2010), e Ribeiro e Garcia (2013). Apesar de atores

empresariais, arenas e problemas públicos, os autores que deram respaldo foram: Simmel (1939; 1976), Habermas (1987), Boltanski (1990), Boltanski e Thévenot (1991; 2007), Kirschner (2001), Gusfield (2006), Boltanski e Chiapello (2009), Cefai (2009; 2011), Bernoux (2001), e Goffman (2012). Trata-se de uma tentativa da desconstrução do homem econômico, e do capitalismo sem persona e desvinculado com o meio social. Além de interpretar que problema público constitui uma abordagem cultural do político e, que, portanto, é necessário entender esses públicos: os empresários.

Já o segundo e terceiro Capítulo consistem propriamente da análise das entrevistas e dos dados observados em campo, na compreensão dos empresariados como atores locais, sua compreensão de região e desenvolvimento. E também em como se processa seu associativismo empresarial. A partir daí surgiu a tentativa de compreender se de fato o desenvolvimento regional é um problema público e como isso se estabelece. A priori, parece-nos que se faz a partir da construção suposta de círculo fechados e na não publicização dos problemas regionais. Foi feita uma discussão a partir das entrevistas realizadas com os atores no mundo empresarial e seu entrelaçamento com a política local, objetivando abranger a moral, os princípios ordenadores dessa moral e suas categorias valorativas. Ademais, ponderar sobre sua sociabilidade moral que retroalimentam e perpetuam os seus na cadeia de criadores de símbolos sobre desenvolvimento. Em outras palavras, compreender os círculos empresariais da região, em seus processos de abertura e fechamento, isto é, do corporativismo associativo.

CAPÍTULO I

FERRAMENTAS ANALÍTICAS: DESENVOLVIMENTO, REGIÃO, CIDADE E ARENAS PÚBLICAS

1 Introdução

Pensar a questão do desenvolvimento como um problema público obriga a fazer uma espécie de ruptura epistemológica (BOURDIEU, 2010) pela qual se reconhece que, ao contrário do que possa parecer, a definição do que seja desenvolvimento em municípios, regiões, estados e nações não está estabelecida. Sua definição depende da relação e articulação da economia e políticas de cada uma dessas instâncias. Essa trilha metodológica obriga a desconfiar dos conceitos e a tratá-los na construção do objeto e das questões de pesquisa.

Em tal sentido, neste capítulo, trataremos de retomar a discussão que fora apenas esboçada na introdução, reproduzindo em linhas gerais os debates que são delineados nas ciências sociais, buscando reformular as questões propostas até agora por meio do crivo dessa contribuição. Escolhemos, para tanto, três eixos de análise articulados, primeiro pelo debate referente ao desenvolvimento e à questão regional do Brasil. Em segundo lugar, relacionando a noção de região, regionalismo e de cidade média e, finalmente, vinculando as noções anteriores aos conceitos de arena, problemas públicos e do empresariado como ator.

1.1 Desenvolvimento e questão regional

Tratar da noção de desenvolvimento e de região remete a uma problemática clássica na América Latina na qual vincula-se o subdesenvolvimento e a industrialização no esteio das etapas econômicas que vão da sociedade tradicional às desenvolvidas e industrializadas e da busca do “arranque” apontadas por Rostow (1952; 1956). Essa “tradição” pauta-se na crítica dessa abordagem evolucionista e procura explicações e alternativas ao subdesenvolvimento.

O termo desenvolvimento tem significados de difícil precisão. Seu uso mais recorrente “[...] é profundamente assimilada à noção de desenvolvimento econômico que ficou muito em moda nas décadas anteriores, hoje substituída no discurso

dominante por crescimento” (OLIVEIRA, 2001, p.11), e nesse sentido sofre um esvaziamento etimológico. Para Oliveira (2001), a definição de seu significado disputa-se nas “arenas políticas e de hegemonia ideológica”. Essas ideologias desenvolvimentistas das décadas de 1950 a 1970, “[...] em seus inúmeros matizes, prometeram que a industrialização e urbanização conduziriam, enfim, à modernização da sociedade e do Estado brasileiros” (VAINER, 1993, p.16).

De fato, o desenvolvimento, tal como pensado por Celso Furtado, no marco da década de 1950, tinha como aspecto central a industrialização do Brasil como forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento, tendo como ator principal o Estado: estrategista e planejador (SAES, 2010). Para Furtado (1964, p.33), o subdesenvolvimento é uma forma de organização no interior do capitalismo, nela, países como o Brasil não produzem tecnologia, “[...] a absorvem totalmente por empréstimo” dos países centrais, daí sua dependência. Exprime-se na forma de incorporação e propagação de novas bases técnicas que apresenta e se traduz em baixa capacidade de gerir as mudanças econômicas. O processo de desenvolvimento recai sobre a capacidade de combinações novas de técnicas já conhecidas ou com as introduções de inovações técnicas.

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho (FURTADO, 1974, p. 82).

Os efeitos sociais da modernização técnica seriam grande excedente de mão de obra – produzida pela destruição das formas anteriores de produção –, não absorvida pelos mercados de trabalho e pela formação de uma economia dual, e assim uma “[...] distribuição de renda, de riqueza extremamente desigual, e de uma ‘demanda de bens finais pouco vigorosas’” (FURTADO, 1964, p.34)¹³. Enfraquece-

¹³ Furtado (1964, p.33) salienta que nos países subdesenvolvidos, isto é, incapazes de produzir novas tecnologias e sim absorção das mesmas por empréstimo (dependência), há também, uma dificuldade de adaptar a estrutura social nas mudanças ocorridas no modo de produção. Isso faz

se, assim, o mercado interno e a espoliação dos bens finais de qualidade para o mercado externo pelas mãos “da classe dirigente”. Já o excedente é consumido na forma de luxo ou retirado de circulação, como remessas econômicas ao exterior.

De igual modo, a ausência de expansão do mercado externo, a partir do momento em que o crescimento passa a ser ancorado na economia internacional, redundaria num fator problemático entre as trocas de produto primário com o comércio exterior. Além da fragilização dos laços de interdependência entre as regiões distintas do país, com o enfraquecimento do mercado interno (FURTADO, 1992).

A dualidade dos mercados de trabalho é comum a toda estrutura social e econômica. Como país periférico o Brasil permanece atrasado, dado que foi incapaz de criar um padrão capitalista como os dos países de centro. Para ele, o subdesenvolvimento geraria como resultado uma catástrofe social (FURTADO, 1992).

A estrutura econômica e social do Brasil carrega a marca da formação colonial de sua classe dirigente – que ele qualifica de “ptolomaica” – sendo incapaz de enxergar sua própria posição dentro de um sistema de forças econômicas mundiais. Nesse sentido, nos países subdesenvolvidos a industrialização é realizada “de fora para dentro”, introduzindo elementos de capitalismo avançado, numa economia de base agrícola de assentamentos e com uma classe trabalhadora que não consegue impor força e a subjugação do campesinato nas mãos da oligarquia agrária (FURTADO, 2005).

O desenvolvimento econômico é, nessa concepção, um “[...] processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte para toda a sociedade” (FURTADO, 1964, pp.61-63). Desse modo,

[...] as teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Esta última não se deu desde o começo da industrialização capitalista. Mas, alcançado certo nível de acumulação, ela se fez inerente ao processo de desenvolvimento (FURTADO, 1992, p. 39).

gerar mão de obra excedente que não serão absorvidas pelo mercado. O que cria um mercado “paralelo”, já que tais excedentes tendem a migrar para “formas artesanais de economia de subsistência”.

Vale dizer que, para além das explicações, os potenciais benefícios do aumento da produtividade, em sociedades de classes, são disputados: classes dirigentes priorizam a acumulação e a concentração de riquezas, enquanto trabalhadores priorizam a melhoria das condições de vida pela via do aumento dos salários e da diversificação de seu padrão de consumo. A desigualdade social é, assim, um elemento constituinte do capitalismo. Trata-se da institucionalização da má distribuição de renda. A reversão desse quadro implica que o Estado assuma o papel de agente de decisão centralizador da manutenção e estabilização da economia (FURTADO, 1964).

A solução do subdesenvolvimento econômico e social no Brasil poderia ser efetuada pela promoção de uma sociedade democrático pluralista e pela criação de “[...] condições para que os assalariados urbanos e massas camponesas tenham uma efetiva participação no processo de formação de poder” (FURTADO, 1964, p.90). Para tanto, o mercado interno brasileiro deveria crescer. Em seu livro, “A dialética do desenvolvimento”, Furtado (1964) afirma que não há como superar o subdesenvolvimento sem promover mudanças culturais que permitam uma ascensão politizada da massa trabalhadora e a criação interna de tecnologia.

Em termos regionais, tal encaminhamento caracterizou-se pelas tentativas de estimular a industrialização nas regiões Nordeste e Norte mediante a Criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) cujas ações muito se desviaram de seus objetivos iniciais, dadas as mudanças políticas de 1964 (OLIVEIRA, 1981). Permitiram a industrialização do Nordeste, mas não uma mudança substancial de sua estrutura econômica e social, cuja economia agrária entrou em decadência e seus mercados, inclusive de trabalho, foram absorvidos por São Paulo, numa sorte de colonização interna.

Já na década de 1970, Furtado trata do desenvolvimento como um “mito”. De fato, um mito por não ser possível universalizar o desenvolvimento econômico conquistado por alguns países que lideraram o capitalismo durante a Revolução Industrial, bem como o padrão de consumo dos mais abastados puderam ser espalhados e, portanto, acessíveis à grande massa populacional (FURTADO, 1974), sem as desastrosas consequências ambientais, econômicas e sociais. Mas, como o mito do *condottiere* como configurador do Estado Unificador, da vontade coletiva, recordado por Gramsci (1988):

Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, pp.75-76).

A questão do desenvolvimento que merece ser debatida é a mudança do estatuto das relações pela diversificação econômica. Nesse sentido, Oliveira (2001) reconhece que a retomada do termo desenvolvimento, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar a qualidade de vida da população mediante o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em voga no Brasil e suas regiões, seria um começo interessante para tratar a questão local do desenvolvimento. Teria a cidadania como base de mensuração enquanto bem-estar e qualidade de vida, além de pensar a total interligação entre o desenvolvimento econômico e social numa visão holística do processo.

Mas a questão das desigualdades regionais permanece sem solução segundo critérios desenvolvimentistas (OLIVEIRA, 1981), pois se agravou em relação aos critérios econômicos e políticos contemporâneos – reestruturação produtiva e globalização – as regiões são chamadas a se diferenciarem e se tornarem competitivas (OLIVEIRA, 1993). Essa tendência oposta à do capitalismo monopolista que tendia a homogeneizar as regiões estimula o aumento da desigualdade:

[...] essa tendência se expressa numa espécie de hélice de duas pás, enroscando-se a concentração econômica com a concentração espacial. Durante algum tempo, a teoria espacial pensou que a correção viria das deseconomias de aglomeração, em que a taxa marginal do lucro econômico-espacial entraria em declínio. O surgimento e a explosão da microeletrônica jogou tal possibilidade para as calendas; de fato, reassiste-se a poderosos movimentos de reconcentração numa espécie de microcosmos eletrônico: tanto o espaço quanto o capital financeiro são fictícios, virtuais, e assim anulam as contratendências à desconcentração (OLIVEIRA, 2001, p.17).

Trata-se de um fenômeno ambivalente¹⁴ da globalização, já que a integração econômica internacional, os lugares e as regiões são simultâneos à fragmentação

¹⁴ Em Oliveira (1976) o subdesenvolvimento é tido como unidade de contrários próprios do capitalismo, cuja simbiose entre o moderno e o atrasado estrutura todo sistema. O moderno se alimenta da existência do atrasado. Portanto, o ponto principal é pensar os aspectos internos das

territorial, dado que ocorre sem articulação a qualquer projeto nacional que tente corrigir desigualdades entre regiões. Estimula-se, assim, um separatismo regional entre ricos e pobres, ressuscitando identidades regionais históricas, cujas reivindicações pautam-se em critérios desenvolvimentistas da década de 1950 e 1960. Essa “fratura regional” fragiliza a unidade do país e agrava a ausência de um projeto nacional consistente (OLIVEIRA, 1993).

Nessa mesma lógica, Vainer (1993; 2007) ressalta que as agências de desenvolvimento regional (SUDENE, SUDAM e SUDECO) serviram como vetores de fragmentação regional.

Se debruçavam sobre planos nunca concretizados e distribuíam incentivos fiscais entre grupos dominantes locais e nacionais, o território ia se configurando conforme decisões tomadas em grandes agências setoriais. Não eram os planejadores regionais que desenhavam a região, mas os planejadores e tomadores de decisão em cada um do macro setores de infraestrutura (VAINER, 2007, p.9).

Esses grandes projetos de investimentos na década de 1970 produziram no país uma forma particular de industrialização sobre o eixo Sudeste como núcleo-urbano industrial e uma relação com o restante do país ao introduzir um importante fator de fragmentação territorial desigual. Na conformação da década de 1990, pautaram-se, segundo este autor, por empreendimentos privados e o enfraquecimento do Estado sobre esses empreendimentos geraram a privatização do planejamento e controle territorial. Esses “[...] grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões” (VAINER, 2007, p.11). Portanto, para este autor, adensando as palavras de Oliveira (1976; 1993), a questão regional e seus desdobramentos se fazem a partir de grupos de interesses e coalizões políticas.

O local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam e convergem, na constituição de consórcios empresariais e coalizões políticas.

estruturas de dominação que conformam as bases de acumulação próprias de países como o Brasil. Antes que uma oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. Penetrado de ambiguidade, o subdesenvolvimento pareceria ser um sistema que se move entre a sua capacidade de produzir um excedente que é apropriado parcialmente pelo exterior e, a incapacidade de absorver internamente, de modo produtivo a outra parte do excedente que gera.

Projeto industrial, controle territorial, empreendimento econômico e empreendimento político se misturam nos meandros dos financiamentos públicos, das dotações orçamentárias, das trocas de favores e, como vem à tona uma vez ou outra, da corrupção institucional e individual. O cacique local se dá ares de importância quando entra em contato com o dirigente de um grande grupo econômico internacional e negocia praças e igrejas, ao mesmo tempo em que pressiona seus deputados a pressionarem instâncias subnacionais e nacionais para a concessão de licenças e favores. O exame da economia política de cada grande projeto permitiria identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam elites locais e regionais para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que decompõe o território nacional em novos fragmentos localizados (VAINER, 2007, p.12).

Nesse sentido, engendra uma guerra de lugares, de todos contra todos, pela falta de pactuação democrática, pela inabilidade do Estado mediar práticas de cooperação federativa. A partir de 1990, instaura-se a permanência do velho regionalismo no cenário político brasileiro e em suas projeções territoriais: “[...] combinam as práticas dos velhos caciques com a agressividade competitiva dos empreendedores” (VAINER, 2007, p. 18). Agrega-se, também, novos elementos nesse cenário por meio da capacidade desses grupos tradicionais pela rede de clientela conquistar um poderio econômico e político. Portanto, pensar o arranjo dos regionalismos e seus projetos territoriais é antes de tudo pensar na constituição de sujeitos políticos e sua força na formação subsidiária de alocação de recursos num determinado local (VAINER, 1993).

Boa parte das justificativas desse regionalismo que busca o desenvolvimentismo baseia-se na crença da existência de vocações regionais, isto é, de potencialidades econômicas que devem ser estimuladas. Mas se trata de uma expectativa contrária aos processos dominantes, dado que as potencialidades e virtualidades do local são, em grande medida, políticas e efeitos da política. “A forma [...] de visibilidade dos problemas e a maneira local de encará-los” depende das forças sociais e políticas que estão em vigor. Compreender, portanto, a política local permite entender como ocorre a integração econômica, sendo “[...] uma política da mera ação dos atores privados” (OLIVEIRA, 1993, pp.25-34).

A menção à inexistência de um poder público que se superponha aos interesses privados, nos municípios do interior do Brasil remete a forma política clientelismo tratada por Leal (2012, p. 43): “É antes uma forma peculiar de

manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”.

As características que, grosso modo, definem essa "forma particular de poder privado" são: a penúria econômica dos municípios rurais e seu relativo isolamento, sua dependência, dos governos estadual e federais para trazer recursos e serviços ao município. A liderança política local – um proprietário de terras, tomado como um bem-feitor por lavradores, “roceiros” e colonos – dispõe de um patrimônio de votos dos quais o governo "não pode prescindir". Demos que o poder local é tolerado e incentivado, estabelecendo trocas e cooperação pessoal permanente. Desse sistema de compromisso, surgem outras características: a perseguição sistemática da oposição (mandonismo), a lotação de parentes, amigos e afilhados em cargos públicos (filhotismo) e desorganização do poder público local.

Oliveira (1993) não trata do coronelismo em si. Seus elementos aparecem nas entrelinhas da questão regional. Para o autor, no Brasil esta foi mal resolvida e inacabada, pautava-se no mito da construção e integração nacional nas décadas de 1950 e 1960. Foi pouco discutida e abandonada na ditadura de 1964, rebaixada à dimensão administrativa. Reforçaram-se, assim, práticas clientelistas, sendo os planos regionais utilizados como moeda de troca. A questão regional, tipicamente brasileira, repousava sobre a irresolução da questão agrária e da reserva de mão de obra no mercado¹⁵. Baseada numa "aliança de interesses entre a burguesia industrial e oligarquias agrárias retrógradas" (OLIVEIRA, 1993, p.59), organizada com base na violência estatal, que Oliveira denomina hegemonia inacabada. Nesse marco, as barganhas políticas ganharam contornos na obtenção de favores a fim de que o governo militar mantivesse condições de governar e pleitear financiamentos internacionais. Para este autor as acentuadas diferenças regionais teriam como origem histórica as alianças da burguesia nascente com a burocracia imperial – “latifundiário-burguesa de exército¹⁶” e “latifundiário-camponesa” (OLIVEIRA, 1993).

¹⁵ Na formação de um exército industrial de reserva.

¹⁶ A burguesia nascente teve importante relação com a própria burocracia imperial, cujo projeto tem pretensões hegemônicas contra as forças centrífugas, em sua interpretação, representada pelas nascentes oligarquias regionais e locais. Não teve projeto hegemônico, mas sua ligação com a burocracia imperial e com a própria formação do Exército lhe fornece os meios para impor uma *organização primitiva* da concorrência, ao contrário do paradigma, estranhamente neoclássico, que se insinua entre os dois grandes clássicos da interpretação da história econômica brasileira, Caio Prado e Celso Furtado, como se a concorrência se organizasse a si mesma. Luis Alves de Lima e Silva é emblemático dessa fusão de interesses entre a burguesia nascente do café na Província do

Neste ponto Oliveira (1993) e Furtado (2005) são divergentes. Para o primeiro, a concentração regional de renda é inerente aos processos de desenvolvimento. Portanto, o rápido desenvolvimento de uma região não implica, necessariamente, no declínio de outras. Já para Oliveira (1976) no Capitalismo monopolista o desenvolvimento do Sudeste subordinou economicamente o restante do Brasil estabelecendo uma divisão nacional do trabalho que reproduz internamente a colonização e a dependência (SAES, 2010).

Ao contrário da revolução burguesa clássica¹⁷ não foi necessário aqui ruptura entre proprietários rurais e empresários de indústrias. Coube ao populismo de Vargas articular a economia agroexportadora e a industrialização – o moderno ao atrasado. O dualismo denunciado por Furtado (2005) torna-se, nesse caso, uma articulação típica da industrialização nacional que ocorreu sobre uma "base pobre" (OLIVEIRA, 1976).

[...] agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma acumulação primitiva [...] o crescimento anterior [...] não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse (OLIVEIRA, 1976, p.23).

No Brasil, a industrialização substitutiva fundou-se nas necessidades do consumo e não na necessidade de produção, da acumulação. O chamado "dualismo" adveio da formação dos polos atrasados e modernos, de acordo com sua relação com as formas de consumo sofisticadas. Nesse sentido, o desenvolvimento do setor terciário no Brasil foi adequado para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência concentradora de renda.

Rio, o projeto hegemônico da burocracia imperial e a formação do Exército: ele é a vertente latifundiário-burguesa do Exército, contra a vertente latifundiário-camponesa, cujo emblema é Osório, o Marquês de Herval (OLIVEIRA, 1993, p.45).

¹⁷ Ao contrário da revolução burguesa clássica [...] não exigirá ruptura entre proprietários rurais e empresários industriais. Por razões genéticas e razões estruturais. [...] A ruptura não se dá em todos os níveis e em todos os planos. As classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas (mantêm o controle das relações externas) da economia primário-exportadora. Com o colapso das relações externas, essa hegemonia desemboca no vácuo. [...] A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportador. É para tanto, preciso adequar as relações de produção. O populismo é larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma de junção do arcaico e do novo [...] cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre capital e, o trabalho a fim de criar as fontes internas da acumulação (OLIVEIRA, 1976, pp. 63-64).

O crescimento terciário está estritamente ligado à expansão urbana industrial e faz parte do sistema, não sendo marginal a ele.

Nesse sentido, para Vainer (1993) e Oliveira (1993), quanto ao fato de a partir da década de 1970 a integração produtiva articular as diferenças regionais, o próprio programa de desenvolvimento nacional do fim da década de 1950, do Governo Juscelino Kubitschek, já pretendia integrar as regiões e o desenvolvimento regional na formação de polos econômicos, de desenvolvimento nas micro e mesorregiões funcionais (classificação por indicadores econômicos clássicos). Assim, verificar-se-ia no micro e meso regiões do Brasil, segundo Vainer (1993, p.23), “[...] a homogeneização do espaço nacional sob a égide do capital” e, em consequência, “a perda de traços identitários”. No Brasil não teria se pensado num plano regional nacional e sim planos locais para determinadas regiões de destaque 'eleitoreiro' e econômico que sustentasse as bases políticas (OLIVEIRA,1993).

O debate mais conceituado sobre o desenvolvimento, e em particular sobre o desenvolvimento regional no Brasil, é datado das décadas de 1960 e 1980, no contexto do que Oliveira (1993) denomina como capitalismo monopolista. E a partir de 1980 suas transformações pós-fordistas, denominado por muitos autores como reestruturação produtiva – vasto processo de mudança nas relações de produção, de redefinição dos papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, cujas consequências para o mundo social ainda constituem, em grande parte, uma incógnita. Nas empresas, compreende inovação tecnológica, reorganização da produção e da organização produtiva e, ainda, nas formas de gestão, tais como: produção enxuta e especialização flexível. Nesses dois âmbitos, o fim da grande empresa produtora de bens e serviços estandardizados, para um mercado de massas, abre-se espaço a um mercado conectado a globalização (SANTOS, 1999) e a financeirização (OLIVEIRA, 2001). Contudo, o contexto de subdesenvolvimento permanece e prevalece.

Nesse contexto, nem as noções de planejamento e desenvolvimento têm os mesmos significados, nem o estado nacional as mesmas funções. Cidades e regiões assumem papel central na promoção e no planejamento econômico (CASTELLS, 1978) na forma de planejamento estratégico (CASTELLS; BORJA, 1997).

1.2 Região, regionalismo, cidade média

De uma perspectiva espacial, estes processos econômicos têm como cenário privilegiado as grandes regiões metropolitanas, que “[...] tendem a recuperar protagonismo e constituir-se nos espaços da crise global e na forma central de organização territorial do capitalismo” (CICCOLELLA, 1999, p.21). Isso significa dizer que o capital privado aparece como ordenador territorial preponderante baseando-se em múltiplas vantagens competitivas e gerando segregação socioespacial.

Nos grandes centros urbanos, espaços especializados pela gestão econômica articular-se-iam, além da esfera local e nacional, numa “rede solidária” de cidades globais. Neste contexto, a metropolização impulsionada, outrora, pela industrialização, pareceria, nas últimas décadas, estar mais vinculada “[...] ao aparecimento e difusão espacial de grandes equipamentos de consumo, à formação e revitalização de distritos de comando e à difusão de novas tipologias de espaço residencial de classes médias altas” (CICCOLELLA, 1999, p. 24).

Mas no mundo moderno, e hoje de maneira mais radicalizada, aumentaria “[...] a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos e dinheiro interessando aos atores hegemônicos” (SANTOS, 1999, p. 218). “Fluidez e racionalidade são os axiomas fundamentais da realidade mundial”, pelos quais “[...] gera-se um território global onde os fluxos mundiais encontram suporte em certos pontos do espaço” (SANTOS 1999 *apud* GUTIÉRREZ, 1998, p. 5). A incorporação à rede global de fluxos (re) significa os lugares, redefinindo a cidade e a rede nacional e internacional na qual se insere. Certos lugares tornam-se zonas de rentabilidade “luminosas” e outras “zonas opacas” (SANTOS, 1999, p. 246).

Esta conjunção de processos explica, então que a cidade decline em seu papel industrial e de âmbito vivencial de encontro e de sociabilidade, ao mesmo tempo que amplia a sua função como “[...] espaço de valorização do capital, como lócus de competitividade” (CICCOLELLA, 1999. p. 23).

A promoção das cidades e de seus recursos torna-se, assim, um dever público num contexto de disputa entre regiões e cidades – numa sorte de guerra dos lugares (SANTOS, 1999), por atrair investimentos. Nesse sentido, as cidades – e seus governos – tornam-se empreendedoras (HARVEY, 2005), promovendo a competitividade da cidade e dos lugares da cidade pela distribuição dos usos e técnicas (SANTOS, 1999).

Essa refuncionalização do espaço urbano (RIBEIRO; GARCIA, 2013) envolve, também, a produção da imagem da cidade num processo de *marketing (city*

marketing). Como forma de comunicação o *marketing* promove adesão a ideias, valores do imaginário de cidades de primeiro mundo. Reelabora-se, assim, e se dá novo significado ao senso comum, buscando consensos (RIBEIRO; GARCIA, 2013, p. 31). Este consenso é “[...] fundamental não apenas para o fortalecimento do poder, mas para o redirecionamento dos fluxos modernos de consumo e de circulação de bens e serviços”. Este “trabalho” de ressignificação, afeta tanto as atividades econômicas quanto o *modus vivendi* urbano, dado que os espaços construídos para a vida dos cidadãos acabam por reordenar os “[...] circuitos de investimento e consumo destinados às faixas de renda correspondentes ao topo do mercado e camadas médias” (RIBEIRO; GARCIA, 2013, p. 30).

As cidades atuais, pela estruturação do seu território e de seus mercados, estão abertas a todos os ventos do mundo; não são menos individualizadas (SANTOS, 1999). Nelas, a copresença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e as suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades da vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente. Esse dinamismo não se restringe, porém, às metrópoles. A partir destas se espalha pela rede urbana, de forma ambivalente.

As metrópoles e sua rede fraturam-se “[...] em setores, bairros, municípios escassamente integrados, não rentáveis ou deprimidos e em fragmentos urbanos modernos, globalizados, especializados e competitivos”. Cristaliza-se em certos pontos do território “uma lógica correspondente ao novo momento histórico” em que certos espaços são capazes de conferir valor a atividades, pessoas e mercadorias. “Confluem os resultados contraditórios de um processo de modernização que impõe novas formas de atraso”, configurando um processo que Santos (1990a, p. 28) denominou “involução urbana” e, anos depois, de flexibilidade tropical” (Santos, 1999, p. 260).

Ocorreriam, aqui, dois processos simultâneos: junto à modernização de atividades haveria expansão da pobreza e dos empregos mal remunerados. Uma “[...] proliferação de atividades com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno que surgem como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços [...] que a economia monopolista não consegue atender”. Estes serviços suprem uma população “marginalizada” e, com isso, desenvolve-se “uma vasta classe média e pobre”. São atividades econômicas que se inserem em “[...] diversos circuitos de circulação, distribuição e

consumo que lhes permite trabalhar segundo diversas taxas de lucro” (SANTOS, 1990a, p. 28).

O tamanho da cidade dá novas dimensões à segregação espacial, criando um número maior de áreas relativamente homogêneas (níveis de renda da estrutura sócio-profissional, da variação de consumo) [...] que induzem à instalação de uma certa tipologia de produção de bens, serviços e comércio. Cada sub-área age desse modo [...] dessa forma a cidade admite e cria (enquanto meio geográfico) formas produtivas variadas e diversas (SANTOS, 1990a, p. 45).

A segregação e a superposição de lugares novos – moderno lado a lado dos antigos – apresenta-se mediante a combinação da perspectiva sociológica e geográfica como configuração de uma “urbanização de base pobre” (MAMANI, 2004). Tal processo expande e articula a rede urbana de modo singular, formando um conglomerado urbano que alguns geógrafos denominam como uma megacidade do Sudeste:

A Megalópole constitui-se como entidade urbana específica, própria do período e do meio técnico-científico-informacional. A megalópole é um espaço heterogêneo e fragmentado, lócus de múltiplas racionalidades e das múltiplas espacialidades e temporalidades. Espaço por excelência das razões globais de dominação que, entretanto, não anulam, aliás potencializam, pela diversidade, densidade (proximidade) e especificidade, a razão comunicativa (QUEIROGA, 2001, p. 55 apud MAMANI, 2004).

De fato, “[...] nas macrorregiões mais dinâmicas, sudeste e sul, se observa desconcentração em direção às cidades médias” (MOULIN; SANTOS, 2010, p.15). Cidades com mais de 100 mil habitantes e/ou aquelas que possuem função de cidade média (MOULIN; SANTOS, 2010)¹⁸. O critério numérico dessa classificação pouco define se desvinculado da integração regional mencionada, dado que “[...] as regiões são o suporte e as condições das relações globais que de outra forma não se realizariam” (SANTOS,1999). Nesse caso, de uma perspectiva econômica, a integração dessas cidades ocorre pela via do desenvolvimento do setor terciário¹⁹,

¹⁸ Função de cidade média: às funções que desempenham na rede urbana, isto é, o papel dos fluxos de mediação (bens, informação, inovação, administração, etc.) entre os territórios rurais e urbanos da sua área de influência e dos outros centros e áreas menores.

¹⁹ Segundo das do IBGE (2015), o PIB brasileiro do primeiro trimestre deste ano correspondeu ao seu total de 1,5 trilhões de reais, tendo no setor de serviços em valores correntes no trimestre seu maior indicador em 945, 6 bilhões. A título de comparação o indicador indústria contribui com seus 281, 8

com destaque ao comércio e aos serviços. O que antes era atípico no contexto do capitalismo industrial, no atual cenário, as bases produtivas perpassam por esse setor.

De fato, a “economia de serviços” vem desenhando as cidades e polarizando as redes de serviços pelas cidades médias

[...] elas se transformam em centro regionais de serviço; agentes do processo de descentralização das políticas públicas e áreas de destino de fluxo migratório em busca de oportunidade de emprego em cidades que o custo de vida seja inferior ao das metrópoles” (MOULIN; SANTOS, 2010, p.5).

Simultaneamente, as “cidades de porte médio”, além de transformarem-se em agentes de descentralização das políticas públicas porque ofertam serviços como saúde e acesso à justiça, é, também, fonte de base a coalizões entre lideranças empresariais e políticas – parceria público-privada (HARVEY, 2005) – empenhados na promoção de sua cidade²⁰ em detrimento das outras.

Nesse contexto, os regionalismos e esforços por produzir novas regionalizações ou fortalecer pretéritas ganham força. Assim, Vainer (1993) chama a atenção sobre as estratégias políticas elaboradas por um ou mais grupos sociais no sentido de produzirem uma identidade regional (frente ao Estado, frente a outros grupos sociais, etc.). Essas estratégias regionais tendem ao isolacionismo territorial. Isto é, uma fragmentação territorial e uma guerra de lugares. Assim, os municípios tenderiam a promover a segregação (separatismos) a fim de preservar seus espaços privilegiados de apropriação de recursos públicos e privados, e em contrapartida a esse isolacionismo se configuram as relações nos círculos nacionais e internacionais que estas mantêm.

Com o intuito de preservar seu isolamento (diferencial regional) microrregional será preciso manter sua capacidade de se articular aos circuitos nacionais e

bilhões e a agropecuária em 90,8 bilhões. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3245&busca=1&t=pi b-recua-0-6-relacao-1%C2%BA-tri-2016-totaliza-r-1-5>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

²⁰ Harvey (2005) enfoca no seu estudo que a partir de 1970, a tendência das cidades estava voltada para a visão do empreendedorismo. Sendo este a chave para a transição do capitalismo fordista keynesiano para o regime de acumulação flexível. Onde o setor de comércio torna-se equipamento de valorização espacial e determina também a oferta local de mão de obra. Ou seja, atividades de mercado voltadas para o consumo. A criação de um ambiente saudável para os negócios vem associada a uma grande mudança de gostos e diversificação de consumo, qualificação de mão de obra e identidade local para o controle social, política de emprego, ênfase nas empresas na criação de subsídios locais para o capital.

internacionais. Tal paradoxo recai sobre “[...] as estratégias de diferenciação espacial pela preservação dos territórios urbanos” (VAINER, 1993, p.25), segmentando lugares que possuem qualidades peculiares a fim de gerar uma competição (ou tornar competitivas) entre as localidades, cidades e regiões. Busca-se criar diferenciações para que os lugares se tornem atrativos aos investimentos do capital.

Tornar-se-ia, assim, recorrente o estímulo à criação de novas identidades territoriais (locas/ municipais) associadas às estratégias de grupos que trabalham simbolicamente para estimular estratégias econômicas contemporâneas. Como foi sugerido em mais de uma oportunidade, trata-se de regionalismos associados à globalização e suas formas de articulação entre as escalas local/global (HAESBAERT, 2010).

Desse modo, o velho e o novo regionalismo apresentam similaridade no discurso. Ambos se ancoram nos discursos forjados no seio de grupos dominantes locais e regionais, com o intuito de criar uma coesão societal em torno de uma gramática que expressa os interesses comuns: a manutenção e o crescimento da qualidade de vida para todos. Porém, Vainer (1993) salienta que há diferença na construção do novo regionalismo. Esta não estaria subjugada ao ideário e ao discurso do atraso, de ser região periférica dependente. Antes, o bojo do discurso estaria calcado na confiança de conquistarem seu lugar ao sol (cidades empreendedoras).

Na perspectiva adotada aqui, a região não é uma coisa (objeto) nem domínio exclusivo de uma única disciplina do conhecimento.

Não se desconhece as dificuldades para precisar o conceito de região; a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico. (OLIVEIRA, 1981, p. 25).

Contudo, – sem desdenhar dessa abordagem, que com o visto, ao tratar das regiões e suas mudanças, é fortemente marcada por recortes econômicos e geográficos –, nossa ênfase aqui recai sobre a região como uma construção, e, portanto, sobre a dimensão política em seu sentido mais amplo.

Assim, a constituição de uma região não é natural, pura conformação paisagística e geográfica. "A realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam em características que nada têm de natural e que é em grande parte produto de uma imposição arbitrária" (BOURDIEU, 2010, pp. 114-115). No caso deste autor, trata-se de um recorte classificatório, de um efeito de poder simbólico.

Falar de região, em Bourdieu (2010), é traçar as relações de forças que almejam classificar e delimitar o que é uma região. Tal classificação adensa este autor, procura querer produzir diferenças culturais. Deste modo, acrescenta Bourdieu (2010, p. 116), "[...] este discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer a fazer conhecer a região assim delimitada". Para tanto, é preciso fazer desses discursos a construção de uma unidade de grupo, de pares que se reconhecem neste discurso e no poder exercido para espriar a outros grupos, conformando numa identidade regional.

Assim, nossa ênfase, nesse caso, não recai no poder e sim sobre o trabalho de recorte e construção de regiões e, em certa medida, à possibilidade de encontrá-las incorporadas, aceitas e sedimentadas no que denominamos identidade, e se sustentam, nos termos de Park (1949), numa moral local associada às condições "ecológicas". Nesse sentido, antes que a noção geográfica de região²¹, interessamos as noções de regionalidade e regionalização.

A regionalização consistiria, para Haesbaert (2010, pp.4-6)²², num processo em constante rearticulação de diferenciação e de recortes do espaço e a regionalidade de enquanto propriedade do "ser" regional, que significaria a dimensão simbólica e vivida. Isto é, para além da definição teórica do regional. E sim pensar a regionalização numa análise "[...] centrada na ação dos sujeitos que produzem o

²¹ Entende-se como uma entidade geográfica, uma relação do todo entre as partes.

²² Haesbaert (2010, pp.4-6) faz uma diferenciação entre região na concepção da geografia, o qual se entende como uma entidade geográfica, uma relação do todo entre as partes. Mas este autor introduz dois termos que melhor pensa região: Regionalização, como primeiro termo, que consistiria em um processo em constante rearticulação de diferenciação e de recortes do espaço em parcelas. Mas, antes de tudo regionalizar para este autor implica em "assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos processos globalizadores". Isso significa um processo de imbricamento entre o regional e o global ("glocalização"). Assim, estaríamos diante de um processo globalizador e regionalizador hegemônicos. Na dinâmica de atores que definem os rumos do capital financeiro, de mercantilização generalizada. E o segundo termo, Regionalidade enquanto propriedade do "ser" regional, que significaria a dimensão simbólica e vivida. Isto é, para além da definição teórica do regional.

espaço e na interação que eles estabelecem”. O espaço deve ser visto, antes de tudo, no seu sentido relacional.

Assim, compreender e definir desenvolvimento requer antes de bases teóricas ou metodológicas, por recortes geográficos, territoriais ou de planos de desenvolvimento, é preciso pensar nos atores políticos que criam a dimensão simbólica da região e seu desenvolvimentismo. São temas que estão em disputa desigual, porém articulada desde sua escala local ao global. Para Vainer (1993), as pautas regionais estariam adotando um “liberalismo realista e pragmático”.

A perspectiva que tem como referente economicismo não permite acompanhar a complexidade dos processos envolvidos. Os processos geográficos, sociais e políticos acabam sendo apresentados como obedecendo a necessidades do capital ou conduzidos pela lógica imanente da acumulação, ou ainda, desde certa perspectiva política, como obedecendo a uma ação manipulatória.

1.3 Arenas e problemas públicos

Aderimos, por um lado, a desconstrução do *homo economicus*: “[...] este agente economicista que agiria conforme um padrão de racionalidade formal, motivado tão somente pela a realização de um interesse próprio [...] desconectado de qualquer vínculo com o meio social em que está inserido”. O que referencia a crítica na separação entre o econômico e social, resgatando a noção da embebedimento social da economia, isto é, o “[...] caráter socialmente instituído da ordem econômica” (KIRSCHNER, 2001, pp. 9-10). E por outro, extrapolamos o mesmo tipo de objeção à ênfase no estado, ou o poder, que atuam nas explicações como sujeitos com agência própria. Superposição do macrocosmo sobre o microcosmo (GUSFIELD, 2006). Buscamos, nesse ponto, uma abordagem sociológica do tema, articulando a noção de arenas, problema público e ação coletiva. “Romper com uma visão instrumental e estratégica da cultura pública e da experiência coletiva” (CEFAÏ, 2009, p.25).

Tratar das questões e que devem ser “[...] tomados em consideração por agências públicas e pelos funcionários públicos” (GUSFIELD, 2006, p.8) como problemas públicos constitui uma abordagem cultural do político. Vale dizer que tanto a definição dos problemas quanto sua própria natureza pública de qualquer assunto exigem construção e trabalho para manter a atenção pública. Desse modo,

"a maior parte dos problemas públicos emerge durante muito tempo" (GUSFIELD, 2006, p. 9).

Nesse trabalho de "tornar reais os fenômenos" é preciso determinar as responsabilidades pelo problema em duas dimensões. É preciso elaborar, primeiro, uma interpretação convincente das causas, o que constitui uma dimensão cultural. E, em segundo lugar, é preciso responsabilizar as instituições e pessoal "[...] da obrigação de se preocupar com o problema e das perspectivas adequadas para fazê-lo" (GUSFIELD, 2006, p.16), o que constitui uma dimensão estrutural. "A adoção de uma certa estrutura²³ de pensar e da ação, implicando grupos e instituições, exclui de ofício estruturas alternativas". "A estrutura é um processo congelado no tempo" (GUSFIELD, 2006, p.17). O autor acrescenta que:

Os problemas públicos têm uma estrutura que implica uma dimensão cognitiva e moral. A dimensão cognitiva consiste numa crença a propósito da factualidade da situação e dos eventos que compõem o problema, [...] A dimensão moral permite qualificar a situação como penoso, ignóbil ou imoral (GUSFIELD, 2006, p.17).

A definição do problema requer um juízo moral sobre seu caráter e a crença cognitiva na possibilidade de mudar. Mas a capacidade de criar ou orientar a definição pública de um problema depende da 'propriedade'. Isto é, do grau de reconhecimento que encontram no debate público o que depende do poder e da influência do grupo que o formula. A negação do caráter público dos problemas "[...] depende do poder e de autoridade que os grupos e as instituições podem reunir para acender a arena pública, para se manter longe ou para evitar participar dela" (GUSFIELD, 2006, p.19)

A existência de um conflito aberto e de um debate explícito torna manifesto o caráter político de um problema. A ausência de um tal conflito e um tal debate poderia esconder os traços mesmos da estrutura que daria conta da ausência de formas de consciência de oposição. Estes traços da estrutura contribuem a "isto que todo mundo sabe", o caráter do "senso comum" ou "dá por sentado" ("tenu pour allant de soi") que indexa a produção do mundo objetivo na experiência vivida. Esta ausência de modos alternativos de

²³ L'idée de "structure" implique un ordonnancement des choses. [...] Les comportements ont une structure quand ils sont également ordonnés. Analyser des problèmes publics comme dotés d'une structure revient à découvrir l'ordonnancement conceptuel et institutionnel de leur émergence dans l'arène publique (GUSFIELD, 2006, p.19).

consciência pública é também um dos temas de análise da estrutura (GUSFIELD, 2006, p.20).

Para Gusfield (2006, p. 20), “[...] a estrutura dos problemas públicos é uma arena de conflitos” na qual grupos, instituições e diversas instâncias da administração pública disputam por “[...] adquirirem títulos de propriedade dos problemas públicos”. Isto é, disputa a atribuição de causas e de responsabilidades. “A estrutura social em situações práticas consiste num conjunto de ideias sobre a distribuição de poder²⁴” e as formas habituais de tratar dos problemas, cristalizações de disputas passadas.

A noção de problema público alude à questão da publicização, chamando a atenção sobre a tênue das fronteiras entre o político e o restante da vida social. “[...] as lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidas, passando por cima de suas fronteiras, por meio de um fenômeno que as teorias do comportamento coletivo qualificavam de contágio ou propagação” (CEFAÏ, 2009, p.16). É o que chamamos uma “arena pública”.

O modo em que Gusfield trata da noção de arenas públicas faz parte da tradição pragmatista inspirada em Dewey (1998). A tradição define a política como público e implica, metodologicamente, na prioridade da análise de situações e atores em situações concretas em detrimento ao uso de teorias abstratas. O termo arena, metafórico, aduz ao primado do conflito pela definição de cognitiva e normativa dos assuntos relevantes à sociedade.

A metáfora é bastante utilizada por muitos autores, mas os sentidos não são exatamente idênticos. Habermas (1987, p. 113), a partir de Claus Offe, distingue três arenas. Aquela na qual

[...] as elites políticas levam a termo suas resoluções de dentro do aparelho estatal. Abaixo um grande número de grupos anônimos e de atores coletivos influem uns sobre os outros, formam coalizões, controlam o acesso aos meios de produção e comunicação e, já menos nitidamente reconhecível, delimitam progressivamente (através do seu poder social) o campo para a tematização e resolução de questões políticas. [...] A arena na qual fluxos de

²⁴ O poder não é entendido somente como relação de dominação e de subordinação, nem de normalização e de resistência. É também entendido como potência de instituição de capacidades e de direitos (do lado do Estado) e como potência de agir em acordo (do lado do público). Os dispositivos de ação pública [...], por exemplo, não encerram apenas os “sujeitos” em dispositivos de assujeitamento, de disciplina, de controle e de normalização (CEFAÏ, 2009, p.17).

comunicação dificilmente palpáveis determinam a forma da cultura política e com ajuda de definições de realidade rivalizam em torno do que Gramsci chamou hegemonia cultural [...]. Aqui não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições.

Tais arenas, diferenciadas e bastante institucionalizadas poderiam dar lugar a "esferas públicas autônomas" almejadas por aquele autor, alcançando "[...] uma combinação de poder e autolimitação meditada que poderia tornar os mecanismos de autorregulação do Estado e da economia" (HABERMAS, 1987, p.114).

Não estamos em busca de uma utopia, mas diante do desafio de compreender “[...] a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam” (CEFAI, 2009, p. 16). “[...] de como as dinâmicas de constituição de problemas articulam-se a montagens institucionais, jurídicas e políticas de modo a preservar ou alterar o velho quadro”. Nesse sentido, os conflitos e as arenas formadas não podem ser definidas a priori, dado que existe uma “esfera de justiça” (CEFAI, 2009, p. 17).

As arenas, para os que se envolvem e formam movimentos sociais,

São também meios de sociabilidade, nos quais emergem ocasiões de encontro que moldam as formas de coexistência. São agenciamentos [...] elas constituem conjunturas práticas sensíveis, que fixam hábitos de cooperação e de conflito e que fornecem parâmetros de experiência cognitiva e normativa. [...] devem ser ressituidas em ambientes “fluidos” e “difusos”, feitos de encadeamentos de interação entre contextos de experiência, engendrando imperceptíveis mutações da moralidade e das crenças, e não apenas em torno dos eixos “lineares” de estratégias organizacionais, orientadas para seus objetivos e medindo sucesso e fracasso da eficácia de seus golpes (CEFAI, 2009, pp. 18-19).

A articulação de uma arena pública coloca desafios de mobilização, e implica conflito em que se envolvem atores coletivos do qual "emergem novos universos de sentido" (CEFAI, 2009, p. 27). E o agenciamento ocorre com base em organizações e redes já existentes²⁵. Os “coletivos” são “embaralhados”, “compósitos”, “híbridos” ou “mistos”.

A forma em que Cefai (2011) utiliza a noção de arena pública mantém a abertura apropriada para captar a mobilização coletiva. Essa abertura não exclui,

²⁵ O conceito de “agenciamento” é importante aqui. A ação coletiva é vertebrada pelos agenciamentos comportando pessoas e objetos, ferramentas e falas, rituais e símbolos; ela é armada por rotinas e hábitos, ordenada por divisões do trabalho, repartições de poder e distribuições do saber, fixadas em ambientes de objetos, dispositivos sociotécnicos e circuitos operacionais.

acreditamos, o uso analítico das descrições de formas particulares de formação de arenas em casos conhecidos. Mas supõe que, em cada caso particular e em cada situação, atualizam as estruturas de pensamento que orientam as ações, bem como as instituições, organizações e redes cristalizadas.

Em termos sociológicos, a abordagem adotada neste estudo dá lugar central ao conflito, dado que são as diversas formas de solucioná-lo que permitem diversas formas de estar juntos. Se, como mostramos, as estruturas formadas nas arenas são cognitivas e morais/políticas, uma sociologia da ordem social pode ser elaborada com base no modo em que os atores justificam suas ações. De fato, essa é a sociologia proposta por Boltanski e Thévenot (1991), que interrogam: "como os membros de uma sociedade constroem o acordo?"

Para esses pesquisadores, as ações dos atores orientam-se por uma sorte de metafísica da pessoa que exclui todas as explicações em termos de determinismo social. Portanto, a construção e utilização de recursos argumentativos pelos atores em situações²⁶ de justificação de suas pretensões permite compreender como os atores manifestam seus desacordos sem recorrer à violência. Justificam suas pretensões referindo-se a valores gerais e apoiando-se sobre objetos comuns: os dispositivos humanos e não humanos. Vale dizer que os atores estão dotados de capacidades morais que lhes permitam fazer a sociedade.

Nas situações particulares de copresença os conflitos podem ser resolvidos pela violência ou pela justiça. No primeiro tipo de disputa, prevalecem relações de força e as pessoas são consideradas coisas e não há necessidade de justificação²⁷. Mas os atores têm recursos para argumentar e justificar, neste caso, há disputa por justiça (BOLTANSKI, 1990). Nesse tipo de disputa, os atores justificam-se publicamente, buscando uma sorte de mínimo comum denominador, uma equivalência. Mas as situações de disputa não são a norma, senão a sociedade entraria em colapso.

Os regimes de ação (BOTANSKI, 1990) que excluem a violência são denominados regimes de paz. A paz na justeza corresponde a situações nas quais os objetos são distribuídos de acordo com as expectativas das pessoas, mesmo sem ser conscientemente expressas. Caracteriza situações de rotina, e a prova,

²⁶ Estas situações não são determinadas pelas pessoas em presença, os objetos têm também um lugar importante, os objetos são também construções sociais e a natureza dos objetos implicados na interação contribuem a definir o conjunto da interação.

²⁷ A violência aqui é um tipo ideal.

nesse caso, só pode ocorrer por meio de ruptura. Já na “paz do amor” (ou ágapé) não interessa, aqui, a equivalência, e sim caracteriza as relações, subsidiárias, amigáveis. Muitas utopias sociais chamam para a paz por meio do amor. Estes regimes de ação sem intervenções externas tendem a perpetuar-se. Os atores não saem de seu regime, mas quando confrontados recorrem a outro registro.

O momento crucial da disputa é a prova de força, que se torna uma prova de justificação quando os atores se impõem em produzir argumentos defensáveis publicamente e os argumentos são levados a sério pelos atores. Nas provas em termos de justiça (1990, p. 123), os atores referem-se a um princípio ou bem comum do que se considera justo nestas circunstâncias, são os "os princípios superiores comuns"²⁸. Tais princípios gerais são passíveis de interlocução e "aumento na generalidade": quando cessa a defesa de um caso particular, sustentando argumentos de escopo aplicados a todos os similares de referências a um bem comum²⁹. Busca-se, assim, frear a disputa e não elevar as relações de força, pois, nessas situações, os atores nem sempre têm o mesmo peso³⁰.

A noção de equivalência é central na teoria de Boltanski dado que se trata de estabelecer “[...] uma proporção justa do valor das coisas e das pessoas” (BOLTANSKY, 1990, p.50) em dar a cada um o que merece. Mas esta escala deve especificar o valor das coisas e das pessoas. De modo que qualquer acordo implica num juízo sobre as pessoas; organizar a distribuição implica que é preciso também hierarquizar o valor dos envolvidos na disputa. Boltanski chama de "grandeza" ao posicionamento dos atores de acordo aos princípios³¹; a justificação invocada à ideia de estima social.

O aumento, em generalidade, atribui um princípio superior comum suscetível de ganhar o apoio de outros atores envolvidos. Ele constrói o acordo definindo equivalência entre as pessoas e os objetos e, assim, dar-lhes prioridade. Cada um

²⁸ No aumento da generalidade, o ator falando em nome dos seus interesses terá menos chance de convencer que aqueles que se expressam em nome de uma causa ou de um pretensão princípio reconhecido.

²⁹ O aumento, em generalidade, pode continuar quando os atores não podem chegar a um acordo sobre um princípio, então eles remontam então até um princípio superior que tenham em comum.

³⁰ A força é limitada pela busca de um acordo e a exigência de referência num princípio, ou bem comum que os atores devem aceitar.

³¹ O termo princípio é reservado à justiça, o valor é mais orientado em direção à moral, a religião. Os valores podem ser de qualquer tipo, o princípio visa a universalidade. Os valores estão ligados a indivíduos, os princípios às situações.

desses princípios é a peça central de uma *cit * e ela   uma lógica de justifica o baseada em uma concep o do bem comum.

Assim, para construir uma *cit * não basta um conjunto de pessoas.   necessário, além disso, definir um bem comum que as supere e que possa estabelecer equivalência entre elas. O caráter justo ou injusto das rela es que mant m umas com outras poderá se estabelecer, precisamente, sobre a base dessa equivalência, porque o princípio de equivalência selecionado que qualifique a forma de magnitude   qual as pessoas podem aceder dependerá da “[...] possibilidade de instaurar entre elas uma ordem de grandeza que não seja arbitrária e que possa, portanto, qualificar-se como justa” (BOLTANSKI, 1990, p.32).

Cada uma tem, portanto, uma lógica de justifica o mobilizada em determinadas situa es. As *cit s* não são exclusivas. Os atores podem se mover entre as *cit s* (distingue quatro regimes pragmáticos de a o: o amor, a justiça, a justeza e a violência)³². São reputados como capazes de mudar a lógica argumentativa, dependendo das circunstâncias.

Nas *cit s* as pessoas em desacordo engajam-se em provas. A disputa da violência   uma rela o em torno da qual não se preocupam com a justifica o. Indivíduos que disputam justiça argumentam suas pretensões baseadas em algum tipo de critério de justiça. Este   o aumento da generalidade.

Esses princípios comuns superiores são para Boltanski e Thévenot (1991) *cit s* porque eles são encontrados na filosofia política ocidental. São argumentos abstratos que obedecem a determinadas restri es. Estas são uma espécie de argumentos axiomáticos gerais, característicos do litígio no tribunal. Todos os citados obedecem a axiomas comuns: 1) o princípio da humanidade comum; 2) devem incluir dois estados possíveis de pessoas e estes estados devem ser hierarquizados; 3) o princípio da igual dignidade; 4) a fórmula de investimento - ser

³² As *cit s* descritas são a *cit * cívica.

Aqui o princípio maior   a representatividade, o fato de falar para a comunidade. (Por exemplo a disputa)

A *cit * dom stique: O bem comum   definido aqui como a tradi o, a justifica o será baseada em valores como a fidelidade ou lealdade. Este modelo foi a aplica o de tempo muito do feudalismo e perde a sua importância na sociedade individualista; esta cidade ainda tem influência na política ou ainda se pode encontrar a lealdade a um líder.

A *cit * de industrial: O princípio dominante aqui   a eficiência, reconhecemos o valor para a capacidade de implementar eficazmente os meios que   preciso para conseguir o que queremos. A *cit * e Industrial   um bom exemplo de racionalidade instrumental.

A *cit * de opinião: lógica argumentativa com base na reputa o (glória), logo que o tamanho relativo da despesa das pessoas a sua fama,   no mundo da opinião pública.

grande em uma *cit * implica necessariamente um custo, o custo de renúncia   grandeza em outras *cit s*; e 5) o bem comum.

O modelo das *cit s* e as esferas da justiça sustentam-se na ideia de existir uma pluralidade irreduzível de concep es de justiça. Os eventos nunca acontecem num mundo de argumentos puros. As *cit s* são modelos ideais t picos.

De rearranjos de novos acordos surgem uma “pluralidade de modos de justi ca o mutuamente incompatíveis”. “Reflexividade do momento crítico”, fazendo da introspec o do pensar irromper em a es. Portanto, estes autores voltam-se para a atividade crítica das pessoas, e   raridade do momento crise.

Mas, há de salientar que nem sempre existem acordos ou que a “ausência da crítica” não deve ser vista como meramente domina o e aliena o. “Frequentemente   exigida das pessoas uma participa o ativa e uma capacidade especial para não perceber ou, ao menos, não tornar manifesto aquilo que esteja funcionando mal” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991, p. 142).

A justi ca o  , nessa situa o, definida por pessoas, axiomas e objetos – estes últimos não têm que ser material ou físico. O mundo dos objetos   essencial para garantir os argumentos dos órgãos públicos citados na justi ca o.

No que se refere ao nosso objeto   interessante notar que a sociologia da crítica tem se mostrado atenta às mudanças que transcorrem a partir da ordem econômica. Conforme salientam Boltanski e Chiapello (2009, p.22),   preciso compreender “o novo espírito do capitalismo”, que faz crescer a economia “sem passar por um investimento em atividades produtivas” (não mais preso   dimensão industrial de produ o), a partir de um mercado de lucros especulativos. O capitalismo reestruturou-se nas últimas décadas em torno dos mercados financeiros em concomitância com as fusões de multinacionais globais que se estruturaram a partir da tomada de “poder local” e das dimensões locais de rede de consumidores. Isso ocorreu devido a possibilidades de flexibiliza o do trabalho e incentivos “governamentais favoráveis em matéria fiscal, social e salarial”, numa “maneira renovada de obter lucros” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.22).

Desse modo, pode-se inferir que os modelos de gestão, as práticas institucionais e as rela es sociais não são moldadas por uma ordem macroeconômica invisível, mas como as pessoas as internalizam, apropriam – se delas e as (re) produzem em seu cotidiano.

Boltanski e Chiapello (2009), ao descreverem o novo espírito capitalista após a década de 1990, sustentam que os atores da empresa. Isto é, seus dirigentes, começaram a ordenar e interpretar o mundo a partir de novas formas de sucesso e as novas regras do jogo para não somente adentrar nesse universo, como também preparar seus filhos para esse contexto, que levou a uma formalização de regras de conduta que orientam a ação, ou seja, que dão sentido a adaptar-se a essas novas regras emergentes. Pois, nas anteriores, do início do século XX, o gerenciamento estava todo baseado em hierarquização e procedimentos burocráticos. Assim, na década de 1960 iniciou-se uma crítica a este modelo de dominação e passaram a ser ancoradas na autonomia e no espírito de estímulo a progresso certezas na carreira e a visão de mundo baseado em um futuro promissor daqueles que gerarem resultados. Portanto a empresa está no cerne do projeto de sociedade cujo papel está ancorado no bem de todos.

Já na década de 1990, a concepção anti-hierarquização permanece e começa a ser vista como modelo de organização já superado. Ademais, o desenvolvimento da tecnologia iniciado na década de 1960 ganha fôlego sem precedentes na década de 1990, alterando o quadro de modelos rígidos para os novos modelos de organização flexível e inventiva, apta a adaptar-se a qualquer mudança, como por exemplo, o surgimento de um terceiro polo capitalista asiático na década de 1980 e após o terceiro mundo na década de 1990. Portanto, o participante ativo do capitalismo passa a ser mais de um bloco do que aquele dos velhos países capitalistas (EUA e Europa).

Desse cenário, apresentou-se a partir de 1990, um pensamento voltado para a concorrência e alteração na realização pessoal que passa a se ancorar na articulada multiplicidade de projetos. O contexto que se forma são de “[...] empresas enxutas a trabalharem em rede com uma multidão de participantes, uma organização de trabalho em equipe, o por projeto, orientada para a satisfação do cliente e uma mobilização geral dos trabalhadores graça Às visões dos seus líderes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 102).

Forma-se, desse modo, uma *city* por projetos, cuja tônica trabalha sobre a órbita de colaboração com outras empresas, por meio de alianças estratégicas, o que gera uma “miríade” de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços, trabalhadores temporários, etc., o que hoje se denomina de *stakerolders* (público estratégico ou público alvo).

A cidade por projetos apresenta-se, assim, como um sistema de injunções que pesam sobre um mundo em rede, incitando a só formar elos e estender suas ramificações respeitando princípios da ação justificável, próprios aos projetos. Os projetos são um entrave à circulação absoluta, pois exigem certo engajamento, embora temporário e parcial, e pressupõem, por parte dos outros participantes, um controle das qualidades que cada um põe em prática (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 138).

Essa cidade baseia-se na atividade de *mediação* posta em prática na formação das redes, de tal modo que ela seja dotada de valor próprio, independentemente dos objetivos buscados ou das propriedades substanciais das entidades entre as quais a mediação se efetua. Nessa perspectiva, a mediação é em si um valor, ou melhor, no quadro conceitual aqui empregado, uma *grandeza* específica da qual é capaz de prevalecer-se todo e qualquer ator quando "estabelece relações", "cria elos" e contribui, assim, para "tecer redes". A novidade destes 30 anos está na capacidade de tecer elos dos mais diversos e distantes e permitirem serem autônomas e valorizadas por si mesmas.

Nessa construção, o princípio superior que ordena as coisas e as pessoas e formula juízos sobre a sua qualidade (ordem de grandeza) numa cidade por projetos é a atividade. Não a atividade restrita daqueles que dispõem de trabalho assalariado, mas atividades, isto é, categorias de trabalhos que resultem da capacidade de proliferação de elos duráveis, de ampliação de redes. Desta feita, o imprescindível são pessoas que circulam por categorias de trabalho que gerem "[...] projetos ou integram-se a projetos iniciado por outros" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 140).

Pessoas que tecem redes farão parte desse regime, alcançando ordens de grandeza na legitimidade dada pelos elos criados. Diante disso, as pessoas que não possuírem tais premissas de polivalência e se mostrarem o seu oposto, rígidas, imóveis e sem traços da nova liderança se tornarão os chamados "inempregáveis do mundo". As cidades por projetos "coage a rede para submetê-la a uma forma de justiça que, no entanto, salvguarde seu teor e valorize as qualidades do fazedor de rede". O "grande" desta rede será aquele ligado à flexibilidade e à adaptabilidade de um ser ativo e autônomo, que assume os riscos, um grande "minerador de redes". A valorização deste só se traduz a partir de acúmulo de capital social e capital de informações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, pp.138-144).

Essa *city* movimenta-se por pessoas excepcionais: competentes, polivalentes, proativos, adaptáveis e capazes de autogerir-se e fundamentalmente capazes de trabalhar com pessoas diferentes. Essas são as características valorizadas de ordem de grandeza das pessoas (repertório dos sujeitos): os chefes de projeto ou mediadores. É a figura do *coach*, o treinador, que cria autonomia, entusiasmo em seus trabalhadores, “a arte de dar vida às mentes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.148). Em concomitância, os instrumentos de conexão dessas redes, isto é, o repertório de objetos e dispositivos tem na informática e na internet a possibilidade de gerar novas comunicações e estas superabundam nossas vidas neste conceito do mundo conexional da cidade por projetos. O que somado dão corpo aos dispositivos de cunho empresarial que fora relatado: terceirização, especialização flexível, empresa pós-moderna, etc. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Nesse íterim histórico, o objetivo analítico de compreensão deve ir além de analisar a situação do trabalho e suas mazelas por meio do contexto de flexibilização. Conforme visto, isso se configura um dispositivo utilizado na cidade por projetos. O fundamental se mostra na busca por compreender os momentos de prova cujo “neoliberalismo” mostra-se tão atraente mesmo dentro de um contexto de fatalismo, de crise (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.29). O novo capitalismo, a partir dessa nova composição, conseguiu resistir a este fatalismo sem voltar-se a um “passadismo saudoso” e, ao mesmo tempo, continuar no controle. Esse pressuposto recai sobre os empresários e suas tentativas para cooptar jovens para “vestirem a camisa da empresa” e assegurar sua participação política nas esferas governamentais, como fomentadores do “desenvolvimento”. Em outras palavras, as razões pelos quais as pessoas participam (engajam-se) no processo de acumulação.

Para tanto, a gramática adotada por esse novo espírito está, antes de tudo, em que o grande, nas figuras dos seus gestores³³, consigam ser capazes de tornar pessoas empregáveis, pensando no bem de todos. “O estado do grande em contribuir para o estado do pequeno”. O processo de retribuição consiste nas formas de justiça nesta cidade por projeto. “A relação entre grandes e pequenos é justa quando, em troca de confiança que os pequenos lhes concedem e de seu zelo no

³³ Os atores principais que ensinam este contexto da cidade por projetos estão sobre os especialistas: altos funcionários, juristas, economistas, sociólogos, etc.

engajamento em projetos, os grandes valorizam os menores (empregabilidade, informação, inserir em redes, etc.) [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.154).

Entremeado nesse contexto de ordem de grandeza e forma de justificação, requer então encontrar o equilíbrio para a manutenção desse modelo ideal típico: o grande e seus sacrifícios. “O justo é que quem fez por merecer e o fez para o bem de todos, seja reconhecido” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 154). Não mediu esforços e sacrificou-se para dar conta do projeto, trouxe leveza para o processo. O homem leve e vocacionado, engajou-se em um projeto e tem capacidade de engajar-se em outro, retirando todos os entraves para sua realização.

Eis a prova para manter-se na ordem de grandeza: essa capacidade de cumprir as exigências de justiça de iniciar e terminar projetos. As relações cotidianas produzem provas que demonstram a grandeza das pessoas. Em situação de prova (modo de expressão do juízo e sua forma de evidência) vêm os julgamentos que podem convergir em ascensão de pessoas, sua manutenção ou sua queda, como: “Fulano será julgado grande se fizer tal coisa” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, pp. 158-159). Em outras palavras, a situação de prova de ordem de grandeza da cidade por projeto é o momento da passagem de um projeto para o outro. Assim, para ficar mais comprobatório esse julgamento, os projetos tendem a serem mais curtos, numerosos e mutáveis. Cabe a este grupo de pessoas a responsabilidade de manter o equilíbrio da cidade por projetos e levar as pessoas a engajarem-se nele com entusiasmo e sem críticas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

1.3.1 Empresariado e ação coletiva

O associativismo empresarial no Brasil foi tomado durante muito tempo como fraco. Enquanto, por outro lado, é difícil desvincular os empresários da imagem muito difundida que os percebe como meros atores da lógica do capital. Kirschner (2001) tem procurado romper, em ciências sociais, com este o vício reducionista da ordem econômica. Tal abordagem considera que as ações econômicas estão imbricadas nas relações sociais. Assim, as empresas tendem a serem vistas como “ator-criador”, não se trata de uma adaptação mecânica das empresas à ordem econômica. Antes seriam os atores, dentro das organizações, que criariam estratégias e fariam escolhas possíveis.

As empresas são tomadas, nesta abordagem, “[...] como uma realidade humana viva, que dispõe de uma vasta gama de recursos diferenciados” (KIRSCHNER, 2001, p.13), cujos atores devem ser considerados em sua relação com o grupo em que interage, compreendendo a dinâmica de interação entre o indivíduo e o social (BERNOUX, 2001). A empresa contemporânea, para essa linha sociológica, não está restrita a gerir recursos, técnicos, humanos e econômicos, mas a criar um ambiente estruturado de relações humanas de trabalho como condição para sua sobrevivência econômica (BERNOUX, 2001).

Ora, nesse sentido, no caso brasileiro, “[...] os empresários tiveram uma participação ativa na formulação de políticas e de estratégias para o processo de modernização brasileira em geral, e de industrialização em particular” (KIRSCHNER, 2001, p.15). Não foram meros espectadores. Tiveram fases de intenso nacionalismo na era Vargas, investido na estratégia desenvolvimentista do período Juscelino Kubitschek, simultânea à entrada do capital estrangeiro e sua associação com ele e, finalmente, a construção de um hibridismo empresarial cujos interesses difusos ora regionais, ora setoriais, ora interesses internacionais desarticularam os setores empresariais e sua postura política.

Já na década de 1980, com os movimentos surgidos na constituição da Nova República, o empresariado tendeu a distanciar-se de seu nacionalismo anterior, aderindo a um liberalismo clássico, dando ênfase ao mercado como instância reguladora da produção e das relações sociais. Tal fato vem levando as empresas a engajarem-se em novas estratégias, tomadas como estratégias de desenvolvimento, cuja premissa está no constructo do empresário cidadão e na inserção social do empresário no diálogo com o Estado, a Sociedade e os trabalhadores. O empresariado passaria, assim, da inserção política autoritário-corporativo da década de 1930, ao que Diniz (1996, p.38 apud KIRSCHNER, 2001) chama de “uma cultura política multifacetada”, uma ação política empresarial diversificada. Kirschner (2001) questiona, porém, a fragilidade dessa abordagem em pesquisas, por não circunscrever o mundo empresarial no contexto dos conflitos societários, do estabelecimento e construção de arenas públicas. Aponta para o fato da construção de uma nova mentalidade empresarial em conflito com a mentalidade que guiou a formação das empresas familiares nas décadas de 1940-50, devido a enfrentarem o problema de transmissão do comando. Ocorre, assim, um confronto entre velhas e novas práticas.

Se as atitudes políticas do empresariado não estão desvinculadas das situações e do contexto, suas formas de associação – de sociação³⁴ para usar os termos de Simmel (1976; 2005) – são também importantes para compreender as particularidades locais da ação empresarial, para além de determinantes meramente territoriais. Para este autor, o tempo, o espaço, as relações de vizinhança e o parentesco, tanto orgânico quanto fisiológico, determinam as possibilidades de associações. O indivíduo constrói ao mesmo tempo em que é construído. Mas outras sínteses formam-se a partir das simpatias individuais, econômicas e políticas.

Desde o nascimento o indivíduo relaciona-se uns com os outros, formando e participando de círculos. Num momento passam a estabelecer relações associativas “[...] entre elementos homogêneos de círculos heterogêneos” (SIMMEL, 1939, p.426). A progressiva participação em círculos sociais e a articulação entre eles, realizados pelos atores – o entrecruzamento de círculos –, tende a promover a racionalização de sua inserção, arraigando em causas cada vez mais profundas e orgânicas sua participação voluntária a determinados círculos sociais (exemplos de círculos: orgânicos imediatos como o familiar; comunidade de sexo e círculos formados por individualidades em círculos distintos e variados, como por exemplo, círculos ligados à profissão com uso do critério da intelectualidade, etc.). Esses círculos comunicam-se por meio de seus membros que interagem com outros, formando uma união estreita entre eles (SIMMEL, 1939). Os círculos podem ser fechados, isto é, restritos, ou mais abertos, formando novos círculos de contatos, que tendem a ser formados por indivíduos iguais pertencentes a grupos totalmente estranhos e sem conexão.

Para Simmel (1939), o número dos diversos círculos em que se encontra compreendido o indivíduo é um dos índices que melhor mede a cultura. A vida cidadina desenvolve um ser humano, uma individualidade pautada muito mais em bases objetivas, técnicas e intelectuais do que sob bases sentimentais, emocionais. Os laços emotivos de pequenos agrupamentos tendem a formar círculos maiores, menos prosaicos de ligações econômicas e monetárias. Assim, quanto menor o

³⁴ Sociação é, portanto, a forma na qual aos indivíduos, em razão de seus interesses [...] movidos pela causalidade ou teleologicamente determinadas –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Portanto, a sociabilidade ocorre apenas quando transformam a mera agregação isolada em determinadas formas de estar com o outro (conceito geral da interação). Esses interesses (interações) formam a base da sociedade humana. Sociação é assim a forma realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses (SIMMEL, 1976).

círculo social, mais restrita são as relações com os integrantes do grupo e mais ligados a sentimentos morais, religiosos, etc.

2 Conclusões

As questões formuladas sucintamente na introdução alteram-se aqui. Os modelos de gestão, as práticas institucionais e as relações sociais não são moldadas por uma ordem macroeconômica invisível, mas como as pessoas as internalizam, apropriam-se delas e as (re) produzem em seu cotidiano. Assim, a diferenciação econômica de Itaperuna não pode ser atribuída apenas ao momento do capital, à busca de fluidez e a uma disputa progressiva entre lugares:

- 1) A significação e a ressignificação que os atores fazem da conjuntura e do lugar seriam importantes para atrair investimento;
- 2) Igualmente, dessas explicações depreendem-se argumentos e justificativas que explicam e alimentam uma “moral” local comum e identidades;
- 3) Como as “associações” formam arenas públicas do regional, e quais formas de associação predominam. Como essas “associações”, repousadas em objetivos e compromissos comuns, tornam público (um problema público) suas reivindicações. Em suma, o empresariado local se atenta para publicizar;
- 4) Qual é o grau de fechamento e abertura dos círculos empresariais de Itaperuna na medida em que formaram e ainda estão moldados por laços orgânicos imediatos, trazidos por famílias e vizinhança.

CAPÍTULO II

O “DESENVOLVIMENTO”, A REGIÃO: CÍRCULOS E O FECHAMENTO REGIONAL EM ITAPERUNA

1 Introdução

A pesquisa de dissertação partiu do suposto que o empresariado de Itaperuna era marcado por um tipo de regionalismo mais aberto que o de Campos, menos focado em soluções políticas. A experiência de Campos desfez esta expectativa tanto no que se refere à relação com a política estadual e federal de alinhamento e barganha num sentido próximo ao coronelismo – de que trataremos no capítulo seguinte – quanto na predominância de uma sociabilidade fechada nos círculos empresariais. O baronato açucareiro descrito por Oliveira (1981) – no caso do Nordeste – ou por Cruz (2003) – no caso de Campos – mostra a difícil penetração no pequeno círculo de empresários e lideranças empresariais da cidade, que indica.

De fato, a entrada em campo foi difícil e precisou de envolvimento pessoal de meu orientador, fazendo uso de sua posição institucional para agendar as primeiras entrevistas, com o presidente do SICOMÉRCIO-NOF e da FIRJAN-NOF e, posteriormente, com o Diretor do Hospital São José do Avaí. As duas primeiras entrevistas permitiram aceder ao Prefeito e à Secretaria de Desenvolvimento. Quanto às outras, com o ex-prefeito, o Proprietário da Universidade Redentor e a CAPIL, foi preciso acionar, principalmente, a rede religiosa, os contatos familiares e pessoais de trabalho. Inferimos dessa experiência que a trama de sociabilidade empresarial de Itaperuna é formada por círculos, masculinos, restritos e muito personalizados de relações.

Exploraremos neste Capítulo como empresários e políticos tratam da região, caracterizam Itaperuna e pensam o desenvolvimento Regional. Os dados apresentados aqui originam-se em entrevistas, realizadas entre outubro de 2015 e março de 2016, participação em reunião de liderança política em novembro de 2015 e observação da Merco Noroeste, 2015.

1.1 Itaperuna em suas particularidades econômicas

Como exposto na Introdução, Itaperuna diferencia-se economicamente de outros municípios da região. A participação do comércio e dos serviços na economia local aumentou expressivamente na última década, de acordo com a Fecomércio (*online*). O setor de Comércio, Serviços e Turismo responde pela maior parcela dos empregos formais da região (33% em 2014), com mais de 19 mil postos de trabalho.³⁵ De acordo com o Sebrae (2015), entre os municípios da região NOF, Itaperuna possui 36,8% do total de estabelecimentos no setor de comércio e serviços. Na divisão de números de estabelecimentos por setor e tamanho de empresa com base em dados de 2012, Itaperuna concentra especificamente nos setores comércio e serviços o total de 1.799 empresas. A maioria constituída de microempresas (1.561) e a única cidade da região a possuir um número expressivo de médias e grandes empresas, totalizando, 33 nestes setores.

Os serviços de Saúde, de Educação e do comércio são destacados e comparados com momentos econômicos anteriores:

Nós temos a história do café, Itaperuna foi o maior produtor de café, mas não é mais. Itaperuna foi o maior produtor de leite, mas não é mais. Itaperuna foi um grande produtor de algodão. Itaperuna, vou dizer, Noroeste, produziu-se muito arroz, não produz mais nada. Nada disso mais. E aí nós deixamos de sermos muitas coisas que nós éramos. [...] passou essa fase, a fase de adaptação, nós começamos a virar um centro de referência de medicina, aí isso foi bom, um Hospital muito bom, temos um hospital com muita capacidade de cirurgia cardíaca e é referência nacional, com referência em neurocirurgia. Aí veio a faculdade de medicina e ficou melhor ainda, e veio outra faculdade de medicina e começamos a consolidar na área de serviços, o que pra nós seria muito bom (Presidente Sincomércio, subsecretário de desenvolvimento).

Além disso, o município tem recebido outros investimentos de pouca visibilidade, mas importantes por gerarem empregos.

A confecção, nós temos, um pacto muito importante. Nós temos um vizinho nosso que foi escolhido como capital da bermuda, que é Boa Ventura. Você tem uma indústria com 500 empregos diretos, não é subemprego, é emprego direto. Células de produção: entra aqui o tecido e sai aqui, ao final da célula, uma bermuda pronta. Eu já fui lá

³⁵ Disponível em: <<http://www.mapadocomerciorj.com.br/blog/2016/07/01/sistema-fecomercio-rj-encerra-etapa-em-itaperuna/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

e tem várias células dentro da indústria. Você tem a indústria de confecção, com uma rua, que é bastante importante; é uma indústria que ela gera riqueza porque ela dá emprego. Emprego de baixa renda, isso é ruim, porque costureira não ganha lá essas coisas, mas tem uma vantagem, cada máquina, uma costureira, então emprega muito, e isso é bom, acaba circulando dinheiro na cidade. Tem, também, a indústria de charque, que é muito importante. O maior mercado produtor de charque do estado do Rio de Janeiro é aqui em Itaperuna, no Bairro Frigorífico, lá você tem os três maiores. Tem um no distrito de Havaí, um em Porciúncula, São João do Paraíso, mas gravita nessa região (Presidente Sincomércio, subsecretário de desenvolvimento).

O presidente do Sincomércio referencia os ciclos e as atividades econômicas da região, valorizando seu impacto sobre o comércio de Itaperuna. No mesmo tom, o ex-prefeito Péricles Ferreira Olivier de Paula enumera os momentos econômicos importantes passados, destacando que essas atividades deixaram de ser rentáveis e que o quadro é o mesmo em toda a região Noroeste Fluminense, embora as atividades sejam mais variadas:

A região nossa teve vários períodos de desenvolvimento. Período do café, período do algodão, depois veio um período promissor do leite. Por ser um alimento de extrema necessidade, o governo consegue regular os preços através das importações (...) e nossa região rural, aqui é de baixa rentabilidade. [...] Porciúncula e Varre-e-sai ainda sobrevivem melhorzinho com o café, que tem também seus altos e seus baixos [...]. Agora, Itaperuna e Miracema e as demais, elas têm essa atividade de leite, mas não é rentável, é sobrevivência. [...] São José do Ubá tem muito tomate. Pádua tem indústria de pedras. [...], mas quem vai botar dinheiro se não dá lucro? Itaperuna é prestação de serviço, é ensino, é clínica, é advogado, é engenheiro, é quem trabalha na indústria de construção civil (Ex-prefeito e ex-senador).

Em Itaperuna localizam-se atividades urbanas rentáveis, de acordo com o fundador da Faculdade Redentor. Para ele, a capacidade de atração do ensino superior é uma das grandes responsáveis pela diferenciação do município:

Não só os cursos de medicina, que vem gente de muita cidade, mas também vem pra fazer outros cursos. Do Brasil inteiro. Agora com abertura do curso de medicina, para você ter uma ideia, no primeiro vestibular, foram 80 que entraram e apenas três eram daqui. 77 de outra cidade, tem gente lá do Rio Grande do Sul, de Nordeste, de Goiânia. No segundo vestibular já foram pouco mais, foram sete da região, de Campos foram 15, sete daqui da grande Itaperuna. Sete só, os outros vieram de fora. Então é dinheiro que vem para Itaperuna. Não é comércio que o cara ganha ali e gasta ali, não tem acréscimo. No caso da Redentor, é dinheiro que vem dessas cidades

todas e agora com o curso de Medicina vem do Brasil inteiro e literalmente do Brasil inteiro (Proprietário da Faculdade Redentor).

Para o fundador da Faculdade Redentor, a implantação da Faculdade no “Cidade Nova” promoveu o próprio bairro, enchendo-o de comércio, construções e aluguéis para estudantes: “Então se imaginar a faculdade saindo, fechando, saindo de Itaperuna, dá um prejuízo à economia”. Itaperuna é o centro do Noroeste e tudo orbita a sua volta.

Itaperuna é uma espécie de metrópole. Não é metrópole, porque não existe metrópole com 110,120 mil habitantes. Brincando, eu chamo de a Grande Itaperuna, vai de Ubá, Guaçuí, Pádua, etc. lá e Leopoldina, Cataguases, Simonésia. Então eu chamo essa região de a grande Itaperuna. Porque? Porque essas cidades todas, de uma maneira vivem na dependência de Itaperuna e não é de alguma maneira só, vivem mesmo. Se você ficar olhando ali no centro da cidade que chega de ambulância, de carro trazendo paciente. Se você chegar ali perto da Casa e Vídeo, naquela rua de confecção, você vê cheio de carros dessas cidades do Grande entorno para comprar ali. Então, vive essa região, essa cidade, atrai a grande região. Não adianta dizer: Mas você poderia abrir em Bom Jesus. Lá não é bom, não abriria nada. Você não ia conseguir fazer crescer a Redentor, do modo como fizemos se fosse em Bom Jesus, Pádua ou Miracema. É uma questão estratégica, é uma questão de logística desses lugares todos, veio para cá, mas não ia para lá (Proprietário da Faculdade Redentor).

Para o diretor e médico do Hospital São José do Avaí, o que demarca a diferenciação econômica de Itaperuna é a saúde e a presença forte e atuante do hospital, com seus serviços médicos hospitalares:

O hospital que traz as pessoas e as indústrias, que faz algumas obras, você vê, a Camargo Corrêa, fez a obra, passou o pessoal aqui, é sempre uma troca de experiência, um movimento. A universidade também é um grande percursor. [...]. Os médicos do Brasil todo divulgam a cidade. [...] A universidade também, tem um respeito, né, Dr. Renan!? Porque tem os médicos, vem, os professores vêm também, então começa a mobilizar a cidade como um todo, porque tem a faculdade Redentor, a Universidade Iguazu e a Fundação São José. Tem os cursos profissionalizantes lá (Administradora do Hospital).

Para o doutor Renan, como é conhecido, Itaperuna se diferencia do restante dos municípios graças ao hospital. Este atrai pessoas, clientes potenciais, o comércio, inquilinos para imóveis e hóspedes para os hotéis. Faz circular dinheiro e gerar negócios no município.

“A gente opera, trata doente de traumatismo craniano, aí depois fica dois meses, três meses internado aqui; doente de câncer também vai ficando”. A presença de um hospital referência em saúde é um atrativo diferenciador para o município, além de ser, segundo ele, o que mais emprega. No mesmo sentido vai o discurso da administradora do hospital, tratando o hospital como um divisor de águas para Itaperuna, pois ele “traz benefícios para a cidade, por exemplo, desenvolve o comércio, o hotel, as pousadas, a rede de alimentação, a cidade cresce muito, essa questão da confecção”.

Parece ser consenso entre as lideranças empresariais, alinhado com a gestão municipal e o grupo político do ex-prefeito Péricles, que a diferenciação econômica de Itaperuna se deve à forma em que desenvolveram as atividades de saúde e educação. Assim, o presidente da cooperativa também destaca essas mesmas áreas como promotoras de desenvolvimento. Para ele, se não fosse saúde e educação, Itaperuna estaria “quebrada”, pois o leite, apesar de sua importância, não tem mais a força de outrora para sustentar o município.

Itaperuna tem um polo de saúde hoje muito avançado, você vê doente de toda parte do mundo aqui em Itaperuna. Esse Dr. (presidente do hospital) é um Padrinho Ciço do Norte aqui em Itaperuna, certo?! E com referência a educação, você vê faculdade abrindo pra tudo quanto é lado, você vê cinco horas a cidade fica lotada, não dá pra você andar de automóvel, é gente de toda parte, então tem se destacado muito nisso (Presidente da CAPIL).

Mas o consenso não é monolítico, o Presidente regional da Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Antônio Carlos Boechat, acusa essa diferenciação de golpe de *marketing*.

[...] tenho uma formação de cinquenta anos da metalurgia, eu comecei com meu avô e cheguei até a indústria. Falar um caso específico, quando eu era criança, era ferreiro, a gente trabalhava com manutenção de veículo com tração animal, na década de 60, eu peguei e trabalhei com meu avô e a gente dava manutenção em veículo pro tração animal: carroça, charrete, era espora, facão, veículo de cavalo e tal. Com o advento do carro, o motor à combustão, começou o Brasil a importar carro, mas não tinha autopeça, o carro estragava, mas não tinha peça e nós começamos a consertar peça de veículo e pegamos o *knowhow* de começar a fabricar peça, de tanto consertar. As peças que davam mais defeito, nós começamos a copiar, porque ninguém inventa nada, isso é conversa fiada, o homem transforma, copia e transforma. Então essa foi uma coisa feita à força, por sobrevivência. Era familiar, de fundo

de quintal e chegou no patamar que chegou. Mas o lema mundial prossegue: O pai faz, o filho come e o neto passa fome. Isso aí é fato. Porque não se dá uma estrutura familiar empresarial, se dá só familiar, e aí as pessoas confundem empresa com família, família com empresa e aí dá no que deu a Boechat: quebrou. Só falta fechar as portas, fecha mês que vem, fecha amanhã, tá nessa. Eu sou neto, eu me afastei e 2005 por não concordar com a gestão, e saí com uma mão atrás e outra na frente. Doeí meus vinte por cento pra família e saí, porque se eu ficasse no meio eu ia estar com o problema que eles estão hoje (Presidente FIRJAN-NOF).

O Presidente regional da FIRJAN fez parte de um grupo de industriais que formou e prosperou com recursos próprios, chegando a ser fornecedor de montadoras automobilísticas brasileiras entre as décadas de 1980 e 2000 – numa sorte de industrialização típica do Circuito³⁶ Superior Marginal de Milton Santos (2008). Mas que fechou suas portas em 2015³⁷. Toma a experiência da Metalúrgica Boechat como um caso particular generalizável:

Eu não conheço uma empresa implantada aqui que teve sucesso. Nenhuma. A que tinha era a Leite Glória, mas faliu também, pra Parmalat. Só tem uma empresa que foi implantada, uma empresa que foi implantada aqui em 70 anos, que faliu também. A segunda que foi implantada: Marília, mas [...] acabou também. [...] então na Região Noroeste não tem empresa implantada e as que foram implantadas foram com esquema. A única que não era com esquema era a Fleischmann [...]. Mas depois que saiu da mão dos americanos, ficou como todas as outras, quebrou também (Presidente FIRJAN-NOF).

³⁶ A teoria dos circuitos da economia urbana e regional de Milton Santos (2008) constitui uma tentativa de compreender a diferenciação econômica, sua articulação e relação nos países subdesenvolvidos. O termo “circuito” denomina a economia que se forma a partir da segmentação e da diferenciação socioeconômica metropolitana e regional, que constitui uma rede de cooperação de extensão e localização variáveis, abrangendo a produção, o financiamento, a distribuição e comercialização. Relaciona tanto os consumidores - avaliados segundo seu poder de compra e tipos de necessidades - quanto os tipos de trabalhadores, sua renda e qualificação; as empresas e os empresários, segundo o tamanho e características técnicas e organizacionais, os modos de financiar-se e as características das relações de trabalho e produção, conforme se aproximem ou distanciem das relações monopolistas. Portanto, cada circuito é definido tanto pelo “conjunto das atividades realizadas” e pelo “setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo” (SANTOS, 1990, p.35). Ambos os circuitos “utilizam a cidade como mercado unificador da mão de obra, economias externas, de capital e um lugar de consumo”. Os dois mencionados circuitos “pretendem inserir-se na chamada economia urbana moderna”. A diferença consiste em que o Circuito Superior, por sua estrutura econômica e financeira, cria consumo, enquanto o Circuito Superior Marginal trabalha e se funda em parâmetros modernos, mas responde a necessidades locais de consumo já existentes São os chamados mecanismos de fluxos cujo estado, um grande promotor de negócios, vem buscando promover a rentabilidade e da fluidez oferecida pelos lugares, capazes de dinamizar a velocidade da circulação econômica. (Ib. ibidem.) Isto implica dizer valorização de certos espaços (cidades), enquanto outros ficam as margens dessa circulação econômica. Isso não implica dizer que estão fora do circuito internacional do capital, mas sua posição contribui para os propósitos socioeconômicos da macrotendência.

³⁷ Segundo o diretor comercial da CAPIL, vítima da concorrência chinesa.

As dificuldades apontadas por este empresário seriam de ordem cultural, que ele chama malemolência. Afeta tanto empresários quanto trabalhadores e se manifesta em fraca iniciativa privada e na dificuldade de reprodução do empresariado entre gerações (KIRSCHNER, 2001).

Pádua foi uma economia também no sopapo e foi através da pedra, receita federal, confusão com justiça do trabalho, você sabe dessa história toda, não é!? E aí apareceram duas ou três cabeças que criaram empresas grandes: a COPAPA, uma outra lá. A Copapa foi inteligente, a terceira geração se afastou e ela sobreviveu, senão ela iria pro mesmo lugar da Boechat. Os criadores da Copapa eu acompanhei, eu trabalhava pra eles junto com meu avô. Foi a mesma história da Boechat, se eles não profissionalizassem há cinco anos atrás, eles estariam quebrados também, então lá já está em um nível mais profissional. Ela também não foi implantada, as duas implantadas são problemas (Presidente FIRJAN-NOF).

Esta discordância, que pode ser entendida como uma ruptura e tensão entre a economia industrial e a economia de fluxos, chama atenção sobre a importância que esta assume, mesmo em áreas menos destacadas da rede urbana do Rio de Janeiro. Mas vale a pena se deter, momentaneamente, sobre o teor da crítica. A diferenciação econômica, mesmo que ilusória, sustenta-se na expansão da saúde. Seu problema seria o caráter familiar da expansão, dominado por um clã.

O hospital aqui, [...], mas não dá alta mais não, só dá baixa. Você não vê ninguém receber alta mais não, só baixa. Que referência? Isso é tudo midiático, uma cidade midiática. É virtual, ela não é real, ela não é uma cidade palpável. [...] Em Muriaé [...] fizeram o Hospital do Câncer e a economia da cidade foi de carona. E aqui foi o contrário, aqui veio a decadência da área de saúde. Os médicos recrutados na década de 90, que aqui midiaticamente falavam que aqui eram bons, foram todos embora. Aqui tem um clã, a medicina aqui tem um clã. Aí começou a formação desse clã e precisava de um espaço. Os bons profissionais sempre foram demandados pelo mundo todo, foram para os lugares que foram demandados e o clã dominou (Presidente FIRJAN-NOF).

A crítica do presidente da FIRJAN pauta-se em critérios de uma *city* industrial para uma *city* doméstica.

É a historinha que eu te contei da empresa de fundo de quintal, ela vai fazendo um pouco por sobrevivência e vai crescendo os tentáculos igual uma centopeia, certo? Mas tem que ter a cabeça. Normalmente quando essa cabeça perde, os braços perdem a vitamina, perdem o vigor, começam a murchar e a deteriorar, que é a terceira geração. [...]. Essa liderança que cria, ela trabalha tanto que

ela não tem tempo para pensar como perpetuar, aí faltou, morreu de uma hora para outra, não estava nada preparado. Aí fica todo mundo rezando pra ele poder morrer rápido pra todo mundo poder meter a mão, porque enquanto ele está na cabeça ninguém mete a mão (Presidente FIRJAN-NOF).

Nessa perspectiva – que, como veremos, é difundida – as empresas de Itaperuna são principalmente de origem familiar e encontram problemas em continuarem ao longo do tempo. Quanto à diferenciação, a perspectiva mais coerente dessa mudança coloca como protagonistas econômicos de Itaperuna os setores de prestação de serviços educacionais em medicina e o comércio que iria a reboque. Mas um olhar mais atento provavelmente revele outros aspectos dessa dinâmica que integra e exclui simultaneamente as atividades mais tradicionais.

1.2 Os negócios e seus mercados: o leite, o comércio, a saúde e a educação

A descrição realizada até agora apresenta generalidades, a partir da qual não é possível determinar como os empresários concebem o desenvolvimento e a região. Para poder acompanhar esses critérios acompanharemos a descrição dos mercados de atuação. Dado que "O empresário só investe quando ele vê perspectiva de lucro. Nenhum empresário que tenha algum sucesso investe se ele não sente possibilidade de lucro" (Ex-prefeito e ex-senador).

1.2.1 O leite e a pecuária

Itaperuna sedia a maior cooperativa leiteira do Estado, e duas fábricas importantes de Laticínios: a Quatá e a Marília. No mesmo ramo essas empresas pertenceram anteriormente à Fleischmann Royal e à Parmalat, que faliram na década de 2000. A origem desta atividade deve-se pela presença da Cooperativa Agroindustrial Itaperunense Produtora de Leite (CAPIL), cujo presidente da diretoria, até 2019, será Moacir Serôdio e o diretor comercial Cleverson Boechat Tinoco. A CAPIL foi fundada em 1941:

[...] foi formada por 24 (cooperados) e teve um apoio muito grande da família Bastos, de Venâncio. Quando surgiu a CAPIL o senhor Rubens Bastos tinha uma fábrica de manteiga, e fechou para abrir a

CAPIL. [...] eles vieram para General Osório, da General Osório vieram parar aqui (Presidente da CAPIL).

Essa foi uma empreitada bem-sucedida que permitiu a expansão do negócio até a década de 1980, chegando, em alguns momentos, a contar com 1200 cooperados.

Nós já tivemos aqui uma captação de duzentos mil litros de leite por dia, essa mesma usina aqui. Duzentos e poucos mil litros. Hoje, para você ter uma ideia, a Quatá está com cento e trinta mil litros. Nós já tivemos mais do que a Quatá capta hoje, aqui nessa usina (Diretor comercial da CAPIL).

A cooperativa era a maior do estado. Eram 200.000 litros de leite. Ela foi muito rica, por isso que hoje ainda está sobrevivendo (Presidente da CAPIL).

Vale mencionar que foi com base nessa experiência que se fixou, em Itaperuna, a Fleischmann Royal (transformada posteriormente Gloria Milk), ainda na década de 1950, iniciando um processo de multinacionalização que controlou o negócio leiteiro:

Porque a Leite Glória veio para cá nos anos 50? Porque com certeza fez uma análise e viu que a região que teria maior capacidade, maior vocação leiteira, por isso ela veio para cá, então nós temos aqui a leite glória que é uma multinacional da Royal Flash, americana, veio pra cá nos anos 50. O que tinha em Itaperuna nos anos 50? Nada. Nós viemos pra cá, acho, no final de 50, cinquenta e poucos, ela começou lá na General Osório, a CAPIL e depois veio pra cá, deve ter sido logo depois que a Leite Glória se instalou (C. Boechat, diretor comercial).

A CAPIL não apenas tornou-se fornecedora de leite, mas também cedeu os terrenos para sua instalação:

A cooperativa que deu para poder vir a Leite Glória para cá. Era General Milk. Tivemos que doar o terreno para eles virem, era uma multinacional muito forte. Ali era nosso também (Presidente da CAPIL).

A organização da produção da cooperativa, nesses termos, tem se mostrado problemática:

Porque antes da Quatá, era uma outra firma que se chamava Parmalat, ela quebrou e tivemos que correr atrás para receber. Está muito mal, o governo, mesmo o Brasil tendo essa arrancada no agronegócio, o governo ficou muito pequeno, não teve incentivo. Mas é isso, nós temos que vender mais, se não, não tem jeito não. Não é somente em Itaocara que a produção de laticínios decaiu senão em todo o estado. No estado do Rio era 40 cooperativas, só tem quatro; Em Itaocara, nós, Bom Jesus e Natividade. O resto fechou tudo com muito prejuízo (Presidente da CAPIL).

Como causa desse declínio da cooperativa, o preço do leite e a impossibilidade de controle para determinar seu valor são apontados como fatores preponderantes:

A CAPIL conversa com os empresários do jeito que eles querem. Quem bota o preço são eles, não somos nós. Então, se tivesse o preço mínimo, como na época do governo militar, que era preço mínimo, todo mundo sabia quanto tinha que ganhar, o produtor ganhava tanto, o varejista tanto, e o consumidor pagava tanto. Hoje não tem isso mais. Porque o produtor está tomando prejuízo e está largando. [...]. As fazendas estão indo para a recria. O boi Zebu está bom de preço para carne, não tem muita despesa (Presidente da CAPIL).

O leite não é rentável para o produtor, mas para quem controla o preço do leite as empresas beneficiadoras podem diversificar a produção e contam com uma rede de distribuição (logística) extensa. Na região, quem domina são a Quatá, que comprou o espólio da Parmalat, e a Marília, empresa mineira estabelecida na região graças a incentivos fiscais. Em tal contexto a opção da cooperativa é focar em seus produtos de prestígio: a linha Prata.

Uma empresa fundada em 1941 que construiu um legado que tem um valor, um patrimônio e material, que é o nome: o nome prata. Com esse nome, por si só, os produtos já vendem, em função de seu nome. Nós podemos nos orgulhar de parte de um laticínio que na nossa região, no Noroeste aqui, e até na região norte, atingindo até a cidade de Niterói, nós temos uma projeção muito grande desse nome. Isso aí são os antigos diretores, o doutor Carlito Crespo, Moacir, que já está há um tempo também na frente e usam antigos diretores que por aqui passaram e construíram esse legado. Então fica até fácil a gente administrar uma empresa que passa por uma situação financeira muito difícil, mas como tantas outras no país está passando. Então, eu acho que a vantagem que nós temos é esse patrimônio e material, que foi construído pelos antigos e que hoje nós podemos desfrutar desse nome, que é uma marca poderosa. Ela faz frente amor te nacionais aqui na região: a Quatá, a Marília (Diretor Comercial da CAPIL).

Prata não podem parar, porque eles são famosos. Então nós vamos fazer uma usina novinha, enxuta, pra poder tocar pra frente, se Deus quiser (Presidente da CAPIL).

Apesar do “patrimônio”, ao longo dos anos, a área alcançada pela marca Prata é reduzida.

É distribuído [...] Campos, Pádua, Miracema, uma parte do estado de Minas Gerais: Carangola, Porciúncula, essa região aqui toda, nós distribuimos (Presidente da CAPIL).

A saída para este contexto de redução dependerá, em longo prazo, da construção de uma nova fábrica e otimizar a diminuição de custos operacionais.

[...] a meta para a CAPIL buscar sempre um preço digno para o leite. E como nós vamos conseguir isso? Saldando os compromissos, repaginam do aparte de distribuição, logística da empresa, organizando a gestão, dando uma organização na gestão administrativa e financeira, também logística da empresa, de forma a diminuir os custos para que possamos ter um preço digno para o produtor e também um preço compatível para disputar o mercado com os nossos produtos lá que teus, os derivados de leite, nossos produtos que são comercializados. Com isso, nós vamos ter um custo menor, então essa é a luta que faremos agora, diminuir o nosso custo, transferindo funcionários, adequando suas funções. Muitas vezes tendo que demitir funcionários que não estão produzindo, para poder alcançarmos este objetivo (Diretor comercial da CAPIL).

Em poucas palavras, a produção de leite não é competitiva devido à configuração de mercados, monopolizados, e à falta de políticas que beneficiem os produtores do mercado e os circuitos regionais nos quais se inserem. Tanto as formações da oferta quanto às condições de seu declínio dependeram de macropolíticas econômicas. Em sua ausência busca-se concorrer com recursos escassos, cortando custos e diminuindo o escopo do negócio.

1.2.2 O comércio

Para os comerciantes de Itaperuna³⁸, o comércio teve a década de 1960

³⁸ Diário de Campo, participação na Merco Noroeste de 2015, colhimento através de fotos divulgadas pelo Sincomércio contendo esses relatos, trata-se do projeto “O comércio faz história” da parceria Fecomércio, Sincomércio e Senac. Esse projeto colheu narrativas de comerciantes antigos da cidade

como momento de inclinação quando ocorreu o calçamento e a construção de infraestrutura adequada nas ruas centrais da cidade, além da chegada de energia elétrica. Teria contribuído, também, o surgimento da linha rodoviária Rio-Itaperuna, facilitando o fornecimento de mercadorias. Antes disso, segundo os donos de um estabelecimento bem antigo de Itaperuna, chamado Braseiro, o comércio era movimentado pelos “fazendeiros que vinham e compravam para os colonos”. Isto é, a economia era predominantemente rural, as relações de trabalho estavam marcadas pela imobilidade e dependência dos colonos, e a relação de “fidelização” destes por meio da dívida de comércio. Era a época recordada pela “honestidade dos clientes” mesmo com as vendas por meio do “fiado” e a utilização do caderno de anotações.

Eram os “tempos bons. Os produtores rurais traziam a mercadoria para vender e depois iam gastar dinheiro no comércio. Quem tinha maior cliente era quem sabia negociar” (Comerciante Chequer, relatos “O comércio faz história”).

Tais relatos saudosistas de um Brasil rural e oligárquico apontam como marco da mudança os anos de 1960, década na qual a população urbana passa dos 15% para 29,16%, e a partir da qual esse processo não se detém, atingindo 80,53% no Censo de 2010 (BRASIL, 1950; 1960; 2010).

Atualmente, como já visto, o crescimento é atribuído às áreas de saúde e educação, embora os da área de comércio careçam de um maior dinamismo que especialize suas práticas:

Você tem bons fornecedores, boas indústrias, mesmo que sejam pequenas e médias. Você tem, por exemplo, uma pequena indústria de inox, nós temos uma pequena indústria que produz para a federação do Estado do Rio de Janeiro, fazendo um troféu do campeonato carioca, feito em Itaperuna. Você usa uma marca de calça famosa, produzida em Itaperuna, jeans lavado em Itaperuna. Você tem cases de sucesso em Itaperuna, boas práticas. Cresceu muito na área de serviços, se comparar os números de comércio e serviços nos últimos anos, serviços ultrapassou o comércio. Porque você tem bons prestadores, que se adequaram à legislação, que desenvolveram boas práticas e se especializaram (Presidente Sincomércio)³⁹.

com o intuito de demonstrar a importância do comércio de Itaperuna para o desenvolvimento da Região Noroeste Fluminense. O próprio subtítulo do projeto nos deixou claro que, para eles, o que ao gerar crescimento para Itaperuna em suas áreas de atividades econômicas é ao mesmo tempo criar condições de crescimento para toda região. Logo, pensar o município de Itaperuna já contemplaria o todo da região.

³⁹ Além de ser presidente da Sincomércio, este é subsecretário da secretaria de desenvolvimento de

O comércio da cidade, em destaque o Sincomércio, reconhece o crescente avanço na área, tendo como mola propulsora a rede de prestação de Serviços Educação e Saúde. Além disso, ressalta que Itaperuna, por ser “celeiro de mão de obra de Macaé e Campos”, alavanca o consumo e investimentos na área do comércio e serviços. A consolidação do setor de serviço contribui diretamente para o aumento do consumo. Este deu destaque às faculdades e ao hospital que, com seus estudantes e pacientes, dinamizam os clientes do comércio (Secretário Sincomércio).

Em consequência dessa mudança,

[...] gente tem percebido que o empresário do comércio tem diversificado, ele é empresário, é comerciante, mas também tem investido em serviços. Por exemplo, a construção do IBIS, por exemplo, você tem vários empresários do comércio investindo nele, em gado de corte, empresários da área de vendas de motos investindo em franquias de alimentação, tem uma diversificação, até mesmo pela complexidade que é você ter um comércio em Itaperuna, um lugar de interior. Algumas franquias não se aplicam à realidade da cidade, e aí você deixa de investir, até mesmo por limitações de demanda (Secretário Sincomércio).

Já para o presidente do Sincomércio, o crescimento e a diferenciação ocorre por inovação.

Essa inovação acredito que, conforme falei no início, ele mesmo é que buscou essa inovação em outro estado, outro município, ou até mesmo fora do país, a gente tem vários casos em Itaperuna. Acho que parte do empresário (Presidente Sincomércio).

Quanto aos problemas do setor, no segundo semestre de 2015, eram apontados, principalmente,

Os encargos tributários, como sempre, o número um. Inclusive entramos com uma ação civil pública para redução de encargos da energia elétrica para o comércio de 25% para 18%. Além disso, temos um código de postura e um código tributário do ano de 1976 e 1977. Nós temos um setor público que trava o desenvolvimento (Secretário Sincomércio).

O comércio de Itaperuna⁴⁰ concentrou-se, a princípio, próximo à antiga linha ferroviária na Avenida Cardoso Moreira, próximo à antiga prefeitura; à rua Assis Ribeiro; Dez de Maio e Tarcísio Ribeiro. Atualmente, o comércio começou a se expandir ao longo da Avenida Cardoso Moreira, no sentido Minas Gerais, com a chegada da “Casa e Vídeo” e das “Lojas Americanas”, um grande supermercado e faculdades. A partir daí, surgiram outras lojas, restaurantes e centros comerciais até as intermediações da Faculdade Redentor de Itaperuna.

Quanto às políticas para o comércio, os objetivos são de revitalizar o centro comercial, alteração da circulação da cidade para melhorar o fluxo de pessoas no centro de Itaperuna. Isso implica em melhorar a infraestrutura, tornando a cidade mais acessível às compras.

O prefeito, por sua vez, aposta em “[...] promover mais feiras, mais encontros. Porque isso aquece o comércio”. Isto é, a própria iniciativa privada precisaria criar eventos que suscitasse melhoramentos. Pois, para ele, sem a parte da sociedade e seus empresários a prefeitura não daria conta de gerir todas as demandas de uma cidade.

1.2.3 A saúde

A referência em saúde de Itaperuna é o hospital São José do Avaí. Trata-se de um hospital filantrópico de alta complexidade, considerado pilar do desenvolvimento de toda a saúde de Itaperuna e região⁴¹. Fundado em 1925 pelo Dr. Diogo Cabral de Melo, como Ambulatório São José, foi “construído com recursos da comunidade em terreno cedido pela prefeitura” (HSJA, *online*). Contava com pouquíssimos recursos: uma sala de operações, duas enfermarias gerais, quatro

⁴⁰ Quanto à área de influência desse comércio tanto as entrevistas no Sincomércio quanto o representante da FIRJAN apontam que há uma relação entre o empresariado de Itaperuna e Região Norte e Noroeste com as cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo envolvendo troca entre os fornecedores e compradores.

⁴¹ O diretor deste hospital é reconhecido não somente por seus pares, mas pela maioria dos munícipes. Este doutor é bem querido pelos outros entrevistados que o citaram por seu amor e vocação a medicina. O ex-prefeito, o presidente do Sincomércio, o prefeito e diretor comercial da cooperativa o mencionaram tecendo elogios e honrarias a sua pessoa como figura pública de relevância para Itaperuna e Região. Pertencente à família Tinoco, sua trajetória está ligada a zona rural, nasceu numa fazenda chamada Ponte Alta que hoje pertence ao município de Natividade e possui 6 irmãos. Os pais passaram a serem pequenos comerciantes e ele foi o primeiro da família a cursar medicina em Niterói na Universidade Federal Fluminense. O Dr. Renan tem mais quatro irmãos médicos. Um deles foi deputado estadual e hoje atua como comerciante no Rio de Janeiro. Após formado, Dr. Renan veio diretamente atuar em Itaperuna como médico.

particulares e uma capela⁴². Em 1967, houve a mudança de local do hospital para o atual endereço.

O hospital tem 90 anos, vai fazer 90 anos agora, mas ele era em outro lugar, na Beira Rio, então só mudou pra aqui em 1967. Isso aqui estava quase pronto para virar o Hospital Regional Miguel Couto Filho. Mas aí o governo não quis mais fazer a obra e parou então fez um convenio com a Associação de Proteção à Maternidade de Itaperuna para ceder esse hospital pra cá e nos cedemos o antigo que ficou pra Fundação São José, ficou a faculdade lá. E aí em 1967 que viemos. Sou diretor aqui já há 30 anos. Nós começamos progressivamente fomos crescendo com muito trabalho, muita economia, foi assim. Tinha poucos médicos, conseguíamos saber quem estava estudando medicina, já orientávamos pra fazer tal especialidade, então conseguíamos arrumar vários especialistas para o hospital. Progressivamente fomos crescendo. Os recursos, o hospital é filantrópico, né?! Não visa o lucro, então tudo o que a gente ganha a gente investe aqui (Diretor do HSJA).

De acordo com o diretor do Hospital, Dr. Renan Tinoco– no cargo desde 1983 e no hospital desde 1962 – a saúde na época da fundação era tratada no âmbito do serviço privado.

Naquela época tinha o indigente, aquela época não tinha convenio, não tinha nada, era o indigente mesmo. Depois criaram o funrural, que aí deram uma ajuda. O doente era particular ou era indigente. Mas, fazemos o bem sem olhar a quem (Diretor do HSJA).

Com isso afirma que o único hospital atendia a todos, sendo fiel à ética hipocrática e que mantém até hoje tal postura.

A gente oferece de tudo, não tem uma diferenciação, nenhuma. O médico faz uma visitação por dia, se o doente tiver grave, vai passar 50 vezes, sendo doente do SUS ou do convênio, o critério é o mesmo. Isso aqui a gente tem orgulho de falar porque não tem

⁴² “Até a inauguração do Ambulatório São José, que foi construído com recursos da comunidade em terreno cedido pela prefeitura no lugar onde hoje fica a Fundação São José, foram cinco anos de trabalho. E, ainda assim, fazer funcionar aquela pequena estrutura - uma sala de operações, duas enfermarias gerais, quatro particulares e uma capela – não foi tarefa fácil. Por falta de recursos, o Ambulatório atendeu durante poucos meses após sua abertura e ficou fechado por mais de dois anos, atendendo apenas alguns casos emergenciais. A reabertura acontece apenas em 1933. Nesse mesmo local, o Ambulatório, mais tarde Hospital São José do Avaí, funcionou até 1966, quando foi transferido para o prédio atual. O atual prédio do Hospital São José do Avaí foi construído pelo Governo do Estado, inicialmente, para abrigar o Hospital Regional Miguel Couto. Tendo desistido da obra, quase pronta, o Estado doou o prédio para a Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e Adolescência de Itaperuna, que negociou a troca de sede com a Conferência São José do Avaí”. Hoje, o Hospital São José do Avaí realiza cerca de 10 mil atendimentos por mês e emprega diretamente mais de 600 (HSJA, *online*). Disponível em: <<http://www.hsja.com.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

diferenciação mesmo. A gente até brinca, que as vezes o doente do SUS é atendido mais rápido que o do convênio (Diretor do HSJA).

Igualmente instrumentos e equipamentos eram escassos. O diretor lembra: “[...] Não tínhamos instrumentais de ponta: era a mão, os olhos do médico que faziam tudo” (Diretor do HSJA). Também faltavam profissionais de muitas especialidades. Os irmãos médicos se especializaram em áreas carentes em Itaperuna, como otorrinolaringologista, ortopedia e endoscopia.

Nós começamos progressivamente, fomos crescendo com muito trabalho, muita economia, foi assim. Tinham poucos médicos, conseguíamos saber quem estava estudando medicina, já orientávamos pra fazer tal especialidade, então conseguíamos arrumar vários especialistas para o hospital. Progressivamente fomos crescendo. Os recursos, o hospital é filantrópico, né?! Não visa o lucro, então tudo o que a gente ganha a gente investe aqui (Diretor do HSJA).

Assim, a partir de 1990, começou a ter cirurgias de transplantes e desenvolvimento da cardiologia, tornando-se uma referência nacional na área, sendo considerado um hospital de alta complexidade de nível 3 pelo Estado. O hospital conta com aproximadamente 150 médicos, além dos residentes da Universidade Iguazu (UNIG). Conta com quase 400 leitos de Centro de Tratamento e Terapia Intensiva (CTI) e capacidade de realização de praticamente todos os exames complementares, sendo conveniados com a rede privada e o Sistema Único de Saúde (SUS).

A estratégia de construir especializações e áreas de pesquisa como hospital escola viu-se reforçada com a chegada da UNIG, em 1996, e seu curso de medicina, que tornou o HSJA base da residência. “O bom que a gente quer trazer algum especialista para cá, a UNIG sempre dá emprego, coloca como professor, então vai dando apoio para a gente” (Dr. Renan Tinoco, diretor do HSJA). A presença de universidades facilita, ainda, a captação de médicos.

Quando alguém vai ser admitido aqui na instituição, a gente faz uma entrevista admissional, pergunta o que levou o profissional a vir pro hospital, 100% responde que a estrutura que a instituição oferece pra eles, de trabalho, tu não tem em outro hospital do interior. Então isso eu acho que é um grande diferencial da instituição, de prover os recursos tecnológicos, de pessoas. Pra trazer o profissional, atrai, porque eles conseguem desenvolver o trabalho deles com

segurança, né. Consegue alguns projetos que às vezes na capital eles não teria, essa acolhida (Administradora do HSJA).

Além disso, a relação com a universidade oferece ao Hospital visibilidade e prestígio, já que participa e fomenta pesquisas e laboratórios, promove e participa de eventos acadêmicos.

Os médicos têm muitos trabalhos publicados, inclusive em revistas internacionais, fazemos, frequentamos congressos internacionais também, nós fazemos congresso aqui, de cirurgia laparoscópica, de dois em dois anos, vem gente do Brasil todo (Dr. Renan Tinoco, diretor do HSJA).

Quanto aos investimentos, os recursos investidos no hospital são, em grandes medidas, recursos próprios, oriundos de projetos e parcerias com o Governo Federal. Quanto aos serviços prestados, 60% deles são referentes ao SUS.

O peso do convênio com SUS no Hospital é grande e, de acordo com a administradora – "apesar de pagar pouco, como outros convênios", a administração é cuidadosa e permite manter o hospital. O problema de mais difícil solução envolve os repasses municipais e provocaram problemas financeiros consideráveis em 2015.

Nós tivemos muito problema com a prefeitura daqui eles recebiam dinheiro do estado e não repassavam para a gente. Criou problemas muito sérios pra gente, focaram devendo muita coisa. Ficou uma dívida de vinte milhões, que conseguimos ir à justiça, aí está pagando de cem em cem mil reais por mês (Administradora do HSJA).

O Governo Federal tem que mandar 400 mil pra ele pra manter a UPA, 200 do governo federal e 200 do estado. O estado não passa o dinheiro desde fevereiro de 2015, e ao invés de investir no município, ele pega o dinheiro pra pagar os funcionários da UPA porque não tem como ficar, se não pagar a pessoa não trabalha (Administradora do HSJA).

Era cinquenta no primeiro ano e agora 100. Demora 20 anos pra pagar. São 13 milhões, que tem uma outra que a gente já tinha entrado na Justiça Federal, aí não entrou nesse TAC (Administradora do HSJA).

Desses secretários de saúde que estão aí, uns 4 ou 5 estão tudo enrolados na justiça. Não sei o que vai dar na frente, mas pelo menos esse dinheiro a gente faria qualquer acordo pra receber. Começou com 50 mil por mês, agora é cem mil por mês (Diretor do HSJA).

O estado interveio, que a gente foi no Ministério da Saúde, Dr. Renan e eu fomos à Brasília e fizemos a denúncia lá, aí o estado fez a intervenção. A gestão era plena, aí passou a gestão, a gente prestava conta pro estado durante um ano, foi de maio a maio. Em outubro do outro ano, quando entrou outro prefeito, é que voltou para o município, e aí o estado manteve rigorosamente o pagamento em dia, dois isso que manteve o hospital com as portas abertas, senão a gente não teria condição, que com esse déficit de 20 milhões, não tinha como (Administradora do HSJA).

A crise afeta o hospital que, além da falta de repasses, está sobrecarregado dada a falta de uma rede adequada de hospitais na região e o fechamento de outros.

Acabaram os hospitais de Varre-Sai, Porciúncula, o de Bom Jesus está praticamente fechado. Em consequência, centralizou praticamente aqui, que tem um hospital de referência. Já passou Campos. Vem pessoas aqui do Norte, de todo lugar, para fazer intervenções aqui, procedimentos. Aí você pergunta: Porque que isso cresceu dessa forma? Porque a gestão do Hospital São José do Avaí é boa, Dr. Renan, equipamento novo que surge, tecnologia, compra [...] poderia melhorar mais, se as cidades vizinhas colocassem os hospitais para funcionar, que desafogava um pouco aqui, distribuía melhor essa parte da saúde e investir mais na saúde básica (Prefeito de Itaperuna).

Aí Itaperuna fica mais sobrecarregado, que Itaperuna era referencial pra uma complexidade maior, agora pra tudo, eles não conseguem resolver nada. É São José que protege a gente (Administradora do HSJA).

Um segundo motivo de reclamação, além da falta de hospitais e de maternidades, é que as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) sobrecarregam o hospital:

Agora, o que prejudica muito a gente é que todo mundo da região toda, de onde for, joga pra UPA, aí se precisar de CTI, a UPA joga pra gente (Diretor do HSJA).

Antes a gente recebia só de acidente, de todo Brasil, aí era referência, agora com a UPA, vem com essa finalidade, final de semana bota paciente na ambulância, leva na UPA, a UPA manda pra cá. São pacientes que geralmente não conseguem tratamento na cidade deles, porque a cidade deles não tem resolução (Administradora do HSJA).

Recebem, ainda, segundo o diretor, pessoas do município do Rio de Janeiro, de Cabo Frio, de Guaçuí, no Espírito Santo e de Minas Gerais. Nesse sentido, estudam a forma de pôr restrições à vinda de pessoas de fora da região.

Estou vendo com o prefeito daqui ele é até muito bom com a gente. Nós não somos políticos, nunca mexemos com política, sabe, mas estamos pelejando com eles para a UPA só atender ao Noroeste Fluminense, só aos 13 municípios, estamos apertando ele pra não aceitar gente de fora (Diretor do HSJA).

Outra medida importante seria, segundo afirmam o diretor e a administradora, a conjugação de outros hospitais na região para equilibrar o atendimento da saúde, que se encontra concentrado no Hospital de Itaperuna.

Na minha opinião, o que eu acho que deveria resolver, seria os 13 municípios de reunir e resolver, onde vai fazer a maternidade, onde vai fazer um atendimento de paciente crônico, porque tem paciente que fica aqui mas poderia estar recebendo tratamento na cidade deles, aí desafoga o hospital e eles usam pra fazer complexidade que a gente tem. Isso resolveria, quer dizer, eles têm estrutura, aí os médicos que fazem parto, teriam interesse em ir lá trabalhar, porque as cidades são próximas, né (Administradora do HSJA).

Mas tais propostas não encontram respostas nos municípios da região, sendo até benéfica para o hospital, que agrega recursos por meio do amplo atendimento.

A crise na saúde – é até difícil falar isso – mas beneficia a instituição, porque a gente consegue captar esses pacientes, então não tem ociosidade aqui. A gente precisa movimentar, apesar da tabela SUS ser ruim, a tabela de alguns convênios é ruim, mas a gente tem que movimentar. Está com a sua capacidade ociosa, você está perdendo dinheiro, porque você tem uma máquina administrativa pra gerir tudo isso. Então essa crise na saúde beneficia a gente, porque o hospital tem uma demanda alta, a gente não tem ociosidade de leito, de profissional, de nada. A gente consegue ter o profissional ocupado, ele tem o rendimento dele também, satisfatório, por conta disso. É diferente de um hospital que não tem nada pra oferecer e não tem o cliente na porta. A gente tem o cliente na porta, isso eu acho importante para a gente. Se você fizer um trabalho sério, com bons profissionais, que a gente exige a titulação de especialidade de todos eles, investir na estrutura, pra ter uma certa modernidade, minimizar o desgaste, acho que não tem como dar errado, porque a população, ela está doente hoje e vai continuar doente amanhã, porque tem um envelhecimento, então as doenças tendem a aumentar, então eu acho que crise não vai ter, mas a gente tem muito receio, porque depende muito do SUS. O recurso federal aqui, do Ministério é que paga minha folha de pagamento, então se a gente não tiver esse

recurso de maneira regular, isso pode interferir na instituição. Existem as ameaças, não é tudo um mar de rosas, mas a gente tem a perspectiva que o governo federal não vai querer brincar com a saúde da população. Mesmo porque a mídia está encima deles pra isso, porque a fragilidade. Pode faltar tudo, mas não pode faltar pra saúde (Administradora do HSJA).

Numa lógica comercial, a administradora afirma que, em curto prazo, o hospital se beneficia da crise do sistema regional de saúde, permitindo eliminar a capacidade ociosa e manter o hospital funcionando graças a uma administração eficiente. Em longo prazo, não prevê a diminuição da demanda, mas teme que venha a ter dificuldade no repasse de recursos federais do SUS, dos quais depende para pagar salários.

Quanto a investimentos, o hospital tem investido em obras para melhorar as instalações e evitar enchentes, e também tem ampliado o número de leitos. Já em relação à possibilidade de construir um hospital municipal não há nem houve planos a respeito. A presença do hospital São José, o prestígio de seu diretor e o sucesso do empreendimento são tomados pela prefeitura e o grupo político ligado a bens da cidade, que não deve ser afetado. A única voz discordante é o da FIRJAN, cujo projeto de desenvolvimento para 2022 defende a construção de um hospital estadual que atenda a toda região.

1.2.4 A educação

A educação superior, uma área com presença de três instituições privadas de ensino e três públicas, a saber: o Centro Universitário São José (1967), a Universidade Iguazu (1996) e a Faculdade Redentor (2002), o Instituto Federal Fluminense (IFFluminense *campus* Itaperuna, 2009), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC, 2001)⁴³ e o polo de ensino a distância Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (consórcio CEDERJ, 2001).⁴⁴

No entanto, são as faculdades privadas as responsáveis por praticamente toda a oferta de cursos de nível superior. Oferecem trinta cursos de graduação nas

⁴³ O Instituto Superior de Educação de Itaperuna, criado pelo Decreto no 28.739 de 03 de julho de 2001, teve a denominação alterada para Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro – FAETERJ Itaperuna, pelo Decreto no 43.566, de 14 de maio de 2012.

⁴⁴ O Consórcio CEDERJ pertence à Fundação CECIERJ (Fundação Centro De Ciências E Educação Superior A Distância Do Estado Do Rio De Janeiro) órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

áreas de engenharias, saúde e humanas, e um número bastante expressivo de cursos técnicos. No caso do ensino superior, ao contrário do comércio e da indústria, não há nenhuma instância que congregue as faculdades. Impera a concorrência, principalmente nos cursos de engenharia e saúde, em destaque a medicina (Quadro 1).

Quadro 1 – Cursos de Nível Superior ofertados em Itaperuna por Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (exclui cursos tecnológicos)

UNIG	SÃO JOSÉ	REDENTOR
Administração	Administração	Administração
Ciências Biológicas	-	Ciências Biológicas (Bach.)
-	-	Ciências Biológicas (Lic.)
Ciências Contábeis	Ciências Contábeis	Ciências Contábeis
Direito	-	Direito
Educação Física	-	Educação Física
Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem
-	-	Arquitetura e Urbanismo
Engenharia de Petróleo	-	-
-	-	Engenharia Elétrica
Engenharia de Produção	-	Engenharia de Produção
-	-	Engenharia Mecânica
-	-	Engenharia Civil
Farmácia	Farmácia	-
Fisioterapia	-	Fisioterapia
-	-	Fonoaudiologia
Geografia	-	-
História	História	-
Letras	Letras	-
-	-	Marketing
Matemática	Matemática	-
Medicina	-	Medicina
Medicina Veterinária	-	-
-	-	Nutrição
Odontologia	-	-
Pedagogia	-	Pedagogia
-	Psicologia	Psicologia
-	Política Brasileira	-
-	-	Serviço Social
Sistema de Informação	-	Sistema de Informação

A Faculdade de Filosofia de Itaperuna, a primeira da cidade, originou-se em 1967, por uma fundação filantrópica (Fundação São José) intermediada pela figura histórica de Itaperuna: o Padre Humberto Lindelauf⁴⁵. Hoje, esta fundação é a mantenedora do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), uma instituição católica e que desde sua origem tem inserção no ensino superior. Atualmente, possui nove cursos, sendo dois (Farmácia e Enfermagem) na área de saúde. Atende também desde a alfabetização à Pós-graduação *lato sensu*. Esta faculdade, que divulga em sua página que em breve terá um curso de Engenharia, tampouco pôde nos receber.

Em 1996 instalou-se em Itaperuna a Universidade Iguazu (UNIG). Segundo relatos do ex-prefeito: “[...] quando a UNIG veio, trouxe o primeiro curso de Direito aqui, quantas vagas tinha, enchia. Ainda bem, que aí eles vieram construir a universidade”.

A sede desta universidade encontra-se em Nova Iguaçu (RJ), enquanto que, em Itaperuna, localiza-se seu V Campus. Como visto, esta universidade encontra-se ligada ao HSJA, dado que o curso de medicina faz residência médica no Hospital. Dos 19 cursos de graduação ofertados cinco são na área de saúde, a saber: medicina, enfermagem, fisioterapia, odontologia e medicina veterinária. Infelizmente não fomos recebidos por esta instituição, de modo que não é possível escrever com maior profundidade a respeito.

Quanto a maior faculdade da cidade, a Redentor, atua na cidade desde 2002, oferecendo 21 cursos de graduação e atua, também, nos municípios de Campos dos Goytacazes/RJ, Paraíba do Sul/RJ e unidade Metropolitana em Queimados/RJ (ainda em processo de aprovação para seu funcionamento).

Foi fundada por um pastor Batista atuante em uma igreja de Itaperuna e teve como experiência de base a criação, em 1985, de um curso de teologia:

⁴⁵ De família judia, nasceu na Alemanha e veio para o Brasil, fugindo da guerra. Em 1947 veio para Itaperuna, a fim de assumir a Matriz São José do Avahy, ficando em Itaperuna por cerca de 22 anos. Dentre as obras que idealizou e/ou colaborou para se realizasse, podemos citar algumas, como por exemplo, as igrejas Matriz São José do Avahy, Matriz São Benedito, Matriz Nossa Senhora de Fátima e Paróquia Santa Rita de Cássia. Também contribuiu para a idealização do Asilo Santo Antônio dos Pobres, Patronato Padre Humberto Lindelauf, Educandário São José, Monumento do Cristo Redentor, Hospital Regional de Itaperuna e Companhia Telefônica de Itaperuna. (ITAPERUNANEWS, *online*). Disponível em: <<http://itaperunanews.com.br/site/2015/12/21/o-padre-humberto-lindelauf/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

A história da Redentor não começa com a Redentor, começa antes, começa em 1984, quando eu vim para Itaperuna para pastorear a Segunda Igreja Batista. Eu sou pastor, ministro, que na época eu não era mestre, eu sou mestre em psiquiatria e doutor em psicanalítica. Pois bem, eu tenho uma cabeça construída em regiões metropolitanas, mas as pessoas pensam de maneira muito diferente do interior. Não só pensam, como veem as coisas diferentes. As atitudes são mais arrojadas, a nossa decisão tem que ser mais rápida, tudo das regiões metropolitanas, nos grandes centros, tem um ritmo diferente do interior. Aqui nós somos mais acomodados (Proprietário da Faculdade Redentor).

O fundador apresenta-se como um empreendedor, alguém da região metropolitana e que, por isso, vê as oportunidades que se apresentam. Associa sua capacidade empreendedora ao fato de vir de uma região menos limitada em termos de empreendimento.

A Faculdade de Teologia foram as portas da Faculdade Redentor. [...]. Eu constatei que os jovens que conseguiram sair daqui e fazer formação teológica fora, acabavam estudando no Rio, assumindo e pastoreando as igrejas por lá, namoravam e casavam lá, faziam os cursos e não voltavam, então nós estávamos continuamente mandando gente e não tendo retorno bom, mas eu constatei que isso não era só na área teológica, por isso eu abri a faculdade teológica. [...]. Na igreja que eu pastoreava tinha um médico, vivo ainda, que todos os seus filhos, e tem três filhos e uma filha, todos os seus filhos fizeram medicina no Rio e voltaram, porque voltar? Porque vieram para desenvolver e crescer à sombra do pai, que já tinha status aqui. Por isso eles voltaram. A filha que fez fisioterapia voltou e um dos filhos não quis saber da área de saúde, foi para Vitória e fez engenharia, não voltou, está em Vitória. Ele é engenheiro químico, nunca mais voltou. Então isso gera um tipo de êxodo de estudo desfavorável, desenvolve menos a cidade do interior. Eu chamei isso de êxodo das competências (Proprietário da Faculdade Redentor).

O êxodo de competências, por aqueles que migram para estudar e não retornam a sua cidade de origem, aponta para uma demanda que permanecia inadvertida, mas que começou a chamar a atenção de algumas instituições de ensino.

Em 89 me sondaram sobre uma instituição que queria abrir um campus [...] no colégio Batista, um curso de psicologia. [...] então propus: vamos fazer uma parceria, e nessa parceria eu construo o que está faltando no Colégio Batista, uso durante 10 anos e deixo além das paredes. [...]. Não vou abrir cursos que as outras universidades tenham, nem a UNIG nem a São José. Eu havia até trabalhado na São José, dei aula lá nas Ciências Sociais. Não vou abrir os cursos que ele tem, porque não estou aqui para concorrer,

para competir. Meu objetivo é oferecer cursos diferenciados, que realmente modifiquem o perfil da região noroeste e entrei com seis pedidos de curso: engenharia civil, engenharia mecânica, bacharelado em biologia, agora são os esses. E tem fonoaudiologia, nutrição, Serviço social. Pois bem, abrimos no meio do ano de 2002 com cinco cursos e no semestre seguinte abrimos Serviço Social (Proprietário da Faculdade Redentor).

O fundador apresenta-se não somente com empreendedor, mas senão como alguém capaz de realizar parcerias (*Cité* por projetos).

Pois bem, eu digo: tá bom, sei o que eu estou fazendo. A minha proposta era fazer uma instituição com cursos diferenciados, com qualidade em nível de excelência, totalmente diferente das instituições que levavam e levam o sistema de qualquer maneira, sem compromisso com o ensino. Isso não é educação, é ensino. De certa forma educação é mais o objetivo do nível superior ensino. Eu não queria nada disso (Proprietário da Faculdade Redentor).

A proposta trazida por ele foi vista como ousada e, portanto, mal recebida na região:

Ele me deu a mão, mas ele mesmo depois disse: nós não acreditávamos que a faculdade fosse sair. Porque ninguém acreditava, esse maluco que veio do Rio que abre uma faculdade totalmente diferente no interior do estado (Ex-prefeito).

Mas a ousadia foi compensada, apesar de pouco ou quase nenhum apoio dos seus pares:

Nós tivemos 96 matriculados no primeiro vestibular. Hoje, nós somos a maior instituição do Norte-Noroeste também, não tem ninguém maior do que nós. Se levar em consideração os alunos da Redentor de Campos não tem ninguém que bata, nem a UENF chega próximo do quantitativo que nós temos de alunos (Proprietário da Faculdade Redentor).

A Redentor, catorze anos depois de sua fundação, possui quatro unidades e cursos de pós-graduação *lato sensu* espalhados por todo país.

[...] no rastro do desenvolvimento de Itaperuna, através da Redentor, abrimos cursos que ninguém tinha, cursos totalmente diferenciados que estão lá. Agora estamos com nove cursos, estamos abrindo agora no Paraíba do Sul e lá na baixada fluminense a faculdade Redentor Metropolitana que está na área do Arco Metropolitano que

está na área metropolitana, na cidade de Queimados, onde comecei minha vida com pastor. [...] São duas novas faculdades, cada uma começando com cinco cursos, todos no mesmo enfoque, na mesma linha, na mesma ótica de desenvolver a região, eu queria dar ao povo que está ali, que tem a capacidade de desenvolver e fazer faculdade, crescer, a região crescer, esse é meu jeito de fazer as coisas (Proprietário da Faculdade Redentor).

A expansão, apresentada como fruto do desenvolvimento do município de Itaperuna, tem no curso de medicina seu ponto mais alto. Como bem salientaram o diretor comercial da CAPIL e o ex-prefeito: “que cidade do Brasil tem duas faculdades de medicina?”.

A educação superior privada desenvolveu-se em Itaperuna segundo uma lógica concorrencial, que fora evidenciada, para além dos comentários do fundador da Redentor, pelo número de cursos superpostos. Dos trinta cursos existentes, três são ministradas em duas instituições – administração, ciências contábeis e enfermagem. Outros treze em duas instituições – ciências, biológicas, direito, educação física, engenharia de produção, farmácia, fisioterapia, história, letras, matemática, medicina, pedagogia, psicologia e sistemas de comunicação. O futuro aponta para o aumento da concorrência, envolvendo os cursos de medicina e as engenharias, além da expansão territorial, e a estratégia competitiva é apresentada como correspondendo ao aumento da qualidade.

Quanto ao ensino público, a FAETEC não oferece cursos de nível superior, e o IFFluminense *campus* Itaperuna oferece apenas o Bacharelado em Tecnologia da Informação. Já o CEDERJ possui cursos a distância e semipresenciais. Não disputam o mercado educacional nem balizam seus critérios de oferta e excelência pelos mesmos critérios. A expansão apresenta-se como uma demanda das forças políticas locais.

O Prefeito e a Secretária de Educação querem, principalmente, uma escola superior de engenharia química. Quer dizer, então, o objetivo do serviço público é trazer cursos grátis, para que o filho do trabalhador tenha a mesma oportunidade, é o único meio dele pular é conhecimento, não é verdade? (Ex-prefeito).

Hoje tem o IFF, vai ter engenharia elétrica, mas na área de humanas ele não investe, investe mais na área tecnológica. A gente está montando junto à UFF, vai vir o curso de engenharia de produção e posteriormente vamos buscar odontologia e medicina, então uma coisa vai puxando a outra. Vai ter mercado? Vai ter mercado pra todo mundo. Então, as oportunidades em Itaperuna são muitas. Agora,

precisa de maior investimento. Hoje mesmo o governo do estado tem que investir mais pra gente tentar melhorar, porque a arrecadação é pouca, a cidade é uma cidade pobre (Prefeito de Itaperuna).

A expansão do ensino público de nível superior não envolve apenas a política senão objetivos diferentes dos do ensino privado. É defendido como oportunidade para aqueles que não podem pagar. Como uma forma de melhorar uma cidade pobre dado que arrecada menos do que gasta, a educação superior é tomada como um meio de melhorar e ativar outras áreas econômicas da cidade, como por exemplo, o comércio e o setor imobiliário.

1.3 Os quadros do desenvolvimento

Que a educação seja um meio de progredir depara-nos com um termo típico da ética econômica popular (MAMANI, 2004) na qual melhorar as condições de vida aparecem como um dever moral, como um compromisso de fazer crescer o patrimônio familiar e ganhar em autonomia. Isso nos leva a abandonar a descrição dos mercados de atuação dos empresários para retomar o problema do desenvolvimento. Partimos do suposto que em Itaperuna o problema da falta de desenvolvimento não aparecia com a mesma intensidade e nos mesmos termos que em Campos dos Goytacazes. Essencialmente, não era apresentada nos termos de um regionalismo fechado, como acusação de falta de políticas e de apoio político para dinamizar, e modernizar a economia regional. Supúnhamos que essa dinamização seria assumida de forma virtuosa pelo empresariado local.

A descrição dos mercados de atuação, pelos empresários, permitiu nos entrever que o desenvolvimento não faz parte da gramática dos negócios. Estes valorizam o crescimento e a capacidade obtida essencialmente por medidas administrativas, organizacionais e comerciais próprias, segundo critérios de *cités* comerciais e industriais, valorizando ao extremo a competitividade e a iniciativa privada, como ilustra o discurso do fundador da faculdade particular:

Tem, mas à dependência de investimento público, achando que o governo que tem que fazer isso, fazer aquilo. Eu nunca pensei nisso. A iniciativa pública sendo precária, sujeita à corrupção. Não é o caso, sempre acreditei, porque acredito na iniciativa privada, porque na iniciativa privada tem uma folha de pagamento, eu gasto exatamente o valor dessa folha de pagamento. Eu não gasto nem uma linha a

mais, se possível eu corto. A pública não, o que tem de municípios em que se arrobaram, arrombaram a Lei de responsabilidade orçamentária, estão gastando muito mais que poderiam, porque? Por coleguismo, essas coisas todas. Então, o serviço público no Brasil não é um negócio que preste um bom serviço comparando-se com a iniciativa privada. Então eu sempre preferi a iniciativa privada. Prego isso, prefiro isso, sempre trabalhei com isso e não e não prefiro iniciativa pública (Proprietário da Faculdade Redentor).

Essa visão é compartilhada pelos empresários que atuam na indústria. Já o comércio reconhece sua dependência da expansão de outras atividades econômicas, portanto, não é tão taxativo. Em todos os casos o Estado dever-se-ia se ater a ações com benefícios coletivos capazes de incidir sobre a rentabilidade dos negócios, o que não o faz ou faz com deficiência.

As soluções apontadas mudam de acordo com o modo em que descrevem os problemas dos municípios ou da região. Assim, no caso dos administradores do Hospital e do Sincomércio, o desenvolvimento passa por melhorar a cidade em seus aspectos de infraestrutura e serviços.

Esse ano nós fizemos uma reunião com o Batalhão de Polícia para reforçar a segurança pública. A gente tem atuado junto ao município na revisão do plano diretor, inclusive as reuniões são feitas aqui. Então, todas as reuniões temáticas de desenvolvimento urbano e econômico, têm sido aqui. A gente tem posto algumas ações, como melhoria de calçada, criação de um espaço para o comércio informal, para organizá-lo, haja vista o comércio informal cresce a cada dia em razão da crise. A gente tem conversado no sentido de, que vocês têm novos modelos de negócio, como por exemplo, os Food Trucks, que você não tem nenhuma legislação municipal regulamentando. Aliás, nenhuma tem, nem a prefeitura de São Paulo, agora que está se mobilizando (Rossini, Secretário Sincomércio).

[...] planejamento, de crescimento - não precisava ser muita coisa, uma coisa de cada vez - Se cada prefeito concluísse alguma obra que ele determinou, não, ele não consegue concluir nada. Aí o prefeito que entrou, até hoje ele reclama que o outro só deixou dívida pra ele e que ele não tem dinheiro nem pra fazer o essencial [...] eu acho que a cidade perde no lazer, não tem um cinema, não tem um teatro, não tem nada. Só tem a igreja para ir e botequim pra tomar chopp [...] tem aquele poliesportivo, tem algumas academias, mas não tem um lazer assim, que a gente tem a Beira Rio, é tão bonito aquilo ali, que é um desperdício, a prefeitura deveria urgentemente, até pra oferecer pra região. A secretária falar com o empresariado pra apadrinhar o projeto, ter um concurso, com um arquiteto. Quer dizer, vai promover o nome da pessoa e os empresários apadrinharem alguns projetos, com a empresa deles, que vai divulgar a empresa deles e vai trazer algum benefício, porque se a gente esperar o poder público pra fazer não faz não. [...]. Eu acho que tem

que ser isso, como cidadão, não é nem como empresa, como cidadão, a gente vive aqui, tem que prezar, mas não tem nada. Os convidados vêm pro evento, a gente tem que fazer um jantar, algum almoço, porque a cidade não pode oferecer nada, pra ninguém (Administradora do HSJA).

Para o comércio, iniciativas que propiciem o desenvolvimento apontariam a resolver a questão dos camelôs e melhorar calçadas de circulação nas áreas centrais da cidade. Enquanto, para os altos funcionários do hospital, trata-se de embelezar a cidade e propiciar o lazer, de modo a melhorar as condições de vida dos cidadãos e, em consequência, atrair visitantes, o que pode se traduzir em investimentos.

No mesmo sentido, ainda que não na cidade, a CAPIL considera a melhora à luz do problema do custo do leite:

O setor da produção leiteira [...] tem uma importância muito grande para o desenvolvimento regional. [...]. Considerando um círculo de 80 km, [...] produzimos quase 1 milhão de litros de leite. Esse recurso ficar aqui na região. [...]. Uma vez que a CAPIL começar a ter lucros e funcionando bem essa máquina, nossa usina, nosso laticínio, os recursos vão ficar bem aqui na região. Você imagina que se tivermos 500.000 l de leite por dia de produção local e - num raio de 70,80 quilômetros - regional, acredito que chega a 1 milhão de litros, se somar todos os laticínios. Se pagarmos um real o litro, que hoje está mais está um e 15, nós temos 1 milhão de reais diariamente. Uma receita considerável para uma região carente como a nossa. [...] A dificuldade aqui é na parte de estradas, temos municípios que têm mais atenção do que os outros e eu acho que os políticos aqui da região têm que olhar bem essa atividade, porque é uma receita de 30 milhões em um raio de 80 km. [...]. Se considerarmos ainda que nós temos aí um gado de corte, então temos mais uma outra receita agregada a [...] que eu não tenho contabilizado isso. [...]. Nós temos o nosso setor político regional, os nossos representantes, tem que dar mais atenção (Diretor comercial da Capil).

No caso da CAPIL, o desenvolvimento passa por considerar o potencial da pecuária e da produção leiteira enquanto produtora de leite e a capacidade de produzir e reter riqueza na região. A ação pública corresponderia preocupar-se com a capacidade de escoamento da produção, a logística interna.

No caso do representante da FIRJAN:

Aqui, sendo muito realista, aqui não tem futuro. Não tem planejamento, não tem gestão, é no sopapo. A cidade cresceu no sopapo, pouca gente tem essa visão. Nesse século está mudando a

riqueza. A riqueza do Brasil quando ele foi descoberto, ficou no litoral e numa média de 100km do litoral, os desbravadores não iam para o sertão, e a riqueza hoje está no sertão. Então, ninguém fala nisso, mas a BR356 é preponderante para o desenvolvimento de Itaperuna, porque ela liga o mar ao sertão. O navio, os portos que vão, futuramente, aqui no Espírito Santo e no estado do Rio, vão passar aqui (Presidente da FIRJAN).

O Projeto FIRJAN 2022 proposto para a região prevê a criação de corredores logísticos e construção de contornos das cidades da região, associados a distritos industriais que se beneficiem da interconexão – nesse caso entre a BR 116 Minas e a BR 101, e o Porto do Açú, em Campos dos Goytacazes, e entre Bom Jesus do Norte, na divisa com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro – e poderiam, assim, atrair empresários e se ajustar às exigências competitivas contemporâneas, aproximando a região dos grandes mercados.

Estas ações são sugeridas para ação do poder público particular do Rio de Janeiro, do qual se desconfia:

São Paulo pensa de forma bem semelhante aos Estados Unidos porque eles criavam os municípios, como os Estados Unidos criavam os estados para desenvolver, para criar um lar pra eles. [...]. Então você tem desenvolvimento nas mais variadas áreas em todo estado de São Paulo. Você tem alta tecnologia em São José dos Campos e você tem um lugar que você viaja horas e hora no meio do canavial. Mas todo estado, não só São Paulo: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso que de certa forma Minas, porque o desenvolvimento industrial de Minas não está centrado em Belo Horizonte. Você sai dali em Ubá, você vai encontrar indústria moveleira por ali. Então, esse modelo que nós temos aqui, do estado só vir para o interior para buscar voto, tudo centralizado no Rio de Janeiro [...] (Proprietário da Faculdade Redentor).

Mesmo assim, o público seria necessário. Se o estado é suspeito, ainda seria possível criar uma articulação pública regional composta por uma sorte de federação municipal:

Entendo que precisa existir uma coordenação política, mas não é política pra botar dinheiro do povo no governo, uma coordenação política no sentido de reunir os municípios, os prefeitos e presidentes das câmaras de vereadores dessa grande região, começando lá no centro de Cordeiro pra cá, fazer esse projeto. [...]. Então tem que fazer um grande projeto cooperativo em que todos os municípios, através de Lei municipal, por isso o presidente da Câmara, liderança. Todos os municípios cederiam, de maneira X, de 15 a 50.000 m² para montar indústrias, constituiríamos uma associação, uma

associação dos municípios da região norte, noroeste, centro. E dessa Associação fariam parte todos os prefeitos e todos presidentes das Câmaras, *ex officio*. Não a pessoa, mas o cargo: saiu um e entrou outro, outro vai para lá. Essa associação seria responsável pelas vocações regionais, estabelecerem quais as empresas que seriam instaladas. Quais as que poderiam ser instaladas em Itaperuna, em Bom Jesus e assim sucessivamente. Esse tipo de gestão pode ser feito, então chegamos à conclusão de que cabe ali um tanto de 10 indústrias, cabe a Bom Jesus outras indústrias, então vamos combinar o seguinte: duas para cada município. Por exemplo, para Ubá, a área de alimentos; para Aperibé, a área de indústria. Muito bem, decidimos quais são as áreas, temos as propriedades doadas aguardando apenas as indústrias, então preparamos um portfólio grande e oferecemos às empresas do Brasil, especialmente do centro-sul, Rio, São Paulo, que possam instalá-las. Temos uma população tal, uma mão de obra, temos dinheiro, temos dinheiro e temos isenção fiscal durante 30 anos. Isenção essa, que será dada por todos os municípios e você vai receber, sua empresa vai receber uma galeba e tem o prazo de um ano e meio ou dois anos para instalar sua indústria, não instalou, perde, passa para outra. Então objetivo não é desenvolver só uma cidade, mas para desenvolver dentro seus potenciais, suas vocações, todas. Quem quer isso? Ninguém (Proprietário da Faculdade Redentor).

Deparamo-nos, assim, diante de uma proposta pautada e justificada como aliança estratégica e como parceria tendente a articular competências específicas e explorar potencialidades variadas, vocações, variadas das áreas da região que poderiam ser ofertadas em grandes mercados e beneficiadas com incentivos locais articulados. Estamos diante de justificativas enquadráveis, segundo o modelo de *city*, por projetos e em alguns graus industriais, dado que contempla especializações locais: as vocações.

2 Conclusão

A questão do desenvolvimento, tratado aqui a partir da noção de melhora, só aparece entre os empresários e os executivos das empresas estimulado pelo tema de nossa pesquisa antes que uma reflexão espontânea. Nessa descrição, a região é desenhada como mais extensa que o noroeste fluminense, em relação a Minas Gerais, Espírito Santo, o Norte Fluminense, a Região dos Lagos e a Capital. São Paulo aparece algumas vezes como modelo, mas não como relacionada. O seu principal problema era estagnação econômica, a pobreza, a emigração, a distância dos grandes mercados e a impossibilidade de oferecer recursos diferenciados para atrair investimentos. A saúde e a educação de Itaperuna aparecem como exceções

à regra e o sucesso é apresentado como obedecendo ao caráter excepcional de seus dirigentes. O desenvolvimento é considerado um assunto que está além das competências empresariais como uma incumbência política cuja falta de visão, ineficiência e corrupção seriam grandemente responsáveis pelos problemas. Quanto às medidas propostas, se ajustam e explicam, em grande medida, em correlação com os mercados em que estas empresas atuam.

O olhar tão crítico em relação ao Estado – os lamentos quanto à falta de perspectivas associadas à evidência de benefícios diretos e indiretos com políticas de estado e sua ineficiência nas áreas de saúde e presumivelmente educação – levam-nos a afirmar a tese do fechamento de região para o caso de Itaperuna.

CAPÍTULO III

O DESENVOLVIMENTO, A POLÍTICA E JOGO POLÍTICO

1 Introdução

Como visto no capítulo anterior, os empresários não tratam, de forma espontânea, da questão do desenvolvimento e ao fazê-lo tratam dela como dever do Estado. Em contraste, o desenvolvimento está presente no discurso dos principais atores políticos do município e da região, faz parte da agenda e das instituições públicas. Itaperuna tem uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento, cujo vice-secretário é diretor do FECOMÉRCIO Noroeste Fluminense. Igualmente, o desenvolvimento aparece como item da agenda pública estadual e uma dimensão significativa do jogo político local no qual se cruzam os círculos locais aos estaduais e nacionais.

O desenvolvimento aparece como um bem público, cujos contornos não nos aparecem com clareza, e um bem público não realizado adequadamente no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, indagamos aqui sobre os quadros que orientam a definição do que seja o desenvolvimento e seu vínculo a políticas propostas e as realizadas.

1.1 O desenvolvimento

O desenvolvimento é visto como necessário a todos os empresários, políticos, e liderança política de Itaperuna entrevistados. Contudo, estes concebem a ideia do desenvolvimento como crescimento econômico, diversificação econômica, bem como a equalização das condições de vida como um dever público cuja realização escapa às prefeituras e envolve diretamente os governos estaduais e federais:

Nós tínhamos uma boa economia aqui porque tínhamos a rede ferroviária que empregava o homem com pouco conhecimento, baixa escolaridade e pagava muito bem e o que acontecia? Ele distribuía esse pessoal ao longo da ferrovia e se fixavam nos distritos, não inchava a cidade, pois tinha uma estação em Retiro, Venâncio, Napoleão. Aí dividia essa população que tinha renda porque eles pagavam bem e você tinha vida. Essa ação é do Governo, é competência dele fazer. 90% da arrecadação do estado está no Rio,

10% está no restante do estado. Você tem que tirar de lá e trazer pra cá. Porque fez porque lá tem bom cinema, boa escola, teatro, praia, tem gente bonita. Quem quer ficar em lugar feio com gente feia? (Presidente do Sincomércio e subsecretário).

O problema referido é o da concentração de recursos, econômicos, humanos, culturais e estéticos na capital. Toma como referência ideal a desconcentração humana e econômica produzida pela ferrovia, que permitia uma vida social e econômica bastante diversificada.

Falo isso com bastante conhecimento, pois sou de um distrito. No distrito onde nasci tinha três máquinas de pilar arroz. Um distritozinho hoje tem duas mil pessoas. Naquela época nós tínhamos três lojas de tecido de algodão e ainda lojas de vendas que hoje são mercados. Então, já tinha um distrito rico, porque a agricultura era rica, ninguém dependia só do município. As pessoas viviam no distrito, pois o distrito estava perto da roça, e o primeiro caminho da roça era o distrito, depois da cidade. O município onde eu nasci era assim, do lado, Governador Venâncio também era assim. Eu me lembro porque meu pai era um pequeno comerciante e comprava. Os distritos tinham vida e não viviam em função da cidade. Tinham vida própria, recursos próprios. Os empregos próprios, porque o leite dava dinheiro, o arroz, o café, davam dinheiro. Então eles moravam lá, viviam lá e depois vinham aqui. Saúde, educação, então, porque ninguém ligava pra educação (Presidente do Sincomércio e subsecretário).

Apesar do evidente saudosismo de uma economia e uma sociedade rural. O ponto valorizado é que nesse arranjo a vida ocorria de forma descentralizada e menos desigual. O termo usado não é este, mas, em contraste com o Rio de Janeiro, que concentra o bom, deduz-se que se trata de uma avaliação negativa do interior do estado nos moldes em que ele se apresenta ultimamente. No entanto, a decadência dos mercados de café ou arroz veio seguida do florescimento de uma economia urbana:

Passou essa fase [...] nós começamos a virar um centro de referência de medicina, aí isso foi bom, um Hospital muito bom, temos um hospital com muita capacidade de cirurgia cardíaca e é referência nacional, com referência em neurocirurgia. Aí veio a faculdade de medicina e ficou melhor ainda, e veio outra faculdade de medicina e começamos a consolidar na área de serviços, o que pra nós é muito bom. Qual a poluição que gera a faculdade de

medicina e qual a riqueza que ela deixa? Riqueza nas pessoas, cultural, gera conhecimento. O professor fica indo e vindo, chega uma hora que ele cansa e fica. Isso é bom, traz qualidade de consumo e de pessoas com cultura, isso ajuda a cidade. Mas isso por si só não é suficiente hoje, porque hoje você fica em Muriaé, faz faculdade de medicina, tem um bom hospital e está a 60 km daqui. E aí começa uma concorrência, não chega a esvaziar, porque ainda há um déficit na minha opinião, na educação, então, a gente continua ainda desenvolvendo (Presidente do Sincomércio e subsecretário).

Essa economia urbana, considerada uma nova fase, teve como diferenciá-la saúde e a educação, e a partir daí a diversificação e expansão do consumo e do comércio. Mas o ciclo demonstra possíveis limites. A expansão privada da saúde e da educação no município de Muriaé/MG é vista como um risco, num claro desenho, daquilo que Santos (1999) chamou guerra de lugares⁴⁶.

A vantagem da expansão da educação para liderança política local

[...] e não tem nada melhor do que o crescimento na educação, é de custo baixíssimo para o serviço público e é uma cidade de jovens, cidade sadia. E pais de alunos que estão estudando, tem muitos comprando, alugando, vêm pra cá, porque você aí com 15 mil alunos, 12 mil alunos, você vê que tem muito alunado por aí, muita atividade de construção, aumentou (Ex-prefeito de Itaperuna e ex-senador).

O problema que esse crescimento acarreta, para além do risco de o crescimento cessar pelo aumento da concorrência, são o esvaziamento do campo, o aumento da pobreza e os riscos de favelização, associado à impossibilidade em dar oportunidades aos jovens da região, além da falta de recursos econômicos e institucionais para superar os problemas do município e da região.

⁴⁶ Ao se referir à Muriaé, o presidente da FIRJAN- NOF afirma que o município tem maior habilidade política do que Itaperuna, e que por isso consegue atrair maiores investimentos para lá. E esta habilidade vem do que ele denomina de “dois clãs” empresariais, visto como mais articulados e inteligentes. “[...] A Família Brás e a Família Varela eram brigadas politicamente, então não tinha investimento na cidade. Aí eles se uniram, fizeram prefeito, fizeram tudo, cada um com um deputado, um prefeito, se organizaram, dividiram o bolo e voltou a cidade a crescer. Aqui continua a briga, aqui não tem união de nada, então a economia que veio pra cá, foi quando parou a BR, quando quebrou Muriaé, aí a economia veio naturalmente, mas nos últimos dez anos, voltou pra lá naturalmente, por que essas famílias se acertaram, fizeram Hospital do Câncer e a economia da cidade foi de carona. [...] lá são empresários inteligentes, são dois clãs de empresários inteligentes. Eles se enfrentavam, mas pararam com isso. Era assim, cada vez que eu ia fazer uma obra, conseguia uma verba com o governo do estado, você ia lá e me sacaneava, porque era minha família que estava construindo, aí furava o olho da cidade. Aí sentou todo mundo em uma mesa, parece que foi tudo combinado e saiu tudo certinho, todo mundo não briga mais, um da família é prefeito, outro é deputado, deputado federal, todo mundo da mesma cidade”.

Em termos regionais, a concentração de recursos em Itaperuna em detrimento das outras cidades e áreas da região é tomada como um problema. Tanto o subsecretário de desenvolvimento quanto o ex-prefeito argumentam nesse sentido:

Eu tinha um problema sério com um prefeito, que dizia que tínhamos que pensar na região, porém eu discordava, porque eu moro aqui em Itaperuna. Hoje ele é deputado. Eu era secretário de desenvolvimento e ele era prefeito. Eu dizia: mas nós moramos aqui, criamos nossos filhos aqui. E ele: “Nós temos que pensar na região, porque ou todo mundo cresce, senão vai empobrecer, vai favelizar isso aqui e a gente não vai poder nem viver aqui. Não fica querendo todo pra você, pode deixar ir pra Laje, Porciúncula, não tem problema não”. E isso hoje eu vejo um pouquinho diferente. Hoje eu consegui enxergar como ele já enxergava naquela época (Presidente do Sincomércio e Subsecretário).

Essa reflexão, atribuída a um ex-prefeito de Itaperuna por um mandato e hoje deputado estadual, justifica-se na necessidade de viver juntos na região e nos riscos de criar grandes assimetrias, resumido no termo favelização. Parecidos são os termos em que o ex-prefeito Péricles, e também ex-senador, ao defender a expansão da saúde e especialização em novas áreas como forma de enfrentar a concorrência de Muriaé:

Você tem que pensar a sobrevivência de quem está aqui. O hospital hoje é um grande empregador. Se nós conseguirmos aí uns cem milhões, nós podemos fazer um hospital muito maior. [...]. Que não seja concorrer, nós podemos fazer outras especialidades, porque nós temos que dividir. Você entendeu? Eu acho que, se pudesse botar uma é unidade em Miracema. Lá você tem lugar que você não entra mais se não pedir licença o tráfico. Miracema? É porque não tem nada. Aqui em Itaperuna, graças a Deus não tem lugar que eu não vou sozinho, não tem favela, você tem casa de pobre, mas não tem favela, nunca tivemos (Ex-prefeito e ex-senador).

A falta de preocupação com uma distribuição mais justa seria responsável não apenas pela concentração de recursos no município do Rio de Janeiro senão, também, pela concentração de pobreza. O caso da morosidade da eletrificação no interior é um bom exemplo dessa falta de “planejamento”.

Vou te falar, eu já te falei sobre Retiro do Muriaé. Meu pai tinha uma venda de querosene líquido para acender lamparina na roça. Eu encontrei com um amigo esses dias, do tempo da venda, filho de um

pequeno sitiante no alto da serra do Paraíso, Zé Luiz. Ele me disse: “Saí do inferno e fui pro céu. Você não sabe de uma coisa, chegou a luz elétrica lá em casa”. [...]. Nós estamos no Sudeste do Brasil, estamos no século XXI, e chegou luz elétrica na casa dele agora! A gente está morto. A mãe e o pai dele morreram naquela roça sem ver luz elétrica. Aí ele me contou, emocionado. Eu fiquei emocionado também. Ele me disse: “Rapaz, eu vinha aqui e comprava toicinho, quando eu chegava em casa, era seis horas da tarde, eu ia correndo, a mulher colocava no fogão a lenha, fazia, tirava a gordura e guardava e ficava até dez horas da noite fazendo, senão estraga o toicinho. Agora eu chego e coloco na geladeira, está aqui o carnezinho, já comprei até liquidificador”. O cara está aqui em Itaperuna, a 300km do Rio de Janeiro e não tinha luz elétrica na casa dele. [...]. Aí imagina se a gente toda, tem luz elétrica em casa, se essa turma toda tem agricultura mecanizada para não ficar morrendo de trabalhar, ficaria aqui, não tinha aquele inchaço lá, as favelas, o tamanho daquele lugar, aquela violência toda. O que é que nós vamos fazer pra interiorizar? (Presidente do Sincomércio e Subsecretário do desenvolvimento de Itaperuna).

É consenso entre os entrevistados que a falta de recursos no interior causou a migração rumo ao Rio de Janeiro e, numa equação simples, produziu favelas e insegurança:

Tem que investir mais. Por não ter investido, hoje, paga um preço lá embaixo (Rio de Janeiro), na parte da segurança, aquelas favelas lá, isso foi fruto do passado, o êxodo rural desembocou nisso já que não houve capacidade de absorver o pessoal todo e isso vai gerando o tráfico de drogas (...). Se tivesse investido mais aqui, no interior. Brasília foi projetada e é uma cidade diferente. Itaperuna, Laje do Muriaé, foram projetadas? Não, cresceram aleatoriamente. (Presidente do Sincomércio e Subsecretário do desenvolvimento de Itaperuna).

O êxodo dos jovens continua, mas não o êxodo rural para a cidade, mas seria o que o fundador da faculdade se referiu como êxodo de competências:

Eu ouvi um discurso durante doze anos: Nossa cidade tem muito boa saúde e educação. Também é verdade, saúde e educação é um negócio importante. Saúde Pública e educação pública aqui neste município é importante. Os dois prefeitos que tiveram antes do que está, esse era o discurso e o trabalho deles. Mas agora parou, chega disso! A minha ação é essa, fazer esse discurso ter uma ação efetiva, pois criamos saúde e educação e agora estamos exportando nossos filhos. Tiveram boa escola, boa saúde e agora vão pra Macaé, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, trabalhar lá. Eu tenho dois sobrinhos, a minha mulher tem sete sobrinhos, quatro estão lá e três aqui. Eu fico bravo com isso. Eles foram pra lá porque? Não tem jeito, iam fazer o que aqui? Não tem emprego. Um dos sobrinhos é

empresário, montou uma rede de farmácia lá, pois lá tem mercado, gente, consumo, renda, aqui não (Presidente do Sincomércio e Subsecretário do desenvolvimento de Itaperuna).

O problema, nesse caso, seria a falta de oportunidades para os jovens, e não somente para os pobres. Aliás, este tem sido um aspecto recorrente em todas as entrevistas. Os jovens que saem para estudar e não retornam ou dos que retornam, mas não tem como se desenvolverem profissionalmente dado que, como comentado pelo fundador e proprietário da faculdade,

[...] as cidades de pequeno e médio porte do interior e até de algumas cidades grandes, como é o caso de Campos, que o mercado de trabalho não é pleno (Proprietário da Faculdade Redentor).

E na mesma linha entende-se outro problema apontado pelos empresários: a dificuldade de manutenção das empresas por mais de duas gerações, que aqui poderia ser pensado como dificuldades econômicas para continuar a expansão⁴⁷.

Em suma, os problemas que o desenvolvimento deve superar são os mantêm o Noroeste Fluminense como região mais pobre do Estado do Rio de Janeiro e que se define em essência como uma espécie de injustiça territorial. Trata de distribuir de forma equânime no estado oportunidades econômicas e sociais estéticas e culturais.

A agenda de que se depreende não é tão ousada. É preciso resolver o calçamento, a saúde, o saneamento, o trânsito e em todas as situações é preciso apoio financeiro, ou do governo estadual ou Federal:

São muitas coisas que precisam ser feitas. O asfalto mesmo, tem muito buraco, mas a prefeitura não tem condições de reformar a cidade toda, aí depende do estado, mas está com dificuldade também. Nós estamos fazendo o feijão com arroz para conseguir vencer essa etapa (Prefeito de Itaperuna).

Você vê que hoje o asfalto é um progresso, não sei se você conhece, foi feito um pedaço de asfalto, Itaperuna-Vargem Alegre, tem muita gente fazendo chácara, outros caminhando, outros querendo investir, tudo isso aí ajuda a aquecer. Eu vejo dessa forma. Tem que estar sempre motivado pelo melhor (Prefeito de Itaperuna).

⁴⁷ Um pouco no sentido apontado por Marx no capitalismo das pequenas cidades antes da formação de uma grande Burguesia (MARX, 1965, p. 68).

Quanto à saúde

[...] poderia melhorar mais, se as cidades vizinhas colocassem os hospitais para funcionar, que desafogava um pouco aqui, distribuía melhor essa parte da saúde e investir mais na saúde básica, hoje nós fizemos um convênio com a Redentor. O Programa Saúde da Família (PSF), ser coordenada pela Redentor, que é saúde básica e infraestrutura. Vai até a casa da pessoa, vê o que precisa, assistente social, agente comunitário, faz um tratamento preventivo daquela família, e vai evitar (Prefeito de Itaperuna).

O trânsito apresenta-se como um problema mais sério, na medida em que a BR 356 atravessa a área central da cidade e o fluxo de veículos pesados intensifica-se e se espera um aumento exponencial do fluxo em direção ao Porto do Açú, em São João da Barra, ao mesmo tempo em que a cidade se expande e se adensa em seu entorno.

[...] nosso trânsito tem que ter a estrada do contorno [...] com a ajuda do governo do estado, federal, a gente consegue, mas não tem verba, igual a estrada do contorno [...] ó tem projeto, porque entrou a crise e alguém entrou na justiça contra a obra, aí acabou paralisando (Prefeito de Itaperuna).

O Porto do Açú vai influenciar toda essa região aqui. Mas creio que com investimento em torno, mais próximo de lá, não vai excluir também (...). Nós temos aqui empresas de serralheria que atendia Macaé, vai ter alguma influência? Vai! Mas pequena. O transporte, aqui nós vamos ter que ter uma pista melhor, porque vem de Minas, vai haver um tráfego muito grande, como já tem até passando dentro da cidade, fazendo o contorno, isso vai ter alguma influência sempre tem, mas você não tem como Campos vai ter, uma injeção direta no desenvolvimento. Esses dias eu vi um relatório...eu ouvi um relatório, uma palestra, não sei se ouviu, de um funcionário representante do Porto do Açú fazendo um...fazendo pra um investidor estrangeiro, não sei se é norueguês, mostrando a ele o que vai ser o Açú, a projeção do Porto do Açú, não sei se é projeção de um estudo estadual, que Campos terá em 20 anos, deve ter uma população de um milhão e duzentos mil e São João da Barra pode chegar a 500 mil habitantes em vinte anos. É muita coisa. Vai refletir alguma coisa aqui? Sempre, mas é muito pouco perto da injeção que será lá (Ex-prefeito e ex-senador).

Percebe-se que a construção do contorno apenas pode ser realizada com auxílio do Governo Federal. As obras não começaram nem há previsão para este projeto tomar formas concretas. Este projeto é similar ao desenvolvido pela FIRJAN (2022), que contempla vários arcos rodoviários para retirada do fluxo da BR 356 das

idades que são por elas cortadas. O documento elenca ações de pavimentação, duplicação e construção de contornos rodoviários, nas cidades da região, tidas como estratégicas para o desenvolvimento regional. Essa perspectiva vem da construção do Porto do Açú e da possibilidade de se tornar a região do escoamento. O próprio presidente da FIRJAN afirma que essa idealização de projeto parte dele e de seu entendimento que o desenvolvimento está atrelado à logística.

A BR 356 é preponderante para o desenvolvimento de Itaperuna, porque ela liga o mar ao sertão. O navio, os portos que vão, futuramente, aqui no Espírito Santo e no Estado do Rio, vão passar aqui (Presidente da FIRJAN- NOF).

Em termos de ensino superior todos os agentes políticos locais ratificaram considerar que

[...] teria que entrar uma federal para agir também todos os cursos. Eu vejo como uma oportunidade a presença do IFF em Bom Jesus. O comércio em si, eu vejo que é bom mas tem possibilidade de melhoria, promover mais feiras, mais encontros. Porque isso aquece o comércio. Então eu vejo a parte da pecuária também, aqui é uma característica pecuarista, teria que investir mais no mecânico, ter uma política mais compreensiva. São muitas coisas que a gente sonha para transformar a realidade, tem que ir de pouco a pouco, a parte mesmo da infraestrutura, o governo aparecer mais.

Em Itaperuna nós podemos politicamente fortalecer o hospital e o ensino público, faculdade... A universidade pública federal nós temos que implantar, porque aí, realmente, Itaperuna.... Eu acho que essa é a meta primeira de desenvolvimento. Não é desenvolvimento, é de consolidação porque um hospital bom e de um ensino que nós já temos, somos um polo de ensino (Ex-prefeito ex-senador).

Quanto ao saneamento,

Tem o projeto político, de consórcio, uma tecnologia nova para não ter lixões mais. Projetos tem, mas você não consegue implantar, depende do estado. Então, existem projetos, os prefeitos se reúnem, tem o consórcio do lixo, de saúde. O consórcio é uma reunião de todos os prefeitos, como de carro, mas é diferente, todo mundo participa, a gente consegue contratar em um preço mais barato, faz um contrato com um consórcio, atende. Temos do lixo e da saúde aqui (Prefeito de Itaperuna).

Finalmente, o último problema apontado pelo prefeito é o da burocracia. Não somente pelo prefeito, mas o subsecretário afirma sobre esse mesmo entrave:

Mas é uma burocracia horrorosa, onde as coisas não funcionam. Desculpa a palavra, mas é uma sacanagem com a empresa (Presidente Sincomércio e subsecretário de desenvolvimento).

Outra coisa muito prejudicial à administração pública é a burocracia. Hoje eu vejo que tem que modificar a legislação, pois o funcionário público eles têm aqui como uma terra da gente e isso não é bom para a sociedade. (Prefeito de Itaperuna).

Como se vê, a pauta municipal de desenvolvimento confunde-se com a regional e depende de recursos e iniciativas – “ajuda” nos termos do prefeito e do ex-prefeito – do Governo Federal, estadual e/ou mesmo das universidades públicas. Assim,

[...] é hora da gente fazer acontecer, como fizemos com saúde e educação, ações efetivas de desenvolvimento. Estradas, para os grandes centros, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, estacionamentos, acostamentos, sinalização, não tem nada disso. É preciso haver uma ação do Poder Público e aí eu não falo só do municipal, pois sozinho não tem capacidade pra isso, nem é competência dele eu acho, que é do Governo Federal, ter estradas que possam pelo menos ser transitáveis, uma legislação que permita esses municípios desenvolverem (Presidente do Sincomércio e Subsecretário de desenvolvimento).

A falta de ação, ao menos no caso do contorno, explica-se pela crise econômica, dado que o projeto está pronto, dependendo para seu início da licença ambiental e da dotação de fundos. Neste caso, aponta para uma ação política sustentada no tempo e abrangente, que os atores políticos de Itaperuna não identificam nos últimos governos estaduais nem nos federais.

Atribuem essa “sensibilidade” com o interior aos governos de Anthony Garotinho e Rosângela Matheus:

O povo aqui da roça quando vê Garotinho bate palma, fala que ele é Deus por causa disso. Ele tem uma noção do interior, o que o Sérgio Cabral não tem (Presidente Sincomércio e Subsecretário).

Aí o Garotinho entrou, a primeira audiência, logo que ele entrou, eu fui a ele, aí ele estava muito empolgado em ajudar o interior, a zona rural, o desenvolvimento rural, falou, falou. Eu disse: Garotinho, parabéns, é isso mesmo, precisamos. Mas deixa eu te falar, Itaperuna não pode esperar que um coqueiro leve quatro anos para produzir. Aí ele falou: O que você acha, então? Eu disse: Eu quero que você me ajude a transformar Itaperuna em um polo de ensino. Aí ele me deu, ele e a Rosinha. Eu consegui a FAETEC, o CEDERJ, o CETEC e depois o pré-vestibular social. E isso já viu que já foi, aí eu

trabalhei pra conseguir uma escola técnica, comprei uma área, como prefeito, a prefeitura comprou três alqueires de terra, aí o Dornelles colocou a obra de uma escola técnica, mas o Lula entrou e terminou aquele projeto, aquele programa (Ex-prefeito e ex-senador).

Nós trouxemos a UFF, a Administração de empresas, a primeira empresa, a prefeitura pagando, a UFF não agiu nada (Ex-prefeito e ex-senador).

A falta de noção ou sensibilidade quanto aos problemas do interior por parte das autoridades estaduais e federais – de uma política não durável e articulada – são responsáveis pelas tentativas de iniciativa local de corrigir as “injustiças territoriais”, podendo ser revogadas ou alteradas pelo jogo político. Assim, o ex-prefeito reclama do presidente Lula por ter cancelado o projeto de escola técnica, para depois, ali instalar o IFFluminense.

Um momento dramático desse tipo de jogo se deu com a descaracterização da lei Rosinha⁴⁸,

[...] que contemplava a redução do ICMS de 19% para 2% para os municípios do Noroeste Fluminense Nós acabamos com a Lei, atraindo algumas indústrias, de plástico que vieram do Espírito Santo para o distrito onde eu nasci, Retiro do Muriaé. Uma indústria de carrocerias que era de Muriaé e foi pra Comendador Venâncio, que é perto de Muriaé, mas a divisa era mais fácil do empresário transitar dali pra cá. Era um pouco do cenário da cidade. [...] Cabral veio e estendeu a Lei. Três Rios está a cem quilômetros do Rio de Janeiro, a 90km da estrada que liga São Paulo ao Rio de Janeiro que é a Dutra; se ele está aqui a 100km do Rio, a 100km do Porto, se eu sou empresário, eu vou montar lá em Três Rios. Nós estamos em negociação com a Nestlé, nós podemos produzir leite, temos capacidade pra isso, o relevo é bom, a matriz é boa. Aconteceu aqui a reforma agrária particular. [...] O que o Cabral fez foi uma boa sacanagem com a gente. Queria que ele tivesse perdido a eleição, mas ele ganhou. Que nada! O Pezão, eu quero que ele se lasque. Eu já fui ouvir o Pezão lá na minha Federação duas vezes. Você esquece. É só o Rio de Janeiro. [...] (Presidente do Sincomércio e Subsecretário de desenvolvimento).

Eu sonhei quando houve incentivo, eu achei que algumas viriam pra região, porque você pagar 15% do ICMS pra 2, é uma diferença, é o lucro. Mas hoje avacalhou, tem muitas cidades já com incentivo, perdeu o sentido. E tomara que alguém tenha uma visão melhor que a minha e prática (Ex-prefeito e ex-senador).

⁴⁸ Lei nº. 4.533/05.

Este episódio sustenta a animosidade de políticos e empresários locais, dado que não há como concorrer com Três Rios⁴⁹ e os municípios próximos, e leva à certeza de que não há política para o Noroeste Fluminense.

Eu tinha uma fala, participando de uma reunião, o secretário do estado, Júlio Bueno, foi fazer uma apresentação e dividiu o estado em regiões no mapa do Rio de Janeiro, eram cinco regiões. Em uma região, o Noroeste estava em vermelho e a moça foi passando, quando chegou na nossa região ele pulou e falou de todas as outras, só não falou da minha, pois ele foi falar do que o estado fez, mas como não tinha feito nada aqui, ele não pôde falar nada, mas eu estava na reunião e não ia ficar quieto. Todo mundo bateu palma, mas eu tenho um amigo, Sr. Wilson Chequer, 80 anos, ele me disse que o que eles queriam é que a gente fosse lá pra bater palma e que eu deveria era cobrar as coisas, sem puxar saco de ninguém. Aí eu lembrei dele na hora e falei com o Júlio: Olha, você me desculpa, mas você não acha que é injusto isso que você está fazendo? Você saltou o Noroeste Fluminense porque é a região mais pobre do estado; e você tem vergonha de dizer que você fez tudo nas outras regiões, mas na nossa você não fez nada; você não acha que está errada a política do estado? O dever do poder público é tirar de onde tem e colocar onde não tem, pra fazer ter naquela região, você não acha que está distribuindo mal? ". Eu quase apanhei lá, tomei cada porrada ao vivo, mas quando acabou a reunião, eram 62 pessoas, todos diretores, cada um de uma região, ele veio me dar um abraço e disse: "depois a gente conversa, você está certo". E eu fui meio deselegante, falei meio demais, não poderia ter falado com o tom que eu falei (Presidente do Sincomércio e Subsecretário de desenvolvimento).

A deselegância com o Secretário Estadual de Fazenda, no Governo Pezão, marca um distanciamento político com o governador eleito, porém afastado, e com o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no poder durante as entrevistas. Entretanto, essa ruptura não altera o modo que se conseguem recursos para o município e a região, a busca de ajuda.

Com a ajuda do governo do estado, federal, a gente consegue (Prefeito).

Eu não vejo qual o projeto pra aqui, pra região, vejo que o governo tem que ajudar dentro do possível, mas não é fácil você motivar o empresário a investir, você entendeu o que eu quero dizer? "Ah, vamos fazer uma indústria lá em Porciúncula? Vão! ", mas de que que é? Pra vender pra onde? "Ah, pra São Paulo", "Não, então eu

⁴⁹ Três Rios apareceu no discurso de todos os entrevistados. Pendamos durante tempo que essa referência fosse um efeito da propaganda do SINCOMÉRCIO e da FIRJAN, mas ao analisar os dados, convencemo-nos que se trata de uma sorte de despeito coletivo.

vou pra Três Rios, lá eu vendo pra São Paulo, pro Rio e Belo Horizonte”. É um entroncamento. Você quer de que? De trem ou de pistas duplas? Ah, vou de trem. Aqui, então, eu não alcanço (Ex-prefeito e Ex-senador).

O que se observou foi a semântica adotada por esses atores políticos locais, ao definirem a busca do que estamos chamando, sem grande rigor, de “justiça territorial”, como forma de ajuda. Implica que a gramática cívica se traduz, como ocorre em todos os discursos analisados – numa gramática das relações familiares e de familiaridade (*cité* doméstica). Assim, o desenvolvimento transforma-se em “melhorar”, como visto no capítulo dois, a correção dos desequilíbrios que se expressa pela regra moral de não querer tudo para si e a ruptura política que se exprime mediante impropérios ao governador e atitudes deselegantes em situações públicas.

Mas, sem dúvida, na retórica dos convites e da receptividade dos políticos, da de atuação estadual e federal é que a familiaridade se torna evidente – mais adiante será evidenciada essa tradução de registros.

Nesse ponto, queremos destacar que a região e seu desenvolvimento apresentam-se aqui como uma causa comum aos homens públicos da região e os leva a se inserirem no jogo político estadual e federal, como um partido articulado. Assim, o ex-prefeito e ex-senador, como liderança indiscutida do grupo político no poder em Itaperuna há quase 30 anos, define a conjuntura atual nos seguintes termos:

O governo estadual está quebrado e também do governo federal, né? O Dornelles nessa última data, mandou umas verbas pra diversas prefeituras aqui, tem um bairro aqui, que se não me engano está sendo calçado. Pra isso nós temos que ter força política, com a eleição do Jair, isso vem nos ajudado representando a região. Nós temos que ter isso. Ter federal vai ser muito difícil, mas pode até vir a ter, mas é difícil, agora, ter estadual nós temos que ter. Agora, nós temos que aprender.

Isto é, o partido da região busca emplacar um candidato próprio e alinha-se politicamente na situação.

O Dornelles é respeitado: três vezes ministro, senador. Você não viu falar dele nenhum centímetro. Só que o estado está quebrado, o estado fez muito débito pra pagar com a receita que tinha, que já seria difícil, e a receita caiu um terço, então ela ficou com dois terços

pra se manter e não está conseguindo nem pagar a luz, você está vendo lá (Ex-prefeito e Ex-senador).

O que se descreve lembra, em grande medida, o coronelismo político tratado por Leal (2012), na qual a penúria da agricultura e a dependência econômica dos recursos estaduais e federais, associada à busca do progresso, traduziam-se no alinhamento vertical com a situação política estadual e federal e no interior do município na predominância social e política das grandes famílias proprietárias de terra. O lema dessa dependência era o progresso. Os elementos daquele modelo, que se encaixam no caso particular aqui tratado, é o da penúria econômica, da dependência de recursos externos e da construção da política local como forma de buscar ajuda fora. Os políticos são vistos como aqueles a quem cabe essa busca. O empresariado, nesse caso, mantém-se afastado da política, busca crescimento em seus campos de atuação, a sua rentabilidade.

O que não se encaixa nesse modelo do coronelismo seria a dimensão da política traduzida a uma linguagem do familiar, no trato pessoal.

1.2 O relato da visita do governador em exercício Francisco Dornelles

Essa tradução é perceptível não somente nas entrevistas aqui analisadas, bem como ela é muito mais evidente nos discursos de cerimônia de recepção do vice-governador Francisco Dornelles – chamada “reunião de liderança política” – à qual fui convidada⁵⁰ pelo prefeito de Itaperuna. Ele fez o convite, considerando que seria uma ótima oportunidade de se “achegar ao contexto”, já que “precisamos de mais pessoas interessadas na política e no povo”.

O encontro se realizou no antigo Clube de Piscina de Itaperuna, em novembro de 2015. O espaço reservado para o encontro estava equipado com um palco, com a estrutura à vista e uma centena de cadeiras de plástico brancas enfileiradas, voltadas para o centro do palco. O conjunto tinha ares de improvisado e não de grande evento. Antes de começar a reunião, as pessoas distribuíam-se em pequenos grupos espalhadas pelo salão. As conversas tinham um ar solene e os olhares eram desconfiados, pareciam querer identificar cada pessoa no local. Fui bem recepcionada e até incluída na roda das conversas. Uns destacavam a importância

⁵⁰ Escrevo neste ponto em primeira pessoa do singular, dado que se trata do relato de uma observação direta.

do evento para a região; outros não entendiam muito bem o porquê da vinda do vice-governador e sua comitiva; e outros, ainda, tinham expectativas quanto aos resultados desse encontro sobre as campanhas eleitorais de 2016.

Eram identificáveis dois tipos de público. Deduzi, de um lado, a base eleitoral, partidos da base aliada do estado e, por outro lado, os prefeitos da região e seus assessores e aliados⁵¹. Alguns instantes depois da minha entrada chegaram duas vans de “eleitores” que apoiavam – fora de época – a eleição de um vereador de Porciúncula cidade do NOF, ligado ao vereador Leo Coutinho do PT, com bandeiras, batuques e gracejos. Os eleitores, de aspecto “humilde”, de roupas simples, contrastavam grandemente com os assessores e empresários que estavam no local. Com a aproximação do horário para o início da reunião, as pessoas começaram a tomar seus assentos. As primeiras fileiras destacam as mulheres que ocupam cargos na política municipal, como a Secretária de Educação. Estavam muito bem vestidas, apresentando todo o tom de formalismo em meio à diversidade de pessoas que ali se encontravam.

Do palco, o mediador anunciava os políticos e convidados importantes, como empresários e outros políticos. Mulheres de roupas formais e homens engravatados compunham o cenário, muitos apertos de mãos e sorrisos fartos. Futuros candidatos a vereadores e prefeitos da região aproveitam a ocasião para tirar fotos com o vice-governador e deputados de Brasília. O vice-governador é ovacionado e admirado pelos séquitos.

Primeiro, entraram no recinto os deputados Papinha, Jair Bittencourt e Júlio, com sorrisos fartos, carismáticos, cumprimentando os primeiros da fila, acenando para todos os presentes. Depois, seguido do pronunciamento eufórico do apresentador do evento entraram o vice-governador acompanhado do prefeito do município de Itaperuna e do ex-senador e ex-prefeito. A plateia, de pé, os aplaudem. Os discursos iniciam.

Antes de cada discurso, o mediador da mesa, um radialista de Itaperuna, destacava a chegada dos vereadores e prefeitos da cidade, além de empresários da

⁵¹ Alguns nomes anunciados pelo mediador do evento: Vereadores de Cambuci Tadeu Lima (PTB), Murilo Defanti (PTB), João Inocêncio (PV), Maria Dib (PP). De Porciúncula, o vereador Leo Coutinho (PT). DE Itaperuna, vereadores Tim dentista (PTB), Rogerinho (PSDB), Francisco José (PR), Moreira da Cedae (PSD). De Laje o secretário de Saúde, Rodrigo Braga do PSC. Prefeito José Defanti (PMDB), Cambuci. De Pádua, Josias Quintal (PSB), de Bom Jesus Maria das Graças (PMDB). O Prefeito de Laje Rivelino Bueno (PSC). Empresários, Dono da Faculdade Redentor se diz apartidário; Alexandre da autoescola e também presidente da câmara (PP), etc.

região, como por exemplo, a presença do dono da Faculdade Redentor e o futuro candidato a prefeito de Itaperuna, presidente da câmara e dono de uma autoescola. Este futuro candidato da chapa ligada ao ex-prefeito e, por conseguinte a Dornelles, os acompanharam em todos os eventos do qual estes passaram pelos municípios.

O primeiro discurso foi do Deputado Estadual Papinha (PP):

Boa tarde a todos, é um prazer imenso estar aqui com todos vocês nessa grande reunião de liderança, reunião que vai trazer muitos benefícios, não só pra Itaperuna, mas para toda região Norte-Noroeste, quero aqui cumprimentar os prefeitos que estão aqui presentes, cumprimento a todos os presentes, o amigo Jair Bittencourt, nosso Deputado Federal, Júlio Lopes e cumprimentar nosso vice-governador, eterno senador, Francisco Dornelles, ao qual peço uma salva de palmas. Gostaria diante de todas as pessoas importantes aqui presentes, do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, quero deixar bem claro que estou à disposição de todos os itaperunense e todos que estão aqui nesse momento, para que a gente possa contribuir, pra trazer benefícios para toda a nossa população, como deputado estadual, eu venho lutando muito, junto com nosso vice-governador, Francisco Dornelles e com nosso deputado Jair Bittencourt, para que a gente possa estar trazendo cada vez mais melhorias para a região. Quero deixar um grande abraço para todos, podem contar com o Deputado Papinha, que vai estar sempre presente para o que der e vier. Obrigada a todos (Deputado Papinha).

O deputado cumprimenta o vice-governador e os deputados, do Partido Popular presentes no evento, como amigos e se põe a serviços dos presentes para melhorar a região. Estão presentes aqui a gramática da amizade da receptividade para os pedidos e a melhora da região como causa.

O segundo a discursar foi o Deputado Estadual Jair Bittencourt (PP):

Uma boa tarde a todos, quero cumprimentar nosso vice-governador Francisco Dornelles, nosso ex-senador, prefeito dessa cidade, nossa liderança política, nosso prefeito Alfredão, cumprimentando o prefeito Alfredão, cumprimento aqui a todos os presentes, ao nosso deputado federal Júlio Lopes, deputado estadual Papinha. Cumprimentar o presidente da Câmara, o vereador Alexandre da Autoescola, cumprimento a todos os demais vereadores que estão aqui presentes. Hoje é um dia muito importante para todos nós e principalmente para os deputados, hoje é a primeira grande reunião que fazemos da nossa região, do nosso grupo político. Eu tenho a honra, senador Dornelles, vice-governador Dornelles, de afirmar para o senhor, que está reunido aqui nesse clube, mais de 25 vereadores da região noroeste fluminense, que unem os prefeitos, que unem os mesmos vereadores, lideranças religiosas de todas as cidades do noroeste fluminense que deram sustentação à nossa eleição de

deputado estadual, então eu quero hoje agradecer a todos vocês que ajudaram. Eu não vou nominar, porque eu precisaria da lista completa das lideranças, são muitas lideranças, todas as pessoas que nos ajudaram, hoje tem representação aqui, governador, dos servidores do CEASA, pessoas que onde trabalham, ajudam o governo, lideranças que nos ajudaram e que somando com a gente, continuam integrando o grupo capitaneado e liderado no estado do Rio de Janeiro pelo vice- governador Dornelles e pelo senador [...] Nós vamos trabalhar muito pela nossa região, nós lutamos muito para conseguirmos chegar à Assembleia Legislativa do Estado. As pessoas que nos ajudaram sabem da dificuldade que foi a nossa campanha, e hoje nós estamos no exercício de um mandato com uma prioridade e com um desejo enorme e prioritário, que é de trabalhar pela região norte noroeste do estado do Rio de Janeiro. Vamos fazer isso. Quero agradecer aos nossos companheiros, dizer que nós estamos firmes nessa caminhada juntos, com o Dornelles, todos nós que estamos juntos na nossa caminhada no dia-a-dia, sabemos do nosso posicionamento político, hoje nós damos sustentação ao governo do estado, temos ajudado muito ao governador Pezão, a passar por essa crise que está passando, é ajudar ao estado para que a gente possa ter benefícios para o estado do Rio de Janeiro e para nossa região. Então, mais uma vez, quero agradecer à presença de todos, eu vejo hoje aqui maciçamente as lideranças que nos apoiaram e que nos deram essa vitória, e que hoje a região noroeste fluminense tem deputado estadual, devemos isso a vocês, que acreditaram na nossa campanha, ao prefeito Alfredão, que não mediu esforços junto com vários vereadores de Itaperuna, e principalmente com a ajuda e o apoio incondicional que [...] nos deu para que chegássemos na ALERJ. Nós chegamos, agradecemos ao apoio de vocês e vamos trabalhar por toda nossa região para que a gente tenha o nosso progresso. Ao vice-governador Dornelles, o nosso reconhecimento por todo apoio que o senhor tem nos dado no estado do Rio de Janeiro, por todo o espaço que o senhor tem aberto no governo para que nós possamos trabalhar pela nossa região e pelo povo do estado do Rio. Muito obrigado.

No discurso do deputado estadual Jair Bittencourt a gramática é a mesma. Agradece aos “amigos” que o “ajudaram” para se tornar deputado. Afirma a causa da região norte e noroeste do estado. Confirma seu apoio à liderança do grupo político do vice-governador Francisco Dornelles a quem “ajuda”. Ajuda esta que traduz no apoio ao governador Pezão, neste difícil momento.

O terceiro discurso o deputado Federal Júlio Lopes

Bom gente, é uma alegria enorme, hoje eu vou voltar para Brasília revigorado. Revigorado porque o país que está nesse descrédito, nessa desesperança, uma Presidente da República que não consegue ir praticamente a lugar nenhum, o Jair, o Péricles, o Papinha, cada um de vocês aqui, reunidos junto com esses prefeitos, uma multidão para falar e aplaudir e discutir política. Reuniu-se essa

multidão aqui por causa de quem? Porque aqui tem lideranças que fizeram uma trajetória de vida pública limpa, honrada, vitoriosa. Uma salva de palmas para vocês. Eu não quero me alongar aqui, mas eu quero te dizer, Jair, que é absolutamente contagiante e emocionante chegar aqui hoje esse povo todo reunido aqui com essa alegria, com essa motivação. Dizer para cada um de vocês, que eu estou acompanhando Dornelles desde cedo e a vida pública, mas eles e o Péricles são impossíveis, com esse calor, eles não param um só segundo, e vamos continuar andando, quero cada vez mais conviver intimamente com vocês, então meu abraço do fundo do coração a cada um, tenho orgulho pela presença, e aqui celebrarem a presença e a vitória desses todos grandes brasileiros, o Dr. Péricles e o nosso grande senador, vice-governador, Francisco Dornelles. Obrigada a todos.

O Deputado Federal Júlio Lopes não tem muito a dizer sobre a causa regional. Seu discurso elogia a liderança do grupo e projeta seu foco sobre outra causa. Abrindo mão da oposição emoção x desânimo acusa a Presidenta Dilma Rousseff de imobilidade e implicitamente de desonestidade, coisa que as lideranças do grupo não são.

A terceira fala foi do prefeito de Itaperuna,

Boa tarde a todos, é um orgulho muito grande para todos nós, eu agradeço a oportunidade de mais uma vez, com nosso grande mestre, nosso grande vice-governador, senador, ministro do trabalho, aqui conosco, esse homem digno e de respeito que nós podemos seguir à imagem e semelhança dele, e nós teremos um futuro melhor. Júlio Lopes aqui também conosco, nosso deputado federal; Papinha, está aqui conosco; os prefeitos, Everaldo, Lilian, Josias Quintal, Rivelino; os vereadores de Itaperuna também, eu falo em todos os vereadores da região que está aqui conosco, o presidente da Câmara; O Jair Bittencourt, esse grande guerreiro que hoje nós temos tapete vermelho lá no Rio de Janeiro, temos um representante digno e de respeito da nossa região. E o Dr. Péricles, essa grande liderança, que nós podemos receber os conselhos e o direcionamento para nossa caminhada e nossa trajetória política, obrigada, Dr. Péricles, pelo senhor ter me convidado para fazer parte de grupo maravilhoso que está aqui hoje. É como o Júlio Lopes disse aqui. Acordamos cedo, chegamos até Boa Ventura, chegamos lá, uma empolgação, fomos ver fábrica, esse homem que veio aqui para ver as lideranças políticas que estão aqui hoje, de toda nossa região, é um compartilhamento com todos. O que eu preciso, às vezes eu vou ao Rio de Janeiro: “Alfredo, passa lá no meu gabinete”. Eu chego lá, às vezes ele fala assim: “A situação não está boa não, Alfredão, é melhor, você voltar pra casa e trabalhar, porque o país enfrenta uma fase difícil, mas fase difícil, ela não vai ser para sempre, nós temos que nos unir e caminhar de forma diferente e dias melhores virão”. E Dornelles está junto com a gente, Dr. Péricles está junto com a gente, o povo está junto com a gente, os vereadores nos apoiam, vamos seguir juntos, o Noroeste tem que ter uma liderança política

diferente, uma forma diferente de caminhar, estamos começando esse trabalho com Francisco Dornelles, Dr. Péricles, amigos nossos. Um forte abraço no coração de todos e vamos caminhar juntos, meu povo!

O Prefeito, em seu discurso, refere-se à relação fluída e pessoal com o vice-governador e o fácil acesso ao seu gabinete, além de sua boa disposição para atender suas solicitações. A causa regional não é explicitada, porém alude como uma conquista ter uma representação regional.

O quarto a discursar foi a liderança local mais importante do grupo: o ex-prefeito e ex-senador Dr. Péricles Olivier:

Mais uma vez agradeço às lideranças, aos prefeitos, aos presidentes de câmaras, aos vereadores, a lideranças da região aqui presentes nesse dia. Ao deputado federal Júlio Lopes, que em um calor desses está aqui presente, com responsabilidade, pensando cada um da população de seu município e dizer que há muito tempo que há muito tempo tentamos e não conseguimos uma representação estadual. E felizmente elegemos o Jair Bittencourt como deputado estadual e já demonstrou que não é só mais um deputado do Rio de Janeiro, é um deputado que já tem liderança e que com certeza será um grande deputado e importante para a região. Ouvimos o Deputado Federal Júlio Lopes, que tem se impressionado com a fábrica de bermudas de Boa Ventura, ouvimos o Papinha, o prefeito, nosso prefeito, estamos aqui com inúmeros prefeitos que estão sofrendo, porque o Brasil passa por um momento que todos estão vendo. E temos a honra de receber aqui o vice-governador do estado, ministro Dornelles, e sem dúvida nenhuma é um fenômeno público do país. Eu pedi ao ministro Dornelles eu tirei uma foto com cada grupo que representa o município que está aqui presente, para registrar essa presença para que possamos também ouvi-lo nesse momento e que ele poderá transmitir a vocês as dificuldades do estado, do Brasil e de Brasília, Júlio Lopes já falou. Um abraço a todos vocês e vamos nos unir cada vez mais, assim poderíamos ser fortes. Nós temos uma população limitada, são trezentos mil eleitores talvez em todo Noroeste, tem cidade em torno do Rio que tem um milhão de habitantes, então nós temos que nos unir para fazer nossos representantes, para que possam trabalhar pela nossa população. Um abraço a todos vocês, muito obrigado (Ex-prefeito.)

O ex-prefeito endossa a causa da região por via da valorização do Deputado Estadual. Lembra as penúrias dos municípios brasileiros e responsabiliza por elas Brasília, reforçando o argumento do deputado Federal Júlio Lopes.

Finalmente, depois dos outros discursos e muitos aplausos, discursou o vice-governador:

Meus queridos amigos, meu caro Péricles, grande líder do Rio de Janeiro, Deputado Federal Júlio Lopes, deputado estadual Papinha, cumprimento todos os vereadores presentes, cumprimentando meu querido Alfredão, eu cumprimento todos os prefeitos presentes, cumprimentando a Maria Julia, minha querida amiga, eu cumprimento a todas as mulheres do Noroeste do estado. Eu vejo aqui, o Gilson, o Josenir, que estiveram comigo desde o início. Meus queridos amigos, é uma satisfação muito grande estar presente nessa reunião. Eu fui deputado do Noroeste, Senador do Noroeste e hoje sou vice-governador do estado. Onde eu estiver, vocês estão comigo. Eu trago um abraço muito grande a todos os prefeitos e vereadores do Governador Pezão. Gostaria que vocês compreendessem a hora dessa, difícil, que vive todo o país e todo o estado. Nós fizemos para o estado, uma previsão orçamentária com o petróleo a 140 dólares, caiu para 40. Nós perdemos 2/3 de nossa arrecadação. O grande contribuinte mestre do estado é a Petrobrás, o segundo maior eram as grandes empresas de engenharia que hoje estão bastante atingidas, algumas com operação a zero. A situação é complexa e difícil. Eu pedi aos prefeitos que compreendessem, peço desculpas aos prefeitos por não estar podendo corresponder à expectativa de vocês, mas vamos fazer tudo que estiver ao nosso alcance para dar uma direção e dar uma presença grande em todas as prefeituras, independentemente dos partidos dos prefeitos, independentemente da facção política a que estiverem filiados. Nós estaremos sempre ao lado do Noroeste Fluminense. Quero cumprimentar a vocês, vocês enviaram à Assembleia Legislativa um dos mais competentes deputados, o nosso Jair. O nosso Papinha também. Ele é a garantia de que o Noroeste estará presente em todo o processo de decisão. Vocês fizeram uma grande escolha, e junto com o Jair, ele está disposto também a ser um deputado do Noroeste do estado. Nós vamos entrar ano que vem em um ano de eleições municipais, é um clima de emoções grandes, mas é importante que ela seja realizada em um ambiente próprio para a democracia, com muito respeito, com muita solidariedade, respeitando todos aqueles que disputam e que todos sejam vitoriosos. Um abraço grande a vocês (Vice-governador).

O vice-governador Dornelles reiterou seu compromisso com a causa regional: foi deputado e senador pelo noroeste do estado, e não deixará de manifestar seu apreço pela região NOF. De todo modo, a representação e a participação do Noroeste nas divisões estaria garantida pela ação dos deputados do Norte e Noroeste Fluminenses - Papinha e Jair Bittencourt. Sendo este último considerado uma liderança. O encontro serviu para dar satisfações aos prefeitos sobre as dificuldades do estado e preparar as eleições de 2016.

Não é possível deduzir, a partir dos discursos e da observação, que acordos e articulações se realizaram nesse encontro altamente ritualizado, divulgado por alguns jornais *online* da região. Esse evento era o encerramento de uma visita de

dois dias a Itaperuna que teve, no primeiro dia, uma agenda intensa de reuniões a portas fechadas.

Em continuidade com o raciocínio que desenvolvemos aqui, os discursos, bem como a própria situação de comício de grupo, demarcam em que ponto a gramática familiar se converte em gramática de jogo político. O partido regional se alarga no caso do comício e abrange com facilidade no Norte e Noroeste Fluminense. No comício estavam presentes os prefeitos de quase toda a região e lideranças regionais de outros partidos, além do Partido Progressista (PP), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em particular.

O elogio à amizade imperante entre os presentes, os pedidos e as promessas de ajuda atravessa grande parte das falas. Mas na escala federal e do executivo estadual há outra expectativa: de um lado, se azeita e avalia a máquina eleitoral para 2016 e, por outro, se a estimula a reagir e atuar contra o Governo Federal, poucos meses antes do início do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

2 Conclusão

O que aqui descrevemos permite usar a noção de coronelismo (LEAL, 2012). Nesse caso o problema do desenvolvimento se apresenta como o problema da injustiça territorial, que cabe aos atores políticos corrigir. A arena do desenvolvimento restringe-se ao jogo de amizade e ajudas mútuas para trazer recursos para a região. A região, na perspectiva de melhorá-la, é apresentada como fim, como uma causa que justifica as ações de cooperação política. É tomada como uma troca entre amigos/sócios que não disputam projetos políticos, portanto, não configura precisamente uma arena.

A causa não se expressa mediante a uma gramática cívica senão numa gramática familiar, ao menos na escala local. Na cena estadual e federal os representantes políticos da região, “seus amigos”, se valem da organização local e regional como máquina política que atua orientada de cima. Esse alinhamento vertical, associado à penúria econômica, é um elemento a mais do coronelismo.

Nesse caso, trata-se de um coronelismo urbano em que os políticos não são doravante ligados às famílias de proprietários. No caso do evento relatado, os únicos empresários presentes no grande encontro foi o diretor do Hospital e o dono da faculdade Redentor. Alguns empresários revelam-se fora do grupo, mas seus

projetos os contornos viários, por exemplo, fazem parte da agenda política regional. Aliás, é uma queixa bastante difundida que os empresários não fazem política. Mas, seus projetos são incorporados às propostas regionais. Por último, não temos neste contexto aqui clientelismo, dado que não temos troca de favores por votos (CARVALHO, 1997), mas troca de ajuda econômica como substituição ao uso da máquina política local para obter votos e articular e defender localmente causas relevantes à escala nacional e estadual. No caso particular, evitar maiores desgastes do governo estadual e defender a tese da desonestidade do Governo Federal. Esse coronelismo basear-se-ia na existência de políticos profissionais articulados ao empresariado local de um modo diferente que o proposto por Leal (2012).

Prosseguir nesse raciocínio implica estudar mais a fundo a relação entre empresariado e a política na região Noroeste Fluminense, mas isso vai além do que conseguimos atingir no escopo desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação partiu do suposto que o regionalismo itaperunense a diferenciava substancialmente do regionalismo típico das regiões ao entorno, em particular de Campos dos Goytacazes⁵². Pensávamos que existia algum tipo de ativismo empresarial articulado essencialmente em torno da FIRJAN e do Sincomércio que permitia esse empresariado incorporar os critérios gerenciais e econômicos contemporâneos. Explicar-se-ia, assim, a notória diferenciação econômica da cidade.

Esse regionalismo, por outro lado, teria o aspecto, em particular, de não reivindicar, do poder público, os investimentos. Em outras palavras, não reclamar da falta de investimentos públicos para a região. Nesse sentido, não seria compreensível o entendimento baseado na tese do regionalismo fechado. Não teríamos em Itaperuna um baronato açucareiro ou cafeeiro, mas um empresariado construído localmente e em expansão, em destaque nos últimos 20 anos.

Desse modo, nossas questões centraram-se no ponto do fechamento e dos círculos de sociabilidade e na forma em que esses círculos ressignificam seu lugar para atrair investimentos; sobre a existência e critérios de um moral local, uma identidade; e sobre as formas de associativismo desse empresariado.

O campo nos demonstrou não existir uma questão regional e muito menos uma arena local em torno dessa questão. Existe sim um seletivo grupo de empresários e políticos, os quais tivemos acesso, autodenominado de “o grupo”. Grupo este que se conhece há muitos anos. Nota-se, em relação a este grupo, que

⁵² Em relação ao Norte Fluminense, num pequeno comparativo, se processa o mesmo perfil que reclama a falta de investimentos políticos no passado e na atualidade. Fala-se em região Norte Fluminense com maior densidade, mas, de igual modo ao NOF, tem na cidade polo Campos dos Goytacazes a leitura da região. Tal leitura carregada pelo discurso da decadência ou cultura do atraso através da apropriação dos recursos por grandes projetos nacionais. Os recursos do interior foram e são, segundos seus promotores, utilizados para as grandes metrópoles, no caso o Rio de Janeiro. As Transferências destes recursos geraram a estagnação e a quebra da cadeia do refino de açúcar. Esse fechamento das elites dos locais da década 1970, em Campos, desarticulou a economia regional e promoveu a saída das pessoas do campo. O que levou a uma rápida urbanização desenfreada e desemprego, portanto o empobrecimento. Este regionalismo que reclama políticas e publicizam as mesmas prerrogativas que aconteceu na era do açúcar e seu baronato para o uso do petróleo.

No caso de Campos, esses pequenos círculos de associados, através do discurso da necessidade de superar o atraso e desenvolver torna-se um pretexto político de articulação entre as instituições, instâncias econômicas locais e a estrutura de poder que movimenta e muda a inserção da elite local. A estratégia de pequenas aberturas desses grupos para os de fora é relativa para trazer recursos aos seus negócios e manutenção dos que estão nesta elite.

não necessariamente são os partidos que interessam ali, mas as formas de se manterem alinhados com o poder.

É notório que a maior força centra-se no comércio e no setor de serviços do que na indústria, cujo representante se considera fora do grupo, muito embora suas propostas e suas avaliações sejam centrais na agenda regional.

Quanto ao desenvolvimento, a região não se apresenta como portadora de nenhuma identidade particular, se não uma memória de fracassos econômicos e de um passado rural. Nesse sentido, toda a região é pobre e tão somente Itaperuna se diferencia.

Viu-se uma aceitação do que a região NOF pode obter: uma conformação local da pobreza da região e seu pouco atrativo no circuito do capital. Nessa perspectiva, sem a existência de Itaperuna não haveria como a região NOF se sustentar. Portanto, os esforços de “ações de ajuda” estão voltados para a cidade polo, já que os recursos são poucos, além de algum grau de investimentos aos demais municípios para sustentar alguma agenda política distributiva para manter alguma concorrência da região em relação aos demais.

Itaperuna diferencia-se graças ao ciclo econômico em que os serviços de saúde e educacionais podem se desenvolver de forma privada que foram beneficiados, em algum grau que não podemos determinar, pelas políticas nacionais de saúde e educação. Os empresários, em particular, têm absoluta noção de que a penúria produtiva local origina-se em condições mais amplas de mercado, aos quais podem apenas se ajustar segundo medidas administrativas de otimização e diminuição de custos internos. Tais medidas são apontadas como necessárias e desejáveis e que só podem ser providas pelo poder público. Esse provimento pode contribuir diretamente para essa diminuição de custos ou otimização da capacidade instalada. Apesar disso, os empresários reconhecem ser difícil qualquer ação pública nesse sentido. Em geral, todos são críticos ao Estado.

Igualmente, o empresariado reconhece o desenvolvimento de Itaperuna, tendo como causa principal a saúde e a educação de nível superior, levando a reboque os comércios, serviços e a construção civil. Mas, manifesta temor quanto aos riscos da concorrência regional, exceto o setor da educação.

O empresariado de Itaperuna pareceu-nos não tentar concorrer ou submeter seus negócios ao empresariado de Campos, apesar de reconhecer que precisa dos grandes empreendimentos para lucrar e fazer seus negócios. Entretanto, como foi

identificado nas entrevistas, mira e concorre com Muriaé e aumenta seus esforços nas pequenas cidades do Espírito Santo, de Minas Gerais e da própria região NOF. Estamos falando de empresários que não têm muita mobilidade de expansão de negócios, por limitações quanto a sua localização geográfica longe da sede (capital) e perspectivas de grandes empreendimentos que atraem investimentos lucrativos e que otimizem a circulação.

Nesse sentido, o desenvolvimento está mais próximo da noção de “melhora” dos desequilíbrios regionais e, portanto, nas condições de troca e estabilidade essencialmente. Mas, não há uma proposta mais ampla, dado que reconhece os limites do setor privado da região.

Assim, a melhora, em termos gerais, seria uma atribuição do poder público. Nesse aspecto, os atores públicos locais tratam das questões referente à noção de desenvolvimento com maior naturalidade. Para esses atores, o problema da ausência de desenvolvimento é decorrente da falta da política do Estado do Rio de Janeiro para o interior e se traduz na completa deficiência de qualquer política que equipare e equalize as condições sociais, culturais e econômicas do interior aos da capital. Nesse sentido, o interior esvazia-se de pessoas e de recursos econômicos e culturais.

Como não há recursos locais capazes de produzir seus efeitos distributivos é preciso buscar apoio, ajuda nos Governos Federal e estadual. Assim, a moral regional reivindica “justiça territorial” e as exprime segundo critérios de uma moral doméstica. Nesse sentido, estamos de volta à tese do fechamento de região. Não podemos provar que o regionalismo não seja fechado. Resta, porém, a questão de não se tratar de uma aristocracia cafeeira ou açucareira, mas sim de empresários, de relativamente poucos recursos, que se apresentam como tendo uma relação horizontal entre os pares e uma preocupação com seu povo, como disseminadores da ajuda. Os outros governantes que não pertencem ao círculo não são “bons”, os “nossos” que dão apoio, agem em prol do “desenvolvimento”. Saímos então do estrito campo econômico, para entrar de cheio na dimensão política deste regionalismo.

A busca de ajuda e o trato pessoal com lideranças políticas nacionais e estaduais demarcam o ponto de conversão ou de tradução da causa da região em política propriamente dita. A relação de mútua ajuda entre lideranças locais e aquelas lideranças nacionais e estaduais se traduz em administração das ajudas

(gestão do grupo) em função de apoio e promoção local da agenda política nestas esferas e de articulação desta agenda com a máquina política local. Chamamos aqui de coronelismo e não de clientelismo pelo fato de que a penúria econômica local parece só ter alívio mediante a este alinhamento político sem que haja, pelo menos nesse ponto, troca direta de votos por mercadorias, por bens.

Todavia, nesse caminho terminamos nos afastando da preocupação inicial de que permanece aberta sobre a forma em que o empresariado se articula aos seus mercados em que circulam; aos critérios administrativos e técnicos que eles mobilizam.

E, por último, o desenvolvimento regional, entendido como desigualdades territoriais, uma distribuição desigual de recursos sociais e econômicos que devem ser corrigidos, vivenciam-se, essencialmente, como problemas sociais e, vale dizer, que permanece escassamente problematizado – a não ser quando tomado na moral da ajuda e das relações pessoais. Não podemos falar, nesse caso, sequer de arena restrita, embora seja uma peça central do coronelismo recentemente esboçado. Existe problema público, mas é enquadrado moralmente. Isto é, sua publicização fica restrita a essas relações do grupo em sua forma doméstica, de familiaridade. Portanto, é tematizado somente dentro do partido regional, no alinhamento da situação superior com o arranjo político local. Portanto, a problemática do desenvolvimento só pode ser superada nessa cadeia de ajuda. A única forma técnica em que o desenvolvimento, como problema público, teve tratamento se deu por meio do Governo Garotinho, que fora desfeito por conjunturas políticas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, T. de C. B. Construindo a história local: uma análise dos discursos e registros escritos sobre o passado da região noroeste fluminense no século XX – o caso do Município de Itaperuna. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MELLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). **Caderno de resumos & Anais** do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EDUFOP, 2008.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Itaperuna, RJ**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaperuna_rj>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BERNOUX, P. A mudança nas empresas à prova da mundialização. **Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e educação Continuada (IEC), ANO VI, n. 9 – 1º semestre de 2001.
- BARTHOLAZZI, R. A. **Os italianos no Noroeste Fluminense: estratégias familiares e mobilidades sociais**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Departamento de História, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1197.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action**. Paris : Métailié, 1990.
- _____; THEVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. **Antropolítica**, n. 23, v. 2, 2007. pp. 121-144.
- _____; _____. **De la justification** : les économies de la grandeur. Paris : Gallimard, 1991.
- _____; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados [online]**, v.40, n.2, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. **Local Y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Santillana: Taurus, 1997.
- _____. **La Cuestión Urbana**. Madrid: Siglo veintiuno, 1978.
- CEFAI, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva, tradução Bruno Cardoso. **Dilemas**, p. 11-48, 2009.

_____; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (Orgs.). **Arenas Públicas:** por uma etnografia da vida associativa. Niterói: editora UFF, 2011.

CICCOLELLA, P. Grande Inversiones y reestructuración Metropolitana en Buenos Aires: Ciudad Global o ciudad dual del siglo 21? In: Seminario Internacional de la RII, V., **Anais...**Toluca Méx., p. 21-24, sep. 1999.

COSTA, L. M. da. **Noroeste Fluminense:** integração, diferenciação e fragmentação. 2012. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes - UCAM, Campos dos Goitacazes, 2012.

COSTA, F. C. da. **Limites e Possibilidades da Contribuição do Sistema de Compras do Instituto Federal Fluminense para o Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.** 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes - UCAM, Campos dos Goitacazes, 2015.

CRUZ, J. L. V. da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000. Rio de Janeiro, 2003. Tese de Doutorado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Desenvolvimento do norte/noroeste fluminense: problematizando o consenso. **Revista Vértices**, ano 1, n. 1, p.27-36, dez.1997.

_____. Os desafios do Norte e Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Revista Vértices**, v. 9, n.1, 2007.

DEWEY, J. O público e seus problemas (1927). In: HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. (Orgs.). **The Essential Dewey, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy.** Bloomington: Indiana University Press, 1998. pp. 281-292.

DINIZ, D. **O Desenvolver de um município – Itaperuna – Do germinar a frutificação.** Rio de Janeiro: Damadá, 1985.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a Nova história do Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: IUPERJ. v. 45, n. 3, 2002, pp. 459-482.

DRAIBE, S. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa NEPP** - Unicamp n° 8, 1993.

_____; RIESCO, M. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, maio/ago. 2011.

FECOMÉRCIO/RJ. **Mapa Estratégico do Comércio 2014 – 2020.** Disponível em: <http://www.fecomerciorj.org.br/publique/media/MAPA_ESTRATEGICO_DO_COMERCIO_2014_2020.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

FERREIRA, M. de M. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FREIRE, J.; CRUZ, G. dos R. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. **Cadernos metrópole**, n. 10, pp. 75-102, 2º sem. 2003. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9200>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

FURTADO, C. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ed Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **A construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUSFIELD, J. **La culture des problemes publics l'alcool au volant : la production d'un ordre symbolique**. Traduction par Daniel Cefaï. Éditions econômica, 2006.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questão contemporâneas. **Antares**, n.3, jan. /jun. 2010.

HARVEY, D. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 163-190.

HABERMAS, J. A Nova intransparência a Crise do Estado de Bem-Estar Social – O Esgotamento das energias utópicas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 18, pp. 103-114, set.1987.

KIRSCHNER, A. M.; MONTEIRO, C. F. Notas Introdutórias a uma sociologia da Empresa no Brasil. **Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e educação Continuada (IEC), ANO VI, n. 9 – 1º semestre de 2001.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUMBRERAS, M. J. **Noroeste fluminense: da estagnação a novas oportunidades**. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes - UCAM, Campos dos Goytacazes, 2008. Disponível em: <<http://cidades.ucam-campos.br/images/arquivos/dissertacoes/2008/marluca-junger-2008.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: Lopes, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MAMANI, H. A. **Vida Metropolitana e Transporte Informal: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004.

MARX, K. Prefácio da contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã e outros escritos**. Tradução de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

OLIVEIRA, F. de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudo avançados**, v. 7, n. 8, 1993.

_____. Economia Brasileira: crítica a Razão dualista. In: CEBRAP Seleção. **Questionamento a economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PARK, R. A comunidade urbana como configuração espacial da ordem moral. In: PIERSON D. (Org.). **Leituras de Sociologia e Antropologia Social**. São Paulo: Martins, 1949.

PAINEL CIDADES. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330220#>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330220>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PAINEL REGIONAL: **Noroeste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFR EG_2014_Noroeste.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PEREIRA JÚNIOR, A. R. **Itaperuna (RJ) No Contexto Regional No Noroeste Fluminense: um Movimento Entre a Centralidade e a Descentralidade**. Dissertação

(Mestrado) - Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

PESQUISA ANUAL DO COMÉRCIO (PAC). Rio de Janeiro: **IBGE** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PESSANHA, L. de S. G.; PIQUET, R. Impactos sócioespaciais causados pela indústria do petróleo nas regiões norte e noroeste fluminense: globalização, integração competitiva e fragmentação territorial. In: **XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio** - RII, set. 2014. Disponível em: <<http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais-do-xiii-seminario-rii/grupo-tematico-5-transformacoes-productivas-e-dinamicas-territoriais/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Mutações nas sociedades Brasileira: seletividade em atualizações técnicas de cultura. In: **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço** (v.4). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a.

_____. Cidades Brasileiras macro-guetos? In: **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço** (v.2). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b.

RIBEIRO, A. C. T.; GARCIA, F. S. City marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século. In: **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço** (v.4). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013c.

ROSTOW, W. W. **The process of economic growth**. New York: W.W. Norton & Company, 1952.

_____. The take-off into self-sustained growth. **The Economic Journal**, mar. 1956.

SAES, F. A. M. de. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. In: CORSI, L.; CAMARGO, J. M. (Orgs.). **Os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

SANTOS, C. P. dos. Mudanças nas relações campo-cidade no município de Itaperuna – RJ. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo Razão e emoção. São Paulo. Ed. Huitec, 1999.

_____. **O Espaço dividido: Os circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Involução Metropolitana e economia segmentada. O caso de São Paulo. In: RIBEIRO, A. C. R.; MACHADO, D. P. (Orgs.). **Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFR, 1990a.

_____. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990b.

SIMMEL, G. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903). **Mana**, n. 11, v.2, p. 577-591, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. Cruce de los círculos sociales. Cap.6. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización.** Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939.

_____. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SISTEMA FIRJAN. **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015.** Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN/ DCO, 2006. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A504EC7CE015066F230F2087E&inline=1>> Acesso em: 13 set. 2015.

TCE. **Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro: Itaperuna.** Secretaria Geral do Planejamento, 2015. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2015.

TOMASSINI, S. C. da C. **Municipalização da Saúde: caso do Hospital São José do Avaí em Itaperuna, RJ.** 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

VAINER, C. B. Regionalismo e projeto nacional uma reflexão sobre o regionalismo velhos e novos. **CADERNOSIPPUR/UFRJ**, Ano VII, n. 2, set. 1993, p. 21-34.

_____. Planejamento territorial e projeto nacional os desafios da fragmentação. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio 2007. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/167/15>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

VARGAS, P. G. **Retrato da situação socioeconômica do Município de Itaperuna, RJ: avanços dos setores de saúde e de educação superior a partir da década de 1990.** Dissertação (Mestrado) - Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2007.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

WEBER, M. Conceito e Categorias da Cidade. In: _____. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** v.2. Brasília: EDUnB, 1999. p. 408-425.

_____. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

APÊNDICE

I ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PREFEITO/ EX-PREFEITO /SUBSECRETÁRIO:

A Política Municipal

- 1-Causas da diferenciação socioeconômica de Itaperuna (Explorar a região, outros municípios e Campos)
- 2- Na sua opinião, o que e o que contribui para esse desenvolvimento?
- 3- Políticas desenvolvidas
- 4- Diferenças da atual gestão.
- 5- Quais são os atores mais importantes para o desenvolvimento dentro e fora dele. Qual a relação com esses atores, suas associações e a prefeitura.

A secretaria

- 1- Caracterização da Secretaria

(Quando e como surgiu a secretaria de desenvolvimento, quais seus objetivos. E quais as atuais mudanças ocorridas nesse mandato).

Referencial

- 2- O que são consideradas as políticas boas e ruins de desenvolvimento. (Quais são os modelos)
- 3- Qual a relação com o governo federal, estadual. E o empresariado local. Com as outras cidades.
- 4- Qual é a relação de Itaperuna com o noroeste fluminense. Há parcerias entre os municípios?

EMPRESARIADO LOCAL:

1. Causas da diferenciação socioeconômica de Itaperuna (Explorar a região, outros municípios e Campos)
- 2 - Na sua opinião, o seria um bom desenvolvimento? E o que contribuiria para esse desenvolvimento?
- 3 - Como o comércio/ indústria, participa desse processo?
- 4- Como tem contribuído a política municipal nesse processo?
- 5- Quais as políticas e como você avalia em relação a seu setor, são boas?
- 6- Como incidem as políticas estaduais e federais

O negócio

- 7- Quais são as condições de mercado do comércio e qual é a posição de Itaperuna nesse quadro?

(Gancho com as políticas municipais e as políticas empresariais)

8- Quais são os maiores obstáculos para o empresariado do setor de comércios e serviços no contexto atual do Brasil?

9- Na cidade, quais são os maiores conflitos entre eles e o poder público municipal e como vocês lidam com esses conflitos para resolverem?

10- Qual é a relação com SINCOMÉRCIO / FIRJAN e como estas contribuem para o crescimento do setor?

(Explorar diferenças regionais e municipais)

11- Existem reuniões, planejamento e estratégias discutidas por vocês para o setor, Itaperuna e região?

13- Em Itaperuna, nos últimos 10 anos, quais foram as melhoras ocorridas no setor e quais foram as piores mudanças?

14- Quais são áreas de melhor investimento, hoje na cidade de Itaperuna e na região?

SINCOMÉRCIO/FIRJAN:

1- O que vocês entendem como desenvolvimento para Itaperuna e para a região?

2- O que seria, especificamente, desenvolvimento regional, para vocês?

3- O que seria considerada como políticas boas e ruins de desenvolvimento.

4- As iniciativas da política municipal de desenvolvimento de Itaperuna, são boas ou ruins?

5- Você conhece essas políticas de desenvolvimento de Itaperuna e da região. Sabe da existência de parcerias entre municípios?

6- Quais são as propostas de vocês para o desenvolvimento regional e de Itaperuna? Dentre essas propostas quais foram efetivadas? Quais ainda são um sonho? Quais seriam os maiores desafios?

7- Existem reuniões, planejamento e estratégias discutidas por vocês e pelo empresariado local sobre os setores comércio e serviços, para Itaperuna e região? Como são feitas essas reuniões?

8- Em Itaperuna, nos últimos 10 anos, quais foram as melhoras ocorridas nos setores e quais foram as piores mudanças?

9- Como é a relação deles com as prefeituras e com os empresariados locais? O que precisaria ser melhorado nessa relação?

10- Quais são áreas de melhor investimento, hoje, na cidade de Itaperuna e na região?